

GENEVIEVE D'HAUCOURT

A VIDA NA IDADE MÉDIA



194

EDITORA LITTEL

COLEÇÃO O HOMEM E A HISTÓRIA

- Braudel, F. — O Espaço e a História no Mediterrâneo
Braudel, F. — Os Homens e a Herança no Mediterrâneo
Duby, G. — A Europa na Idade Média
Wolff, P. — Outono da Idade Média ou Primavera dos Tempos Modernos?
Ferro, M. — A História Vigada
Finley, M. I. — Uso e Abuso da História
Finley, M. I. — Economia e Sociedade na Grécia Antiga
Braudel, F. — Gramática das Civilizações
Duby, G. — A Sociedade Cavaleiresca
Duby, G. — São Bernardo e a Arte Cisterciense
Le Goff, J. — A História Nova
Duby, G. — Senhores e Camponeses
Dalarun, J. — Amor e Celibato na Igreja Medieval
Finley, M. I. — Grécia Primitiva: Idade do Bronze e Idade Arcaica
Finley, M. I. — Aspectos da Antiguidade
Grimal, P. — O Amor em Roma
Mazzarino, S. — O Fim do Mundo Antigo
Hunt, L. — A Nova História Cultural
Hill, C. — Origens Intelectuais da Revolução Inglesa
Grimal, P. — Virgílio ou o Segundo Nascimento de Roma
Braudel, F. — Reflexões sobre a História
Le Goff, J. — O Apogeu da Cidade Medieval
Fortescue, W. — Revolução e Contra-Revolução na França (1815-1852)
Daumard, A. — Os Burgueses e a Burguesia na França
Kappler, C. — Monstros, Demônios e Encantamentos no Fim da Idade Média
Weber, M. — História Agrária Romana
Finley, M. I. — História Antiga
D'Haucourt, G. — A Vida na Idade Média

Próximo lançamento:

Robert, J.-N. — Os Prazeres em Roma

Sandra

GENEVIÈVE D'HAUCOURT

A VIDA NA IDADE MÉDIA

Maria Sandra da Gama

TRADUÇÃO
MARISA DÉA

Martins Fontes

São Paulo — 1994

Título original: LA VIE AU MOYEN ÂGE
Copyright © Presses Universitaires de France, 1944
Copyright © Livraria Martins Fontes Editora Ltda., São Paulo, 1994,
para a presente edição

1.ª edição brasileira: junho de 1994

Tradução: Marisa Déa
Revisão da tradução: Marina Appenzeller
Revisão gráfica:
Ronaldo Barbosa da Silva
Marise Simões Leal

Produção gráfica: Geraldo Alves
Composição: Marcos Oliveira Martins

Capa — Projeto: Alexandre Martins Fontes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

D'Haucourt, Geneviève, 1944-
A vida na Idade Média / Geneviève D'Haucourt ;
[tradução Marisa Déa]. — São Paulo : Martins Fontes, 1994.
— (O Homem e a História)

ISBN 85-336-0284-7

1. Civilização medieval 2. Idade Média — História 3.
Idade Média — Usos e costumes I. Título. II. Série.

94-1307

CDD-909.07

Índices para catálogo sistemático:

1. Civilização medieval 909.07
2. Idade Média : História 909.07

Todos os direitos para o Brasil reservados à
LIVRARIA MARTINS FONTES EDITORA LTDA.
Rua Conselheiro Ramalho, 330/340 — Tel.: 239-3677
01325-000 — São Paulo — SP — Brasil

ÍNDICE

<i>Introdução</i>	1
<i>Capítulo I — A VIDA MATERIAL</i>	13
I. Suas condições	13
II. A habitação	24
III. O mobiliário	31
IV. O vestuário	35
V. A alimentação	40
<i>Capítulo II — O RITMO DO TEMPO</i>	47
I. O dia	47
II. O ano	60
<i>Capítulo III — O RITMO DA VIDA</i>	75
I. O nascimento	75
II. A educação	82
III. O casamento	99
IV. A doença e a morte	112
<i>Conclusão</i>	133

Maria Sandra da Gama

INTRODUÇÃO

Chamamos de Idade Média o milênio que começa por volta do ano 500 e se estende até cerca de 1500, isto é, das invasões bárbaras e da destruição do Império do Ocidente até depois da tomada de Constantinopla pelos turcos (1453), que marca o fim de Bizâncio, último avatar e último bastião do Império Romano.

Esses dez séculos que foram o fim do mundo antigo assistiram ao nascimento da Europa e, quando terminaram, a maior parte das nações modernas havia adquirido forma, nome e língua e estava cimentada por todo um passado histórico particular.

Transição entre a România e a Europa, a Idade Média tira daí seu nome. Esse período, que nos deixou tantos monumentos, tantos documentos estudados por excelentes historiadores, é ainda muito mal conhecido pelo grande público. Já não se deveriam ouvir expressões como "os terrores do ano 1000" ou "a noite medieval", que são tolices. Tentemos ver o que aconteceu.

O Império Romano fora uma magnífica criação política de Roma, uma pequena cidade que, tendo conquistado as vizinhas, estendeu seu domínio em alguns séculos a todos os países costeiros do Mediterrâneo, e mesmo além, até a extremidade ocidental do continente.

Roma, cuja própria índole era de ordem, de técnica, de organização, de direito, e que havia assimilado à sua cultura e à sua arte a cultura e a arte da Grécia, acabara por fazer dos habitantes livres de seus territórios, todos cidadãos plenos desde 212, membros de uma pátria comum, à qual se sentiam orgulhosos de pertencer e que, daí por diante, seria chamada de România.

Nesse momento de seu apogeu, sua civilização — confortavelmente instalada sobre a base de uma escravidão alimentada por guerras e comércio — era brilhante e urbana. Por toda parte, as cidades fundadas por ela ou que a ela deveram seu crescimento, a partir de suas plantas e à sua maneira, eram belas: construções de pedras ou tijolos cobertas de telhas, monumentos, como templos, anfiteatros, termas, fórum decorado com estátuas, fontes que jorravam a água trazida por aquedutos. Essas cidades eram ligadas à Cidade e entre si por estradas sólidas, favoráveis ao comércio e às viagens, pois a ordem romana fazia reinar a paz e a segurança.

Também haviam afluído até elas habitantes das imediações, e os ricos haviam construído palácios. Comerciantes sírios e judeus vieram para importar da Ásia e da África até produtos de luxo, essências aromáticas, sedas, etc. As crianças aprendiam a ler e a escrever em escolas. Os jovens de boa família, formados por seus mestres em gramática e literatura, arte oratória, grego, direito, etc., preparavam-se dessa forma para fazer carreira até na própria Roma.

A aristocracia rica, letrada, que viajava de bom grado, participava dos altos cargos em sua cidade ou em qualquer outro lugar. O povo apreciava as termas, os jardins, as diversões públicas (caras para os magistrados que as ofereciam): jogos de circo (muitas vezes cruéis), corridas, pantomimas, etc.

As zonas rurais, sobretudo aquelas das mais recentes conquistas ocidentais, quase não tinham sido tocadas pela civilização urbana. Eram habitadas por camponeses, na maioria de antiga descendência, com grande número de pequenos e médios proprietários (os grandes habitavam as cidades), e por escravos, sobretudo nas grandes propriedades. Cada uma dessas regiões vivia segundo costumes que remontavam à noite dos tempos, às vezes milenares, no que diz respeito ao hábitat, à alimentação, às vestimentas, às técnicas, às relações familiares e sociais, às crenças e à herança multiforme.

Essas regiões da futura Europa são desde há muito habitadas. Aí se praticava a caça havia dezenas de milênios. Há dezenas de séculos chegaram diversos grupos que as escavações nos permitem conhecer. E, a partir do segundo milênio de nossa era, bandos formados no centro do continente, descendentes de ancestrais diversos, de tanto viverem juntos, criaram língua e cultura comuns. Os romanos chamam-nos de celtas ou gauleses. São especialmente numerosos no Ocidente, que por isso é chamado de Gália. Ali se miscigenaram com os autóctones, que aprenderam sua língua. Sua civilização é original: os homens usam cabelos compridos, roupas de cor e *braies**,

* Espécie de calças largas usadas pelos gauleses e povos germânicos. (N.T.)

e transmitirão o conjunto disso a seus descendentes da Idade Média. Suas técnicas são muitas vezes superiores às dos povos mediterrâneos: fabricam tintas e tonéis enquanto o sul fabrica apenas ânforas pesadas e frágeis, aram a terra com charrua (e não com o arado leve), e seus armeiros sabem fazer as cotas de malha e a espada longa.

Segundo os geógrafos antigos, essa Gália era um país admirável, banhado por diversos mares e dividido, por seu relevo, em um grande número de pequenas regiões, todas dotadas dos recursos necessários à vida e com fácil intercomunicação: eram portanto propícias ao estabelecimento de populações ao mesmo tempo aparentadas entre si e ciosas de sua individualidade. No momento de sua conquista por Roma, aí se encontravam cerca de cem "nações", cada uma com seu nome, seus pequenos centros, os quais são hoje, em sua maioria, as prefeituras francesas, e sua personalidade, da qual alguma coisa sobreviveu.

Ao redor do Império habitavam os bárbaros, vizinhos perigosos, pois viviam fascinados por suas riquezas, sendo a pilhagem para eles uma forma normal de enriquecimento. Assim, ao leste e ao norte temos os germânicos, que, segundo Políbio, "conhecem apenas a guerra e o trabalho dos campos, possuindo como únicas riquezas o ouro e os rebanhos, que podem facilmente carregar consigo quando se deslocam ao sabor da fantasia ou das circunstâncias". Prontos para emigrar, "seus países produzindo mais homens do que os que conseguiam alimentar", ameaçavam Roma, que, não tendo conseguido vencê-los em suas florestas, protegeu-se deles ao longo das consideráveis fronteiras pelos vastos territórios fortificados do *limes*, para os quais recrutou entre os próprios bárbaros trabalhadores e soldados. Foi uma boa medida, pois eles fo-

ram fiéis e civilizaram-se. Por outro lado, os romanos perdiam nos encantos da vida civil o gosto pelo estado militar e se deixavam atingir por uma regressão demográfica.

Imperadores capazes e bons generais mantinham o Império, mas sua sucessão podia ser difícil, como se viu no século III durante cerca de trinta anos. Aconteceu então uma explosão selvagem de bandos bárbaros que massacraram, assolaram, pilharam. Cidades demoliram às pressas seus subúrbios para construir muralhas em torno de seus centros. Parte da população aí se amontoou, o resto fugiu. Encontram-se ainda tesouros enterrados ao longo de suas estradas.

Essas invasões, e principalmente as do século V, provocaram um grande êxodo dos cidadãos: a aristocracia, muito rica, que se podia alimentar e defender em seus imensos domínios, retornou ao campo acompanhada por uma multidão de pessoas que vieram instalar-se perto dela. Formaram-se assim milhares de aldeias — muitas vezes em sítios antigos —, a maioria das quais ainda existe.

Na Ásia movimentavam-se outros invasores, e, à sua aproximação, populações germânicas pediram para entrar no Império, que, incapaz de repeli-los, admitiu-os. Chegaram às dezenas de milhares, e os grandes proprietários romanos tiveram de partilhar edificações e terras com os migrantes. A coabitação era mais ou menos bem-sucedida, mas era legal, conservando o chefe bárbaro, dotado pelo imperador de um título oficial, a autoridade sobre seus homens. Assim começaram os reinos bárbaros, que acabaram por ter autoridade sobre os romanos. O Império permanecia um ideal que por muito tempo se sonhou restaurar; no Natal do ano 800, o papa, em Roma, coroa Carlos Magno imperador...

Os chefes bárbaros têm reinos que se constituem em sua propriedade pessoal, e não em um Estado, instituição da qual não têm noção. Durante séculos a Europa sofrerá as conseqüências dessa concepção, com os filhos dividindo a herança. Os reis escolhem entre suas cidades uma residência real onde reúnem anualmente a corte e seus homens. De hábito optam por seus palácios de madeira perto de florestas abundantes em caça. O mesmo fazem seus homens importantes.

Aristocracias romana e bárbara encontram-se pois no campo onde, a partir de então, residem os homens poderosos. Frequentam-se, e daí surgem os casamentos mistos. Os bárbaros copiam a elegância dos romanos, que por sua vez adquirem seus gostos, e desde então, por vários séculos, a caça será a grande distração da nobreza. Os romanos, sobretudo no sul, servem às vezes como conselheiros e administradores dos reis. Por isso, esta permanecerá uma região de *direito escrito*, enquanto o norte será região de costumes.

As cidades, reduzidas e mais pobres, têm ainda um novo e grande personagem: o bispo. Desde que, no século IV, o imperador se converteu e o cristianismo é a única religião reconhecida, cada cidade tem seu bispo, a quem deve sua sobrevivência. Escolhido e aclamado pelo povo, em geral de família importante, com capacidade de organização, cabe-lhe fornecer provisões aos pobres e enfrentar os invasores, até militarmente. Sua grande missão é organizar a Igreja, atrair para ela os chefes bárbaros que ele batizará juntamente com seus homens e que começará assim a civilizar. Ele instrui o clero, mas deve ler o ofício. A cidade episcopal torna-se centro religioso onde se conserva algum saber e arte: dos ourives, dos bordadores, dos pintores, etc., que trabalham para a igreja e para a corte.

O campo ainda não foi cristianizado pelos missionários que chegaram nos primeiros séculos às cidades. O próprio nome camponês (em francês *paysan*, do latim *paganus*) assume o sentido de *pagão*. Os bispos, como São Martinho (cujo túmulo, em Tours, será durante séculos lugar de peregrinação), vão aos pequenos povoados pregar, batizar. As grandes propriedades constroem a sua capela, que se tornará igreja paroquial. E o país cobre-se de mosteiros.

Os primeiros monges cristãos, eremitas nos desertos do Oriente Próximo e do Egito, logo serão cercados por discípulos e consultados. Cassiano trouxe seu ensinamento para o sul da Gália, onde muitos vinham se instruir em Lérins, Marselha, Arles, etc. São Patrício, que acorreu da Grã-Bretanha, aprende a se tornar o apóstolo da Irlanda. Na África, o bispo Santo Agostinho cercou-se de uma comunidade cuja regra se tornou um modelo. São Bento, na Itália, redigiu a sensata regra beneditina, copiada durante séculos em toda a cristandade.

Os grandes cediam de bom grado a qualquer personagem piedosa um terreno inculto para uma fundação. Logo algumas pessoas se refugiavam junto aos religiosos e nascia uma aldeia cristã. A expansão monacal coincide com as épocas mais severas da Idade Média.

E eis que, em meio às dificuldades da época, os povos tomam gosto pela vida. A partir do século VII, a população aumenta em um ritmo crescente. Os terrenos que durante as invasões foram abandonados ou reconverteram-se em florestas voltam pouco a pouco a ser cultivados. A partir do século X, drenam-se os mangues. Sobretudo do século XII ao século XIV, surgem muitos novos roçados, individuais ou coletivos, estes últimos sob

a forma de colonização, com a fundação de um vilarejo pelo rei, por um senhor, por um bispo (as Villeneuve francesas e, no sul, as Bastide). Enquanto isso, as cidades crescem.

Produz-se, nessa época, um prodigioso conjunto de invenções que operam a mais profunda revolução que já se viu desde a Idade do Fogo, e cuja importância só pode ser comparada à da Revolução Industrial, nascida do vapor e da eletricidade. Era a conquista, pelo homem, da força motriz dos animais, dos ventos e da água, que ele, até então, quase não soubera utilizar.

A domesticação desses elementos, arruinando as imperiosas necessidades econômicas, base da escravidão e depois da servidão, ocasionou daí por diante o desaparecimento das últimas. Já desde o século VII era conhecido o estribo, que dá ao cavaleiro segurança sobre a montaria, e ele havia mudado a tática dos combates.

No final do século X, ocorre uma modificação na forma de atrelar os animais de carga, ou seja, cavalos, jumentos, bois. Os últimos, empregados nas lavouras e carros, passam a ter, doravante, a canga no pescoço. Os cavalos, graças ao cabresto rígido apertado nas espáduas, rendem toda a sua força. E, quando se aprendeu a atrelá-los em forma de flecha, passaram a ser capazes de carregar, a quatro, a carga para a qual eram necessários cem homens e virar facilmente graças ao novo jogo dianteiro móvel. Difundiu-se a ferradura do cavalo e dos ruminantes. A manufatura do ferro, muito rara no tempo das invasões, foi transformada graças aos cistercienses. Desde o século XII, os vilarejos passaram a ter seus ferradores, que ferravam também a relha do arado e das charruas, daí os grandes progressos técnicos na lavoura.

O advento dos moinhos ocorreu já antes do ano 1000. A Antiguidade sabia construir moinhos a água, mas fez muito poucos, pois eram caros, e havia escravos. Além disso, os cereais de então enviscavam as mós. Mas o ferro difundiu-se, e senhores e mosteiros, ambos rurais, tomaram a iniciativa de construir moinhos, cada vez mais numerosos, primeiro movidos a água, depois, na Normandia e ao norte, movidos a vento. Isso propiciou um enorme alívio do trabalho e a criação de diversas indústrias. Graças à invenção das rodas dentadas e das engrenagens (de madeira) obtêm-se moinhos para bombear, esmagar, polir, e várias máquinas, relógios, etc.

Ao lado das grandes invenções, houve outras pequenas, de enormes consequências: o carrinho de mão, a roda de fiar, muito mais rápida que a multimilenária roca, o berbequim e a broca. O campo conhece novas plantas para alimentação e a produção é melhorada.

A substituição do leme de remo pelo leme moderno provocou uma revolução na navegação. Os barcos aumentam de tamanho e capacidade. Novos aparelhos permitem navegar contra o vento. Com o astrolábio e a bússola (conhecida por volta de 1200), começa a navegação de longo curso. Os portos são aprimorados (pequenas bacias entre duas comportas, docas secas), novos portos são criados: Veneza, Bruges. Cresce o papel dos transportes marítimos, dos projetos de exploração do mundo, etc.

Esse progresso, que surgiu bem antes do ano 1000 em um mundo brutalmente devastado, desorganizado, profundamente empobrecido, manifesta os profundos recursos humanos das populações rurais enraizadas nos séculos e o papel considerável da Igreja que traz a fé e a esperança e espalha a caridade, devolvendo assim valor e

sentido à vida. Ao mesmo tempo, com os mosteiros, ela socorre com eficácia a sociedade, não somente com alojamentos e hospitais, mas com o estudo, com a cópia de manuscritos que conservaram para nós o pensamento antigo. E rezando, meditando, ela elabora o homem cristão típico, que toda a sociedade irá considerar um modelo, numa verdadeira civilização. Foi entre os monges que os carolíngios foram buscar os auxiliares da reforma tão necessária que queriam promover. Forneceram aos reis preceptores, historiógrafos e até, durante uma cruzada, um regente do trono.

Incansavelmente, os padres repetiram aos reis que seu dever era fazer reinar a paz na justiça e ajudaram na restauração de um poder político capaz de proporcionar segurança. O homem consegue então obter mais do que o necessário com seu trabalho, a sociedade se enriquece, e uma civilização secular, nascida da abundância, torna a florescer.

A paz carolíngia começou um renascimento, rapidamente interrompido pelas invasões normandas. Mas o movimento é retomado, e o século XII vive um segundo renascimento duradouro em todos os domínios, reencontra o direito romano, inventa as canções de gesta, descobre a ogiva e revoluciona a arquitetura com o estilo "francês" que o século XVIII, por irrisão, chamará de gótico, aperfeiçoa o vitral.

No século XIII, a Idade Média faz desabrochar a civilização da qual ela era capaz no momento em que um São Luís, que morrerá ("mártir", diz Joinville) na Cruzada, governa com justiça o reino da França e procura fazer reinar a paz na cristandade, no momento em que se constroem as catedrais de Notre-Dame de Paris, Amiens,

Reims e Chartres, Canterbury, Toledo, Upsala, Bamberg, no momento em que São Francisco de Assis celebra Senhora Pobreza, em que Santo Tomás de Aquino integra, em Paris, a filosofia de Aristóteles ao pensamento cristão, em que Santo Ivo mostra que, a despeito da lei, não existe justiça sem o recurso do espírito. Essas personagens pias encarnam perfeitamente o ideal de um tempo ao qual apresentam seus modelos e seus heróis, enquanto Dante cria, com seu espírito e com sua fé, a expressão literária genial que é a *Divina Comédia*.

É nesta época de maturidade que nos situaremos neste pequeno volume para dar uma visão geral da vida na Idade Média. Não nos proibiremos algumas referências a outros séculos, mas iremos datá-los.

A partir do século XIV, toda essa organização se desintegra. Os abusos do capitalismo provocam as grandes revoltas dos "pequenos" contra os "grandes". Depois, a Guerra dos Cem Anos, crise decisiva do mundo feudal e advento das nações modernas, colocará a França a ferro e fogo enquanto a cristandade será devastada pelo Grande Cisma. A população dizimada pela Grande Peste e pela guerra passará por duras provações e sentirá saudade da idade de ouro do "bom rei" São Luís.

Capítulo I

A VIDA MATERIAL

I. Suas condições

Na Idade Média, as condições naturais impunham-se com maior força do que hoje. Nossa civilização urbana permitiu-nos “vencer”, como se diz, o frio e o calor, a obscuridade da noite, as distâncias — inconvenientes a que nossos ancestrais tinham de se adaptar, mais ou menos como ainda fazem alguns de nossos contemporâneos rurais. Tinham de se adaptar a um ritmo natural que eles ainda não tinham como abolir.

A extensão do dia solar ditava, como ainda o faz no campo, a jornada de trabalho. A iluminação artificial era de má qualidade e expunha a perigos de incêndio. Assim, eram raras as profissões em que o trabalho noturno era permitido. De um extremo a outro da sociedade, repousava-se mais no inverno, trabalhava-se mais no verão, e o horário, mesmo dos mosteiros, adaptava-se a isso com flexibilidade.

Não havia meios satisfatórios de aquecimento contra o frio. Não era por falta de combustível. Tinha-se a turfa. Se a hulha só era explorada numa escala bem pequena, a madeira existia em abundância um pouco por toda parte e, graças aos direitos de utilização, até o mais pobre podia ir colher galhos secos na floresta mais próxima. Aliás, ele não se privava absolutamente de abater madeira verde e cometer outras várias depredações. O carvão vegetal leve, que acende depressa, era o combustível escolhido para cozinhar com rapidez e fornecia um meio de aquecimento individual, aliás, insalubre. Geralmente, fazia-se o fogo de lareira: troncos grossos e grandes chamas. Só as pessoas da cidade, quando pobres, restringiam-se a fazer pequenas fogueiras, bem como os habitantes de regiões desarborizadas, reduzidos a queimar capim seco e esterco de vaca.

Mas as grandes chaminés lançavam para fora quase todo o calor da combustão. Era preciso, portanto, usar roupas quentes. Até os mais pobres possuíam roupas e cobertas forradas. Além disso, as pessoas se movimentavam. Raras eram as ocupações que forçavam à imobilidade, visto que a grande maioria da população — nobre ou não — era rural.

Era mais penoso vencer o calor. Igrejas e castelos ofereciam o frescor de suas salas abobadadas. Fora desses edifícios, era preciso resignar-se a suportar o verão com roupas que continuavam a ser pesadas (como acontecia até há pouco tempo, na França, com camponeses, religiosos e a população em geral, mesmo sob a canícula). No entanto, trabalhadores e camponeses não hesitavam em despir-se, em ficar em mangas de camisa ou até simplesmente de ceroulas, como nos mostra um baixo-relevo de Amiens.

Em resumo, tanto no verão como no inverno, o corpo fortalecia-se, e experiências bem recentes levam-nos a pensar que a saúde melhora nessas condições.

Se a Idade Média se adaptava aos dias e às estações mais rudemente, mas muitas vezes de forma mais saudável que nós, na verdade sofreu mais com a forma ainda precária pela qual resolveu a questão da distância e dos transportes.

É preciso deixar de lado o problema da segurança nas estradas, que era político e que foi resolvido assim que se impôs um poder forte, capaz de ter uma polícia e de ser obedecido, capaz de tornar os diversos senhores responsáveis pela ordem em seus territórios (são obrigados a indenizar as vítimas das pilhagens sofridas na travessia de seu domínio). No século XIII, as estradas eram geralmente seguras, salvo em caso de guerra, e então restava a possibilidade de se obterem salvo-condutos dos beligerantes e de se viajar em caravanas armadas.

O problema das distâncias é um dado físico. Para resolvê-lo, convém considerar dois fatores: os caminhos e os meios de transporte.

Pistas e atalhos não faltavam. Alguns, como já dissemos, remontam a épocas pré-históricas e aos primeiros povoamentos. Roma construiu a partir de então calçamentos sólidos. Mas nos períodos de crise (despovoamentos, invasões ou incursões) a manutenção fora negligenciada. Assim que começavam as chuvas, elas tornavam-se tão precárias que o tráfego em charretes atreladas tinha de ser interrompido em quase todos os percursos. Deixava-se então de passar sobre o leito da estrada, trans-

formado em lamaçal, e usava-se o acostamento; invadiam-se os campos ribeirinhos e, pouco a pouco, o traçado deslocava-se, permanecendo paralelo à sua direção original. Assim, algumas estradas romanas aparecem hoje duplicadas a trinta ou cinquenta metros de seu antigo percurso pela estrada atual, última posição de um caminho lentamente deslocado ao longo dos tempos.

Mais praticáveis que as vias terrestres, sobretudo para o transporte de materiais pesados, eram os cursos d'água. Eram, pois, utilizados o mais amplamente possível. Rios hoje abandonados pela navegação (tais como o Loire, o Garonne e seus afluentes) eram então o centro de uma importante indústria de transporte fluvial. Até mesmo sobre as torrentes fez-se flutuar a madeira derrubada a montante. (Todos sabem que o transporte de madeira por flutuação no Yonne, que remonta pelo menos ao século XV, perdurou até nossos dias.)

A água era na época o grande meio de comunicação. Mar ou rio permitiam o transporte, senão rápido, pelo menos maciço, da pedra, da areia, dos grãos, do vinho, etc. Isso explica, entre outras coisas, por que o rei da Inglaterra conseguiu manter-se por tanto tempo na Aquitânia, por que o tráfico principal dos vinhos de Bordeaux ocorreu em direção à Grã-Bretanha, por que as primeiras grandes cidades comerciantes foram os portos marítimos e fluviais, e nos dá a chave do desenvolvimento urbano.

As cidades, isto é, aglomerações de consumidores, só podiam formar-se e se expandir na medida em que encontravam os meios de satisfazer as suas necessidades, principalmente em matéria de abastecimento de alimentos. Pequenas, tinham no próprio interior de suas muralhas, hortas, celeiros e telheiros que permitiam armazenar as co-

lheitas do ano, feitas sob os muros. Maiores e povoadas, em sua maioria, não mais por agricultores exploradores ou por proprietários da zona rural dos arredores, mas por artesãos, por comerciantes, por magistrados, por administradores e funcionários, tinham a necessidade de anejar economicamente — e com maior frequência administrativamente — os vilarejos vizinhos e suas terras. De um raio de seis a oito quilômetros pode-se vir a pé, a cavalo ou de charrete abastecer o mercado ou os revendedores, os “regatões”. As cidades dispunham, aliás, de bastante dinheiro e homens para fazer a manutenção de suas vias de acesso próximas e assegurar o policiamento.

Mas a aglomeração só pode crescer ainda mais se depender de uma região maior. Essa região deve, então, ser fértil e manter boas relações com a cidade; os transportes devem ser fáceis e, conseqüentemente, ela deve ser bem servida por cursos de água. Paris e as cidades flamengas desenvolveram-se rapidamente assim que puderam garantir a ocupação dos territórios ricos do interior, ao qual estavam ligadas por rios navegáveis. Graças ao Sena, ao Marne, ao Oise e ao Yonne, a Paris do século XIV conseguia alimentar e abastecer com matéria-prima cerca de 100.000 habitantes.

→ Quanto aos meios de transporte, nada aproveitavam da força mecânica. No mar ainda era possível utilizar-se o vento, mas nos rios era preciso, geralmente, usar a força humana ou animal. Todos os transportes continentais eram pois regulados pela velocidade do homem, do cavalo, do asno ou dos bois.

Sabe-se que um homem a pé faz, em média, quatro a sete quilômetros por hora, que um cavalo nunca ultrapassa dez quilômetros por hora, e que, em terreno ruim, a marcha torna-se mais lenta. Um comboio rápido percorria quarenta a sessenta quilômetros por dia. A França, na escala do pedestre ou do cavaleiro, era pois muito maior que na atualidade. Eram necessários aproximadamente vinte dias para atravessá-la de ponta a ponta, 29 dias para ir de Canterbury a Roma. O que dizer do mapamúndi que comportava ainda tantas regiões fabulosas ou desconhecidas?

O espaço e o tempo adquiriam assim aos olhos do homem da Idade Média um valor muito mais considerável do que aquele a que foram rebaixados em nossos dias. No entanto, a época dispunha deles com uma liberalidade cujo segredo nossa atividade moderna quase perdeu.

A proximidade é então definida pela distância que pode ser percorrida, ida e volta, entre a aurora e o pôr-do-sol. Toda vez que era necessário passar a noite fora de casa, era uma viagem. A vida econômica, administrativa e política organizou-se portanto em pequenos distritos, cuja dimensão dependia do tamanho do passo do homem ou do cavalo. Essas antigas pequenas regiões são atuais cantões europeus. Cada qual, por viver fechado em seu próprio mundo, desenvolve particularidades, originalidades ou especialidades: maneiras de falar (pronúncias e expressões), de se vestir, de comer, de se divertir, de trabalhar, seus santos, seus grandes homens e até seu direito. O patriotismo se concebe a princípio e sobretudo na escala da pequena região. As guerras, que foram o flagelo da época feudal até os tempos de São Luís, eram quase sempre lutas de um domínio contra outro, isto é, de uma cidade

contra outra ou de um cantão contra outro. Aliás, as obrigações militares, o serviço militar dos súditos, devido ao seu suserano tal como era estabelecido pelo costume, mostram-nos que os homens só podiam ser requisitados por um tempo limitado, quarenta dias no máximo, e que, a maior parte do tempo, eles tinham o direito de voltar à noite para dormir em casa e de se recusar a marchar se a tropa saísse dos limites do domínio senhorial.

Quando as cidades se emanciparam, estabeleceram-se entre elas alianças ou, no mínimo, ligações. Mas isso tudo geralmente não superava a superfície de uma das circunstâncias administrativas ou das províncias francesas. Assim, no século XIV, em casos graves Saint-Antonin não tomava decisões sem consultar antes Villefranche, Najac ou Cordes, e seu horizonte político não ultrapassava Cahors ou Albi. O mesmo acontecia no caso de Martel com Dôme, Souillac e Cahors; de Provins, ia-se a Troyes, ou a Sens e a Paris.

A vida econômica era igualmente descentralizada, como já vimos acima. Com exceção das cidades, que não crescem antes do século XII-XIII e que parecem consideráveis assim que ultrapassam — caso raro — 20.000 habitantes, pratica-se estritamente o consumo local. O problema dos transportes une-se ao da distribuição de bens e da estrutura social e explica-o em parte para revelar uma economia fechada e voltada, não para a venda e o lucro, mas para a satisfação das necessidades locais.

Cada casa, cada chácara, cada pequena região tende a ser auto-suficiente e trata de viver de seus próprios

meios. Todos se esforçam para atenuar a penúria local, que é prudente prever, menos pelas trocas difíceis com as regiões melhor abastecidas do que pela constituição de estoques. As abadias, que eram com frequência empresas agrícolas exemplares e ricas, constituíam assim reservas que a caridade cristã obrigava a dividir e que utilizavam com liberalidade.

Este regime de economia estritamente autárquico deixou vestígios duráveis no caráter nacional francês: o espírito de economia, e mesmo de avareza, o "medo de faltar", uma mentalidade geralmente não capitalista (pouco senso comercial, o lucro considerado como moralmente duvidoso). Finalmente trouxe a prática generalizada e ainda viva da policultura.

Até por volta do século XIII, era difícil alimentar um grupo significativo de não-produtores, a não ser levando-o de um lado para outro. Não era a produção que ia até o consumidor, mas o contrário. Por isso, uma corte, por menor que fosse, tinha de se deslocar de domínio em domínio (Carlos Magno dera instruções precisas a esse respeito), e por isso os carolíngios e os primeiros capetíngios não tinham uma capital. Mas, mesmo quando o campo tornou-se mais povoado e rico e os transportes puderam ser melhor organizados, a vida continuou sedentária e a economia, quase fechada: os senhores permaneciam em suas terras. Todo burguês enriquecido comprava uma propriedade cujos arrendatários lhe forneciam produtos *in natura*: grãos, manteiga e ovos, aves e caça, legumes, vinho (um suco de uva verde na maioria das vezes), óleo de papoula, de nozes ou de fruto de faia, mel e cera, madeira para o aquecimento, feno para os cavalos. Nunca abandonado por completo, o contrato de arrendamento

em troca de produtos da terra entra ainda no cálculo das rendas das fazendas.

Toda essa população fixa limitava seu conhecimento do mundo ao mercado e à peregrinação próxima. Recebia, porém, notícias do exterior pelos viajantes habituais ou ocasionais. O mau estado das estradas — provocado pelas chuvas — só opunha obstáculos à circulação de carroças. Um cavaleiro ou um homem a pé conseguia passar por toda parte. E, se o regime de economia rural prendia à terra os produtores e todos os que participavam da propriedade, dos direitos de posse imobiliária, continuavam nômades primeiro aqueles que um crime ou a miséria, uma penúria local tinham expulsado de suas casas, além dos andarilhos, ladrões ou não, que aproveitavam a liberal hospitalidade monástica para continuar sua vida errante enquanto tivessem forças, malabaristas, exibidores de animais ou cantores, que percorriam as festas, as feiras, as peregrinações e os torneios. Clérigos tornavam-se errantes, quer para se libertar um pouco da disciplina clerical (e toda a alta Idade Média fulmina estes *clerici vagantes* que ninguém sabe de quem dependem), quer para dar livre curso a uma devoção de que a Igreja às vezes suspeita e deplora, às vezes admira. Quando a vida política se estabiliza, no século XIII, a Igreja sanciona até a fundação de duas ordens "mendicantes": franciscanos, com um sucesso prodigioso, e dominicanos. Toda essa gente, profissional em viagens, não se arraigou em lugar algum. Ao seu lado, comerciantes que fazem as feiras, funcionários reais ou senhoriais que vão a audiências em todas as partes de suas circunscrições, inves-

tigadores, agentes dos correios e mensageiros passam a maior parte de suas vidas nos albergues e a cavalo.

Além destes, havia os viajantes ocasionais: trabalhadores que procuram emprego ou se deslocam para se aperfeiçoarem em seu ofício, estudantes que seguem seus mestres de uma universidade para outra e de uma região para outra, pleiteantes em processos que se deslocam muito até a sede da jurisdição e que, mais cedo ou mais tarde, vão à corte resolver seus assuntos, padres, bispos, religiosos e leigos a caminho de Roma, para onde o milenário da Paixão (1033) e o jubileu de 1300 atraíram imensas multidões de peregrinos. A peregrinação é uma verdadeira instituição, testemunho de piedade, penitência infligida a certos crimes ou pena (espécie de banimento temporário) à qual certos tribunais condenam e também meio de escapar à rotina ou de buscar aventuras. É considerada pela Igreja e pelos poderes públicos como uma simpatia desigual, às vezes imposta, às vezes elogiada, às vezes desaconselhada, às vezes censurada ou proibida. Os peregrinos dirigem-se a santuários locais — os bretões vão ao de Tro Breiz pela *rota verde* —, mas vai-se também muito longe: da Europa toda vai-se à Terra Santa, a Roma, ao Mont Saint-Michel, a Compostela, a Colônia e a Canterbury. Os peregrinos partem por meses, anos, sozinhos ou em grupos. Os itinerários são tão freqüentados que são demarcados por paradas previstas em igrejas grandes e ricas, como a Madeleine de Vézelay ou a Sainte-Foi de Conques. Quando a filha se torna guerreira, a mãe de Joana d'Arc vai rezar por ela em Notre-Dame du Puy, a setecentos quilômetros de Domremy.

Toda uma população diversificada desloca-se incessantemente pelas estradas medievais. No século XIV, passam

em Aix de doze a treze viajantes por dia. É o suficiente para que se espalhem as novidades e para que todos tomem consciência da vasta cristandade.

Sedentárias ou não, as pessoas da Idade Média são quase todas obrigadas, pelo seu modo de existência, a um severo treinamento físico: os camponeses, que constituem nove décimos da população, passam a vida ao ar livre, bem como os nobres, cuja maior ocupação, quando não há guerras, é a caça. Como os viajantes, eles passam frio, calor e tomam chuva. Daí não haver então essa violenta incompreensão que divide nos dias de hoje as populações, conforme estas sejam rurais ou não. Quando uma abadia mantinha a crônica dos acontecimentos importantes, ela registrava geadas e tempestades entre as mortes de príncipes ou as batalhas.

Além disso, todos se habituam às condições rudes de vida. Percorrer a França e a Itália de ponta a ponta era um desempenho que não assustava o peregrino, o comerciante, o estudante, nem o religioso, mesmo sexagenário, embora a viagem tivesse de ser feita a pé. Passar o dia a cavalo era o destino comum dos maiores senhores, dos comerciantes, de seus criados, de inúmeros magistrados e dos mais ínfimos agentes de correios das pequenas cidades. As fadigas eram as mesmas, os alojamentos das paradas análogos. À chegada, o rei, o comerciante, o clérigo divertiam-se com as mesmas histórias de viagem e confraternizavam-se de uma forma que, mesmo não sendo ostentatória, nem é por isso menos real.

Em resumo, os homens da Idade Média, diretamente expostos às condições naturais, deviam-lhes certas carac-

terísticas: no plano individual, o desenvolvimento das qualidades corporais (robustez, resistência) e das qualidades morais correlatas (paciência, coragem, ao menos passiva), uma certa rudeza de existência, um ritmo de vida em conformidade com os dias e as estações; no plano econômico, a obrigação de ser auto-suficiente no essencial com os recursos da região, o que provocava a limitação das necessidades, a habilidade e as migrações de população mais que de produtos; no plano social, uma grande descentralização com infinitas particularidades, mas também essa fraternidade informal que nasce de experiências análogas.

II. A habitação

Conhecemos ainda melhor a habitação medieval porque muitos exemplares desta foram conservados até hoje.

A planta é simples: uma sala mais ou menos grande onde se vive. Aí se trabalha, aí se recebem as visitas, aí se cozinha, aí se come, aí se dorme. Assim eram, ainda até recentemente, muitas das casas de fazenda do oeste da França. O cômodo comum que serve para tudo será a habitação tanto dos camponeses quanto dos burgueses, dos senhores e até de altos magistrados. Os últimos, quando muito, terão paredes de pedra enquanto o plebeu tinha de se contentar com a taipa.

No entanto, ao lado da casa de moradia, é preciso cavar a adega para o vinho, edificar o celeiro para o grão, a tulha para o trigo por bater, a cocheira para o feno e as carroças, o estábulo, a manjedoura, a pocilga. A moradia rural, do nobre ou do plebeu, é portanto cercada de edificações de exploração cujo número e tamanho variam

de acordo com a importância das terras, isto é, com a importância do indivíduo.

Essa planta tão simples é alterada ou torna-se mais complexa assim que a vida deixa de ser familiar. Quando se reúne um grande número de pessoas, é preciso lhe oferecer alojamentos distintos, ou reservar cômodos separados para as diferentes atividades da vida.

A primeira solução é empregada pelas grandes personalidades. São Luís muitas vezes comia e recebia em seu quarto. Os cavaleiros dormiam ao pé de sua cama. Acima de seu quarto ficava o da rainha, que vivia com suas damas; os cômodos dos soberanos eram ligados por uma pequena escada particular. Assim, cada uma das personalidades importantes tinha seu apartamento, onde se alojava com seus familiares. A cozinha constituía um domínio à parte, destinado à população hierarquizada dos cozinheiros. Igualmente à parte, havia o salão, onde se podia reunir a corte, uma assembléia ou se oferecer um banquete.

A segunda solução era adotada pelas ordens monásticas que tinham o dormitório comum, dividido ou não em celas, o refeitório, a sala do capítulo, a biblioteca, a cozinha, os cômodos de hóspedes, etc.

Na cidade, sendo o espaço limitado e os terrenos caros, é preciso prever não uma edificação espalhada, mas vertical. Cada família tem geralmente sua casa. A do artesão pode comportar ou não um porão, um cômodo no andar térreo, que é oficina e loja; às vezes, a parte de trás serve de cozinha e sala de jantar, devido ao fogão. Também pode ocorrer que o primeiro andar, ligado diretamente à rua por uma escada reta, constitua uma sala para todos os usos. No segundo andar ficam um celeiro ou

pequenos quartos servidos por uma escada interna que se comunica com a sala ou por uma escada em caracol que dá no pequeno pátio. A planta forma um retângulo cujo lado menor dá para a rua. Daí a expressão *pignon sur rue*². A planta modifica-se com a riqueza e os costumes menos simples: contíguo ao quarto estará o guarda-roupa. No século XIV prevê-se uma sala de jantar. Os colecionadores terão uma biblioteca. Todo castelo tem sua capela; as casas menores têm um oratório.

Enfim, os palácios, tais como o da condessa de Artois, comportam pavilhões destinados à diversão de convidados e do público admitido por meios dignos das nossas barracas de quermesse (autômatos, armadilhas, caixas de surpresas, etc.).

Os materiais de construção da casa variam de acordo com os lugares, os hábitos dos pedreiros, a fortuna das pessoas: alvenaria, pedra de cantaria, madeira, taipa, adobe. O madeiramento, belo, leve e sólido, inatacável pelos insetos, é feito com o miolo do carvalho. O telhado é de ardósia, de lajes de xisto ou de lava, de telhas planas ou redondas, de tabuinhas ou de palha. Não há calhas na beirada dos telhados mas, nos grandes edifícios, gárgulas.

O piso interno é, muitas vezes, lajeado. No andar da casa, um assoalho que forma o teto do cômodo inferior. Terra batida habitualmente no térreo das habitações camponesas e nos celeiros.

² Casa na cidade cuja fachada, terminada por um frontão triangular, dá para a rua. Por extensão, a expressão é utilizada para designar um profissional bem conhecido em seu campo de atividade. (N.T.)

A luz penetra por janelas, às vezes pequenas, às vezes, ao contrário, suficientemente grandes para ocupar quase toda a dimensão da fachada: as ruas são estreitas e é preciso enxergar direito. Há poucos vitrais, salvo nas igrejas; utilizam-se papel ou tela oleados ou encausticados, grades de vime ou de madeira. Postigos de madeira maciça, externos no térreo, internos nos andares, completam o fechamento.

Na Inglaterra, até meados do século XII, encontra-se nos vestibulos senhoriais a lareira no meio da sala, a fumaça escapando na medida do possível por um buraco no teto (asseguram-nos que ela fortalece quem a respira e contribui para a resistência das vigas, que ela unta). Em outros lugares edificam-se grandes lareiras geralmente apoiadas na cozinha e na sala, com um banco de pedra sob o pano da chaminé. A cozinha comporta uma pia com escoamento para fora. Quanto à água, é preciso ir buscá-la no poço do imóvel ou do bairro, ou então na fonte.

As latrinas são uma comodidade com que os arquitetos se empenham em prover abundantemente seus clientes. O ideal, realizado em certos conventos e castelos, é haver o mesmo número de leitos e latrinas. São, sempre que possível, cubículos em sacadas, cujo assento se abre sobre um rio, para os ribeirinhos, sobre uma fossa, às vezes guarnecida de cinzas de madeira desodorizante e desinfetante, ou sobre um barril cujo esvaziamento regular, em Paris, parece ter sido difícil por falta de voluntários em número suficiente para o cargo.

A casa da cidade, a barraca ou a tenda de feira é individualizada por uma "insígnia": estátua de santo, emblema de ferro forjado, pintura de animal, de utensílios, cenas

piedosas. Mora-se “à imagem de Nossa Senhora” ou “sob a insígnia do Cavalo Branco”.

A necessidade de segurança em uma região aberta aos ataques imprevistos obriga as pessoas da Idade Média, principalmente no continente, a fortificarem suas moradias ou a arrumarem um esconderijo de fácil acesso. As primeiras defesas serão o fosso, o talude e a paliçada de espinhos (e há também a sebe); depois serão construídas muralhas de pedra e aparece o castelo (casa ou aldeia fortificados) ou a cidade fortificada (aglomeração mais importante).

Esta necessidade de uma defesa cara de se instalar, e cujo traçado se inspirava ao mesmo tempo em considerações estratégicas e em um desejo de economia, obrigou as casas a se apertarem e até mesmo a se elevarem, as ruas a se tornarem estreitas. O espaço não construído, que na Inglaterra continua importante, exceto no próprio centro da cidade, já todo congestionado, reduz-se, em outros lugares, a uma praça e a um cemitério em torno da igreja, às vezes a algumas pracinhas, numa das quais se ergue o pelourinho, aos jardins dos conventos, aos pequenos quintais das casas. Constrói-se até sobre as pontes: as de Paris, por exemplo, são inteiramente ladeadas de casas. O mesmo ocorre em Londres, Bristol, York.

As ruas têm, com frequência, um traçado irregular que nos parece muito pitoresco. Aparentemente não foi elaborado propositalmente, embora tenha sido aproveitado com gosto, pois, quando da criação das cidades novas e bastidas, os urbanistas da época, que na verdade não passavam de agrimensores, traçaram ruas paralelas e perpendiculares, recortando blocos regulares, como se vê em Aigues-Mortes ou em Montferrand. Nas aglomerações

mais antigas e que com frequência dependiam de senhores diferentes, como Limoges, que cresceu simultaneamente em torno do bispado e do castelo dos Condes, teria sido difícil corrigir por plantas de conjunto, e em detrimento dos direitos estabelecidos, a anarquia nascida de loteamentos espontâneos.

As ruas da Idade Média eram freqüentemente muito sujas, por falta de uma organização adequada do serviço de limpeza. O mau cheiro de Paris fez Filipe Augusto desmaiar. Em princípio, cada um era responsável pela fachada de sua casa e, antes de mais nada, não devia sujá-la nem obstruí-la com detritos, lixo ou entulho; depois, devia mantê-la limpa. De fato, quando o espaço construído devorou pátios e jardins, foi preciso jogar a sujeira diante da porta; os animais deixados em liberdade — cães e sobretudo porcos, sem falar nas aves — encarregavam-se de retirar do meio do lixo o que pudessem comer. É o que se via, ainda recentemente, em alguns vilarejos franceses. Em Paris, a circulação de porcos foi proibida em meados do século XII, quando um desses animais provocou a queda do cavalo e a morte do filho mais velho de Luís VI. De vez em quando, particulares fretavam uma carroça de caixa móvel e procediam à retirada de seus lixos. As empresas privadas encarregaram-se igualmente disso após acordos com os interessados. As ruas, geralmente não pavimentadas, continuaram no entanto mal conservadas, os urinóis sendo normalmente esvaziados pelas janelas. Uma noite, ao atravessar as ruas de Paris, São Luís recebeu sobre seu manto o conteúdo de um urinol, não tendo o proprietário avisado o que iria lançar, porque não era hora de ninguém passar. O rei, suficientemente senhor de si para não se zangar, outorgou até,

após investigação, uma prebenda (bolsa de estudos) ao autor do acidente, um estudante que se levantava tão cedo apenas para trabalhar.

Na festa de Corpus Christi, quando da entrada de um príncipe, a cidade, tomada de ardor, limpava as ruas, que eram recobertas de capim e juncos, e estendia peças de tecidos ou tapeçarias nas fachadas.

O escoamento da água servida em certas cidades como Paris era feito por um sistema de esgotos que desembocavam nos rios. (Em Estrasburgo, esse confluente era judiciosamente escolhido para dar uma molhadinha em certos malfeitores sob os olhos zombeteiros de grupos de curiosos.) Outras cidades contentavam-se com riachos, por onde se deixava, de tempos em tempos, correr água limpa, como em Limoges. Em Salisbury, haviam sido escavadas derivações do rio.

A água limpa era levada por sistemas de aquedutos, renovados a partir dos romanos, ou melhor e mais frequentemente por canalizações de madeira, de ferro ou de chumbo, cujo traçado respeitava as propriedades do sifão. Era distribuída por fontes, muitas das quais infelizmente desapareceram, sobretudo no século XVII.

A iluminação urbana era rara e pobre. No entanto, na época das feiras, uma cidade como Provins mandava iluminar suas esquinas. O mesmo acontecia quando da representação de mistérios, incêndios ou "assombros". Nesse caso, até se pedia aos burgueses para acenderem, cada um, um lampião diante de sua casa. Os devotos subvencionavam a manutenção de luminárias diante das estátuas de santos.

Para a segurança das ruas, fechavam-se com correntes os quarteirões de má fama. Aliás, a circulação noturna era

proibida nas cidades desde o toque de recolher até a madrugada. O porte de armas foi também e por repetidas vezes proibido. Como a prescrição não era observada pelos malfeitores, as pessoas honestas livravam-se deles tomando precauções.

III. O mobiliário

O mobiliário de uma casa tão simples quanto a medieval é também muito sumário, reduzindo-se às vezes à cama e à área, móveis entalhados a machadadas em tábuas espessas.

A cama em geral é grande, visto que recebe geralmente de duas a seis pessoas (as filhas do gigante de *O Pequeno Polegar* dormiam em uma cama da Idade Média). Nas casas mais pobres, é uma caixa que se enche de feno, com um saco cheio de palha servindo de travesseiro. Geralmente, é melhor montada, guarnecida de um enxergão e de um ou vários acolchoados de penas: "deitar-se num colchão de penas" é expressão máxima do conforto.

Eram guarnecidas de lençóis, de linho ou de cânhamo, finos ou rudes, de acordo com as posses do dono ou a habilidade de sua mulher. No entanto, as pessoas muito pobres e alguns mosteiros dispensam os lençóis e usam apenas cobertas de sarja. (Neste caso, dorme-se tirando-se apenas o casaco e as calças de trabalho.) Os lençóis não são colocados sob o colchão, mas arrastam-se no chão, ou ficam pendendo. O travesseiro é enrolado no lençol inferior, e o lençol superior é virado, como nos dias de hoje, sobre os cobertores. Estes são geralmente feitos de sarja. Para o inverno usam-se cobertores forrados

de arminho ou de veiros entre os aristocratas, de raposa ou coelho entre as pessoas do povo. São conhecidas também as mantas para os pés acolchoadas, guarnecidas de lã ou de penas.

O baú ou arca, freqüentemente munido de quatro pés, pelo menos quando se destina a ser colocado num chão de terra batida, serve ao mesmo tempo de armário e de assento. Nele arrumam-se as roupas cuidadosamente enroladas, tal como se faz ainda em algumas zonas rurais francesas, a roupa branca é perfumada com raiz de íris, lavanda ou açafraão, os papéis ou pergaminhos (vendas, quitações, empréstimos, etc.) e o dinheiro fechados em uma bolsa de couro ou sacola de lona. O baú é muitas vezes munido de ferrolhos pesados e de uma ou duas imponentes fechaduras. Mas o proprietário tem o cuidado de mantê-lo bem perto de sua cama ou, se tem um pequeno baú destinado aos objetos mais preciosos e papéis, sob sua cama. Assim evita ser roubado à noite. Nas casas importantes, onde o guarda-roupa exige um local especial, contíguo à sala, nele se colocam também os baús de dinheiro e roupas. O mobiliário completo compreende uma mesa, muitas vezes montada sobre cavaletes, o que permite retirá-la assim que se acaba de usá-la (dizemos ainda "tirar a mesa" no sentido de retirar o que está sobre ela após uma refeição; a expressão, na Idade Média, deve ser compreendida ao pé da letra). Quando a mesa é maciça (principalmente nas cozinhas ou nas salas de jantar, isto é, nos cômodos onde seu uso é especializado), ela combina com freqüência com um certo número de bancos de três ou quatro pés arrumados sob a mesa.

Quanto aos assentos, além desses bancos, observamos uma cadeira ou cátedra de um ou dois lugares, reservada

ao chefe da casa ou à pessoa mais considerável (em uma cozinha importante, ela cabe ao cozinheiro-chefe), bancos que são baús com espaldar, destinados às pessoas que se quer honrar. Para tornar um pouco mais confortáveis esses bancos de madeira dura, eles são recobertos de almofadas.

No século XIII, muitos interiores ainda não têm móveis para se sentar. Usam-se então montes de palha que se recobrem de tecidos quando se quer honrar um hóspede ou se tem hábitos luxuosos. Os estudantes assistiam às aulas sentados diretamente sobre a palha; um romance da época nos mostra uma filha de imperador instalada em seu quarto com suas damas de companhia sobre montes de palha recobertos de tafetá bordado de brasões e encostada na cama que lhe serve de espaldar. Este tipo de assento tinha, no inverno, a vantagem de ser quente.

As igrejas têm alguns armários, móveis maciços; os particulares também, a partir do século XIV.

As casas ricas completam seu mobiliário com tapeçarias que permitem renovar a decoração e recriar o lar durante os deslocamentos tão freqüentes na vida dos nobres. No inverno, elas interceptam as correntes de ar; finalmente permitem, a exemplo dos biombos japoneses, dividir as salas comuns em salões particulares. Também um conjunto de tapeçarias é chamado de *quarto*.

No chão, peles às vezes, mas mais freqüentemente palha no inverno, juncadas, gladiolos e plantas aromáticas (menta, verbena, etc.) no verão. Quando a trocava, o palácio real enviava a palha usada ao hospital.

Observemos que nos dias de festa (passagem de um príncipe, de uma procissão) as ruas eram ornamentadas como um rico interior: o chão era recoberto de ervas e

de flores, tapeçarias ou tecidos eram pendurados nas paredes. Essa decoração prevaleceu até nossos dias nas cidades do oeste francês para as procissões de Corpus Christi.

Há poucos tipos de utensílios, mas em número abundante, pelo menos no século XIV, visto que cada casa é sede de um artesanato familiar. A louça é simples, freqüentemente de barro ou de estanho (tigela, onde se comem a dois os pratos líquidos, pratos, colheres, jarros para a bebida), completada por objetos em madeira (taças, pequenos barris para os vinhos preciosos e aguardentes, pratos, colheres). O material de cozinha era o mesmo que se usava até há pouco nas fazendas francesas: uma trempe (visto que se cozinhava no fogão a lenha), um ou vários caldeirões de barro ou bronze, uma frigideira de bronze, uma concha, um pilão e um almofariz para preparar diversos molhos, principalmente o de alho, que é um dos principais temperos da cozinha medieval e cujo uso, a partir de então, tendeu a se restringir ao sul da França. As casas importantes multiplicavam o número desses utensílios, acrescentando grelhas, potes de cobre, cães de chaminé, espetos.

Além disso, encontram-se geralmente na cozinha ou em suas dependências uma tina para lavar a roupa e para os banhos, pipas, uma salgadeira para o toucinho, um machado de cortar lenha, baldes, uma pá, vassouras, um aquecedor para a cama, freqüentemente uma masseira.

Assim são preparados para o consumo familiar os produtos do domínio, ou os das redondezas comprados no mercado. O lavrador tende a ser auto-suficiente em tudo, tendo seu grão para o pão, seu toucinho, suas conservas, suas carnes salgadas ou defumadas, suas compotas, seu mel, sua aguardente, seu vinho, sua roupa branca, seus tecidos,

tudo fabricado em casa a partir do que foi plantado no domínio. Assim se fará no Canadá francês, na Romênia, etc., até bem recentemente.

IV. O vestuário

O traje da Idade Média deriva dos trajes antigos e gauleses. Deste último, conservou, para os homens, o uso de *bragas* (ceroulas, calças ou calções de lona ou couro, presos à cintura por um cinto, o *braiel*; as mulheres não os usam e, no campo, continuam a não usá-los até o início deste século) e, para ambos os sexos, o *bliand*, que o mundo elegante deixará de usar no século XIII e que no entanto permanecerá até nossos dias no traje camponês: é o avental.

A roupa feminina sempre foi comprida; a dos homens, curta, salvo quando se tratava de trajes de cerimônia ou litúrgicos, imitados da Antiguidade; tornou-se mais longa por volta de 1140, apesar das críticas dos moralistas (tal moda parecia-lhes efeminada), e foi novamente encurtada a partir de meados do século XIV, apesar das novas censuras recriminando, desta vez, a indecência das roupas que modelam as linhas do corpo. Na época, só permaneceram fiéis ao traje comprido as pessoas obrigadas a manter a gravidade: padres, professores, médicos, magistrados. Ainda continuam presos a esse tipo de roupa: os primeiros para as cerimônias do culto, os outros quando dão aulas nas faculdades ou aparecem no tribunal.

O período em que os trajes da Idade Média foram mais belos é o de 1180 a 1340, pois estes apresentavam simplicidade de formas e perfeita adaptação ao corpo hu-

se na alta Bretanha para designar as meias). Eram tricotadas ou feitas em tecido exatamente cortado à maneira das nossas polainas e presas por ligas tricotadas e até bordadas. As polainas às vezes tinham sola, o que evitava o uso de outro calçado, pelo menos dentro de casa. Quando não tinham, usavam-se sapatos feitos com frequência de tecido ou couro flexível e, para o inverno, chinelos forrados. Quando era preciso sair, calçavam-se borzeguins espessos em couro de vaca e pregados, tamancos ou botas, e às vezes completava-se o traje com borzeguins de couro ou polainas.

Quanto ao penteado, as mulheres mantinham os cabelos longos. Usavam tranças, cujo volume não hesitavam em aumentar com cabelos postiços tirados dos cadáveres, para grande escândalo dos pregadores. Tais tranças, a princípio soltas, foram erguidas em forma de coque ou correntinhas sobre as orelhas, encerradas em uma redinha, recolhidas em forma de birote na nuca. As jovens, pelo menos quando em trajes de festa, usavam os cabelos soltos (e a Virgem é frequentemente representada desta maneira, como sinal de sua virgindade, nos quadros antigos). Este penteado ainda é usado em algumas regiões da França, principalmente em Ouessant.

O homem, que, no século XIII, barbeava o rosto inteiro, como atualmente, cortava os cabelos sobre a nuca e enrolava as pontas para cima. Os elegantes ondulavam os cabelos com ferrinhos. Para manter a cabeleira ou encobrir sua ausência, utilizava uma pequena touca de três partes (conservada até hoje nas toucas dos bebês). As mulheres colocavam um toucado de tecido fino deixando seus cabelos à mostra, ou, se eram desprovidas de vaidade, idosas, viúvas ou devotas, uma ampla mantilha que recobria

o rosto e caía até o busto, às vezes cobrindo o queixo e dissimulando um pescoço já sem viço. Esta se conservou sob inúmeras variantes, flexível ou engomada, em muitos trajes monásticos.

Sobre o toucado ou sobre a mantilha, coloca-se, de acordo com a ocasião, um véu (exclusivamente para as mulheres), um chapéu ou um capuz (para os dois sexos). O chapéu é de palha para o verão; em forma de cone ou achatado, com abas largas, adaptado a seu uso, que é o de proteger do sol. Para o inverno, ele é de feltro, geralmente em forma de sino, em cujo topo se encontra uma pequena saliência em forma de botão, análogo ao cordão que se ergue no meio das boinas bascas. Nas festas ele é frequentemente substituído por uma coroa de ourivesaria ou de flores, que constitui, ainda em nossos dias, a grinalda das noivas¹. Os elegantes usavam chapéus de penas de pavão. Quanto ao capuz de lã, frequentemente forrado de um tecido ou mesmo de seda de cor clara, foi, durante dois séculos e até o fim do século XV, uma moda durável e apresentou os maiores caprichos de forma. Os trajes universitários da Europa (afora a França) conservaram uma rica variedade de exemplares. Homens e mulheres tiravam-no para cumprimentar.

O traje era completado por luvas, de tecido ou de couro, que a Idade Média utilizou muito. As damas as bordavam, os senhores faziam com que estas lhes fossem

1. Esta coroa era chamada "chapéu de flores". Era feita de violetas, rosas, amores-perfeitos... Em Paris, o ofício de chapeleiro de flores era uma profissão preferida a qualquer outra e com a qual se podia sustentar a casa. Um pequeno chapéu era um *chapelet* (rosário), daí o nome do objeto de devoção que é uma pequena coroa de grãos que simboliza as preces, análogas às flores.

presenteadas como forma de pagamento feudal. Jogar sua luva era um desafio; oferecê-la, sinal de doação. Os caçadores levavam seus acores ou falcões nos pulsos cobertos por espessas luvas de couro. Os camponeses usavam luvas de couro sem dedos para entrelaçar plantas com espinhos, arames farpados naturais, com as quais construíam paliçadas. Como os trabalhadores norte-americanos, os pedreiros usavam luvas de trabalho às dúzias, como nos revelam as contas.

O traje medieval, tão bem concebido, tão prático e ao mesmo tempo tão conveniente, podia ser muito rico pelo seu material ou pela ornamentação. Esta busca de elegância foi a princípio reservada aos trajes sacerdotais ou aos trajes de aparato dos príncipes. Mas, no final do século XIII, os burgueses rivalizavam em elegâncias ruínas que as leis suntuárias tentaram conter. Quis-se também obrigar tanto as mulheres honestas quanto as "mulheres da vida" a maneiras de vestir despretensiosas. E essas leis eram às vezes respeitadas.

V. A alimentação

Os produtos locais eram a base da alimentação das pessoas da Idade Média. Daí a elaboração em cada região de preparos e de hábitos culinários, dos quais muitos ainda sobrevivem. Os cidadãos dispuseram de uma alimentação mais variada à medida que os mercados urbanos passaram a ser abastecidos por regiões cada vez mais distantes. Os parisienses do século XIII comiam carne de bois normandos e até da Savóia, peixes frescos pescados na Mancha e, nas mesas dos ricos, havia tâmaras, figos secos, limões e laranjas.

O essencial da alimentação para todas as classes sociais consiste no pão de trigo, de centeio ou de cevada, na carne, cuja privação constitui uma penitência, no vinho e, em lugar de nossa indispensável batata, ainda desconhecida, nas ervilhas e nas favas. No Limousin, nas Cévennes e na Córsega, a castanha é o alimento básico para homens e animais.

As carnes são as que consumimos até hoje: boi, vitelo, carneiro, porco, etc. Não havia casa camponesa que não tivesse sua salgadeira e não sacrificasse porcos no início do inverno. O hábito foi fielmente conservado até hoje.

Os animais de corte, na falta de pastos artificiais e de forragens suficientes, raramente eram gordos. Todavia, desde o século XII, graças aos pastos naturais da região, o gado normando é célebre.

A caça era na época um meio de abastecimento não desprezível para os camponeses, nobres, plebeus e caçadores clandestinos. Ao lado da caça miúda que conhecemos, muitos javalis, cervos.

Quanto à criação de animais domésticos, observemos que o coelho era menos abundante que hoje em dia e que, ao contrário, se engordavam para comer, além de galinhas, gansos, pombos, cisnes e pavões, que eram recobertos de suas próprias penas quando servidos.

É quase certo que, entre os ricos, a alimentação era quase que exclusivamente à base de carne e que, nos lares mais modestos, abusava-se do toucinho. Daí a necessidade, para "engolir" toda essa carne, de condimentos, entre os quais os mais usados eram o alho e a mostarda. Desde a época das Cruzadas usava-se também em pro-

usão pimenta, gengibre, canela e outras especiarias estrangeiras.

Após o inverno, os excessos de alimentação à base de carne acarretavam doenças de primavera, erupções que todas as gerações seguintes até a nossa conheceram. Eram tratadas com tisanas ou sangrias, mas a Igreja impunha um remédio melhor: a dieta de carne, a Quaresma, que a maioria dos conventos, aliás, praticava o ano todo.

O peixe então substituíra a carne nas mesas. Castelos e mosteiros tinham seus viveiros. Os peixes de água salgada ou de água doce eram os que comemos ainda, mais alguns esqualos, cuja carne dura desdenhamos atualmente, e as baleias que assombravam então o Golfo da Gasconha. Os peixes eram vendidos frescos, salgados, defumados ou secos. Consumiam-se crustáceos, mariscos e ostras.

Os legumes eram as favas, ricas em proteínas, e as ervilhas, que eram comidas com toucinho ou com banha de baleia, certos feijões que se consumiam frescos ou secos, repolhos, alhos-porros, rábanos, cebolas, alfaces, agrião, etc. Como frutos, dispunha-se de cerejas, morangos, pêssegos, framboesas, groselhas, figos, nêspersas, amêndoas, avelãs, nozes, castanhas, ameixas, peras, maçãs, marmelos e, depois das Cruzadas, damascos e melões.

As maneiras de preparar os pratos não eram muito diferentes das nossas. O campo comia a sopa de toucinho e de repolho que cozinhava no caldeirão. As cozinhas mais esmeradas alternavam churrascos no espeto, grelhados, cozidos, guisados, frituras. Usavam-se muitos recheios, ligados com farinha ou ovo mas com miolo de pão molhado e passado na peneira, molhos apurados com vinho ou agraço. Os ingredientes que hoje moemos, na época eram

pilados. Fabricava-se — e cada cozinheiro tinha sua receita — grande quantidade de temperos onde entravam a canela, o açafrão, a pimenta, o gengibre ou outros condimentos, que eram guardados preparados para ser utilizados no momento oportuno: completar o aroma de um guisado, acompanhar um assado, realçar o gosto do comum e insípido purê de favas ou de ervilhas. A cozinha monástica não os utilizava (principalmente porque as especiarias tinham fama de afrodisíacas), tendo por isso uma sólida reputação de insipidez. A tradição dessas misturas de temperos conservou-se até nossos dias na boa cozinha francesa, e manteve-se nos países anglo-saxões a ponto de aí constituir objeto de uma indústria.

As ostras eram comidas cruas, cozidas ou “guisadas”, como até hoje as consomem os norte-americanos.

Os doces ainda eram simples. Conheciam-se os sonhos, os filhós e os barquinhos, o *pain d'épice**, as tortas de frutas, de creme e de queijo. Faziam-se cremes e pudins.

À guisa de balas, comiam-se pastas de fruta e drágeas aromatizadas com gengibre, cujo centro era um pequeno pinhão ou uma amêndoa, doces de mel ou de uva.

Bebiam-se diversos tipos de agüapé e cerveja — no oeste, tardiamente, sidra e perada, que eram muito pouco apreciadas — mas, em todo lugar, vinho importado ou fabricado na própria região, mesmo que o clima fosse pouco favorável. O vinho normando tinha a reputação de um infame provocador de cólicas. Finalmente, a partir do século XII, começou a se destilar a aguardente de grãos, e, do século XIV, a de frutas.

* Bolo de centeio, mel, açúcar e especiarias. (N.T.)

Quanto aos cardápios, temos os das espetaculares comilanças senhoriais, por ocasião das festas. Limitemo-nos aqui a evocar os cardápios simples e comuns, mais sugestivos. Na Normandia, os homens que faziam a corvéia para a abadia de Montebourg recebiam em 1312 para sua alimentação por cabeça e por dia: um pão, ervilhas para sopa, três ovos e um quarto de queijo, ou seis ovos sem queijo, e bebida dos padres “tanta quanta lhes agradasse ou bastasse”; na Quaresma, davam-lhes três arenques e nozes.

Em 1268, um casal fez um acordo vitalício com os monges de Beaumont-le-Roger. Deixavam seus poucos bens aos monges, contanto que estes suprissem suas necessidades por toda a sua vida. As bases do contrato eram as seguintes: o convento forneceria diariamente um pão de sua fabricação, dois pães médios, um galão (quatro litros?) de sidra, de cerveja ou de bebida dos monges, um prato de carne três vezes por semana e, nos outros dias, seis ovos, na Quaresma, quatro arenques. (Mais, todos os meses, um alqueire de madeira e trinta soldos por ano — cerca de mil francos franceses — para suas roupas.)

No início do século XIV, os marinheiros a serviço do rei recebem diariamente: pão, favas e ervilhas; como bebida, água. Mas seus salários são calculados (quarenta soldos por mês) de maneira a que eles próprios possam comprar vinho e carne, cuja despesa mensal é avaliada em cinco soldos.

Comia-se como ainda hoje se come em certas regiões rurais, com tigelas, colheres e facas (e muitas vezes uma média de uma para cada duas pessoas), mas sem pratos,

sem garfos, sem guardanapos e, salvo em dias de festa ou em casas ricas, sem toalhas. No século XIV, o uso de toalhas de mesa começa a se vulgarizar. As toalhas, quando eram colocadas, ultrapassavam em muito as mesas estreitas e caíam muitas vezes até o chão. Os convivas nela limpavam os dedos; assim, nos grandes jantares, eram trocadas após os pratos principais.

No início da refeição, lavavam-se as mãos na fonte. Nos mosteiros, o abade, por cortesia, despejava ele próprio água sobre os dedos de seus hóspedes. Nas casas senhoriais, esse serviço era prestado pelos escudeiros, depois que se havia “soado a água”, o que era uma maneira de anunciar a refeição. Quando se queria ser refinado, servia-se água perfumada (infusões de pétalas de rosa, de menta, verbena, etc.).

Depois, a sopa era “molhada” nas tigelas. (A *sopa* era a fatia de pão destinada a ser embebida na sopa ou vinho.) Era pega com uma colher. A carne, cortada em fatias, era servida sobre trinchos, grandes pedaços de pão que se embebiavam de molho, e comiam-se alternadamente a carne e os trinchos, às pressas, de acordo com um hábito que ainda não se perdeu. Nos grandes jantares, deixava-se de comer os trinchos, que eram recolhidos em cestos e distribuídos aos pobres.

Nas mesas senhoriais, os escudeiros trinchadores eram encarregados de guarnecer, à medida que se esvaziavam, os trinchos de seus amos. Nas outras mesas, cada um dos convivas se servia, e recomendava-se fazê-lo com delicadeza e só mergulhar a ponta dos dedos no molho.

No final da refeição servia-se o vinho, o que permaneceu um hábito inglês.

Arrependimento

Capítulo II

O RITMO DO TEMPO

I. O dia

O dia da Idade Média começa, para os clérigos, à meia-noite; para os homens do campo, de madrugada. É regulado, em seu conjunto, pelo sol, em seus detalhes, pelo menos nas cidades e burgos com igrejas colegiadas ou mosteiros, pelo soar dos sinos da igreja. À meia-noite tocavam as matinas (quando Frère Jacques não adormeceu*); às três horas, as laudes, às seis horas, prima, seguida, dependendo do caso, de missas particulares; às nove horas, terça, seguida pela missa principal; ao meio-dia, sexta; às quinze horas, nona; às dezoito horas, vésperas; às 21 horas, completas. Este horário permaneceu o de várias ordens religiosas, principalmente dos beneditinos e dos trapistas. Observemos no entanto que, como certas congregações e os cônegos não praticavam em geral o offi-

* Referência a uma canção do folclore francês. (N.T.)

cio noturno, agrupavam, à tarde ou pela manhã, a recitação das horas noturnas.

De qualquer modo, as horas canônicas continuavam sendo a grande divisão do tempo, aquela à qual todos se referiam constantemente: dizia-se por volta da prima, após as vésperas, antes da terça, etc. Essa própria divisão era mais ou menos elástica conforme a estação, pois tratava-se menos de dividir o dia de 24 horas em seções do que separar dia e noite. E as ordens tinham seu horário de verão diferente do horário de inverno.

Os relógios não eram absolutamente desconhecidos (o próprio Carlos Magno tivera uma clepsidra), mas eram muito raros e só depois do século XIV as prefeituras foram ornamentadas de *jacquemards**. Construíram-se até, então, relógios astronômicos. Quando era preciso medir o tempo, recorria-se a diversos meios: ampulhetas (ainda usadas nas cozinhas francesas para preparar ovos quentes), velas (a noite se dividia em três velas). Este meio ainda é empregado hoje para limitar a duração dos leilões nas adjudicações diante de notário, mas a dimensão das velas é muito pequena, para que o "fogo" seja reduzido a alguns minutos, duração de certas preces (um Saltério, um *Miserere*, um pai-nosso, etc.).

O homem da Idade Média, pelo menos o monge e o habitante das aglomerações, acorda ao som dos sinos e muito cedo: normalmente antes do raiar do dia, para que, depois de se arrumar e fazer as preces, ele possa começar com a alvorada sua jornada de atividades. Toda a França antiga conserva estes hábitos.

* Figura de metal ou de madeira esculpida que representa um soldado com um martelo com o qual ele bate as horas nos sinos de um relógio. (N.T.)

Os próprios preguiçosos acordavam relativamente cedo: relatam-nos que os estudantes que queriam prolongar o prazer da cama se inscreviam de preferência nas aulas dos Decretalistas que começavam às terças, isto é, às nove horas da manhã.

Assim que se acordava, de acordo com Philippe de Novare, faziam-se três sinais-da-cruz, em homenagem à Trindade, e uma prece. Um burguês de Paris, que compôs no final do século XIV um tratado de moral e de economia doméstica para sua mulher, redigiu para ela o texto de quatro orações matinais a serem recitadas "nas matinas, ou pela manhã ao acordar, ou em ambas as ocasiões, ao acordar e ao vestir-se e depois de vos vestir; tudo estará bem desde que seja em jejum e antes de qualquer outro trabalho". Duas dessas preces eram dirigidas a Deus e duas à Virgem. Eis a primeira: "Por tua suave atração, meu pensamento se dirija à tua santa justiça e vontade, senhor Deus todo-poderoso e pai eterno que me proporcionou a ventura de chegar ao começo deste dia por tua santa virtude; protege-me de qualquer perigo, da mesma forma que de qualquer pecado mortal."

Depois as pessoas se vestiam na seguinte ordem, segundo um autor da época: "Pela manhã, quando quiserdes vos levantar, primeiro vesti a camisa, calçai as ceroulas, vesti a *blanquet* ou a *futaine* (espécie de colete), enfiai o capuz ridículo, calçai as meias, os sapatos, depois as roupas de cima, apertai a correia (cinto), e lavai as mãos, os dedos, as unhas, o rosto."

Como até recentemente em vários locais do interior francês, as pessoas só se lavavam depois de vestidas e então limitavam-se a limpar as partes do corpo que ainda permaneciam visíveis, ou seja, o rosto e as mãos. Isso pelos

mesmos motivos que perpetuaram esse costume: muitas pessoas dividiam o mesmo quarto e não havia gabinetes privativos ou toaletes.

O que não quer dizer que os homens da época eram incapazes de uma toalete mais completa, que se fazia com o tronco nu, diante de um balde de água. O povo das cidades e os habitantes dos castelos conheciam até o prazer do banho, que os mosteiros reservavam aos doentes e convalescentes e dos quais os últimos se abstinham nos três dias que se seguiam a uma sangria. Praticava-se esse descanso em tinas de madeira que serviam também para deixar a roupa de molho. Recobria-se o seu fundo com um pano para impedir que eventuais farpas ferissem a pele. Alguns, por falta de uma instalação adequada, submetiam-se a banhos de vapor segundo um processo que lembra a sauna finlandesa: telhas ou seixos eram aquecidos em fogo forte; uma vez ardentes eram colocados no fundo de uma tina, recobertos por um fundo de madeira com muitos furos e regados. O paciente, envolvido em vários lençóis para evitar queimaduras, sentava-se então na tina e nela permanecia até que tivesse transpirado o suficiente.

Esses banhos a domicílio eram tomados pela manhã ou quando se voltava de um exercício cansativo ou no qual as pessoas se sujavam (viagem, caça, torneio, etc.).

Os mais pobres contentavam-se com os banhos públicos: em 1292, existiam em Paris mais de 26 desses estabelecimentos. Ficavam abertos todos os dias, exceto aos domingos e feriados. Assim que a água esquentava, os caldeireiros enviavam seus mensageiros pela cidade para anunciar aos gritos que os banhos estavam prontos. Estes chegaram a ser proibidos de gritar antes da aurora, pois os clientes que se apressassem na noite escura corriam o risco de deparar com malfeitores.

À simples toalete, acrescentavam-se cuidados de elegância: depilação, uso de ungüentos e perfumes, tintura dos cabelos. Estamos muito bem informados sobre as receitas de beleza dos séculos XIII-XIV, das quais algumas ainda figuram nos manuais dos herboristas.

A maior parte das pessoas não corria, pela manhã, às estufas, mas muitos, nas cortes senhoriais, nas cidades e vilarejos, começavam seu dia com preces na igreja e assistindo à missa.

Sabemos que um homem de insigne religiosidade como São Luís não se contentava com apenas uma missa: assistia a duas por dia, das quais uma, silenciosa, era para os mortos, e a outra, cantada, a do dia. Ele gostava tanto dos ofícios litúrgicos, que chegava a deles abusar e, nos feriados, redobrava-os a ponto de aborrecer seu séquito, confessa um de seus biógrafos, no entanto, clérigo.

Não nos surpreende que o mesmo São Luís, ao estabelecer um programa de vida para sua filha, tenha nele incluído uma missa diária. Mas um Joinville, que era um bom cristão comum, agia da mesma maneira, relata-o como uma prática habitual. Da mesma forma um Philippe de Novare. O cavaleiro de La Tour-Landry, que escrevia nos finais do século XIV para suas filhas, e o administrador de Paris referem-se a isso como a um costume constante que entrou com tanta força nos hábitos que já nem constituía mais um indício de devoção. "Rezai vossas horas com amor sem pensar em mais nada", prescreve o cavaleiro, "e atenção para não quebrardes o jejum até as terdes terminado... Depois, procurai assistir a todas as missas que puderdes, sempre em jejum." Cita com horror o mau exemplo de uma senhorita tão dissoluta "que, logo depois de ouvir uma pequena missa e rezar

dois pai-nossos ou três, ia ao seu guarda-roupa e ali comia sua sopa, dizendo que o jejum lhe dava dor de cabeça".

O administrador chama de "carnalidade" ficar deitado até tarde, e de manhã, quando se está bem à vontade na cama e se ouve soar a missa, não dar ouvidos e se virar para o outro lado para tornar a dormir. Ele conta em outra parte a história de um burguês que tinha, além de sua esposa legítima, uma ligação com uma moça pobre, fiandeira na roca, à qual consagrava uma noite de vez em quando. Menciona-se casualmente que, ao sair da cama de sua amante, ele ia à missa "como estava acostumado". Essa prática de devoção aliava-se então a uma vida bem mediocrementemente fervorosa.

A jovem senhora que ia à igreja devia ser acompanhada de uma "mulher íntegra". Ela caminhava com "a cabeça ereta, alcançando com a vista quatro toesas e olhos baixos", sem olhar nem para a direita nem para a esquerda, sem "rir nem parar para conversar com ninguém nas ruas".

Na igreja, diziam-lhe: "Elegei um lugar secreto e solitário, diante de um belo altar ou de uma bela imagem e aí permaneci sem ir para cá e para lá..., conservai a cabeça ereta, conservai também todo o tempo seu olhar voltado para vosso livro ou para o rosto da imagem, sem olhar para qualquer homem ou mulher, pintura ou qualquer outra coisa, e, sem beatice ou imaginação, conservai o coração no céu e adorai de todo coração" com um sentimento de nobre piedade, pois "é coisa muito mais santa agradecer a Deus e recompensá-lo do que rezar". "Fazendo assim, assisti à missa todos os dias e confessai-vos com frequência... com bons velhos padres sábios e prudentes. E se assim fizerdes e perseverardes, a honra brotará em vós e todo bem virá a vós." Conselhos de boa conduta,

um pouco austera, mas de grande dignidade e devoção correta.

Ao se voltar do mosteiro, da paróquia, ou — para o senhor que levava uma vida faustosa — da capela particular, tomava-se o desjejum. Eram então aproximadamente seis horas da manhã. Comia-se novamente por volta de nove horas, o que ainda é um hábito entre os trabalhadores franceses contemporâneos, principalmente os camponeses, que conservaram para o despertar um horário análogo ao de seus ancestrais.

Começava então a jornada de trabalho, indefinidamente variável segundo as condições, a fortuna, o sexo, o meio rural ou urbano.

Um rei como São Luís, ou um grande senhor como era em seu reinado o conde de Poitiers, dava audiência aos numerosos solicitantes que vinham lhe expor algum caso. Os senhores presentes na corte recebiam com o rei e faziam uma seleção: foi a origem de uma instituição, a dos mestres de petição do palácio.

Na cidade, o artesão comerciante abria sua loja e trabalhava com seus ajudantes ou aprendizes enquanto esperava os clientes; entretimentos, sua mulher limpava a casa, ia às compras ou ajudava o marido, e as crianças, o alfabeto pendurado no cinto, partiam para a escola.

Nos centros industriais como nas cidades flamengas onde se conhecia desde o século XII o capitalismo, a divisão do trabalho e todas as características fundamentais da vida econômica moderna, os trabalhadores e os artesãos empenhavam-se em seu trabalho.

Na praça de Grève em Paris, ficam os trabalhadores não especializados que procuram trabalho por dia e que são empregados nas docas, como moços de recados,aju-

dantes. (O porto fica embaixo da praça.) Encontrado o trabalho, eles o fazem sem grande empenho e não hesitam em interrompê-lo para ir à taberna tomar uma caneca de vinho.

O médico sai para as consultas em seu longo traje violeta e luvas vermelhas; o magistrado vai à audiência que começa na hora da prima; os professores, agasalhados em seus casacos forrados, começam suas "leituras". Na casa burguesa, a dona de casa organiza o trabalho e exige que se varra a sala e os quartos, sacudindo como se deve os tapetes e almofadas que cobrem os bancos, e que se deixe reluzindo os móveis encerados, os cobres e os ferros forjados.

As ruas estreitas ficam cheias de gente. As atrelagens, os cavalos e os burros albardados levam ao mercado peixes, legumes, manteiga, ovos. Os pequenos artesãos, pobres demais para ter loja, passam, sua mercadoria nas costas, gritando para chamar a clientela; assim vão o trapieiro, o confeccionador de velas que derreterá no local, em forma de velas, a gordura e o sebo deixado de lado pela dona de casa, o vendedor de barquinhos que sorteia numa roda o número de doces que o cliente levará.

Os comerciantes enviam às ruas os criados para anunciarem aos gritos suas mercadorias. Os garçons do taberneiro correm com um jarro cheio de vinho e um hanapo e oferecem aos transeuntes uma degustação gratuita, depois desviam-no para a taberna. Os gritos publicitários se entrecruzam.

Mesmo nas cidades menores, é uma animação: as mulheres que vão buscar água na fonte e permanecem conversando um pouco, a mão na cintura; os comerciantes que, atrás da janela aberta, interpelam os transeuntes; che-

ga um pedinte; as moças vão ao lavadouro, ao mercado; pára-se para conversar com a reclusa que é às vezes uma alma santa, mas com frequência a comadre devota que centraliza e redistribui todos os mexericos... E sobre todo desse tumulto profano, de vez em quando, uma revoada de sinos.

Isso tudo não está tão longe de nós: quem viveu em uma cidadezinha francesa, viu passar o trapista, o consertador de porcelana, a vendedora de cestos; quem já não observou o sapateiro trabalhando em sua lojinha? Quem não regateou na quitanda e na mercearia (no regatão da Idade Média)? Quem não viu os velhos se aquecerem ao sol conversando, as mulheres demorarem-se no lavadouro tagarelando? Quem não ouviu os sinos e carrilhões marcarem o tempo da torre de atalaia da prefeitura e das torres das igrejas? Isso tudo quase não mudou desde o século XIII até depois de 1950.

No campo, os trabalhos rurais, que também quase não mudaram e cujos instrumentos permaneceram às vezes os mesmos, retomaram desde a aurora seu curso eterno.

Por volta de meio-dia é hora do jantar. É seguido por um momento de descontração. É a hora em que o artesão, sentado diante da porta, troca gracejos com os vizinhos; é a hora em que, nas cortes, os malabaristas vêm divertir a sociedade e em que as jovens burguesas se divertem com brincadeiras de colegiais. "Num dia bonito e calmo", conta nosso administrador do século XIV, "(alguns burgueses) estavam reunidos após o jantar, bebendo juntos." Tiveram a idéia de ir surpreender suas mulheres e encontraram-nas, "umas tagarelando, outras brincando, outras jogando baralho e outros passatempos com

suas vizinhas, jogando terça e assim por diante". Mas a mais virtuosa delas "dentro e no recanto mais íntimo de sua mansão, em um grande quarto longe da rua, estava com homens que trabalhavam com lã. E ali, só, sentada à parte e longe de seus empregados, segurava devotamente seu livro e, de cabeça baixa, rezava humildemente as suas horas. Nada nem ninguém a fazia dançar ou cantar senão os dias em que recebia cartas (de seu marido), ou em que ele voltava para vê-la".

Nos castelos, uns partiam para a caça, outros empenhavam-se no gamão ou no xadrez. No domingo, os homens e jovens de todos os vilarejos e burgos jogavam dados, péla, palitos, bolas, bilhar (que foi um precursor do croqué), malha, *soule* (jogo de bola brutal misturado ao *cross-country*).

Um São Luís oferecia-se um momento de sesta, depois recitava o ofício dos mortos com seu capelão antes de mandar cantarem as vésperas. Depois da ceia, chamava os filhos e fazia-lhes relatos históricos ou edificantes, ensinava-os a cantar as Horas da Virgem; antes de se deitar, dizia as completas com seu capelão.

Em todo lugar, ao cair a noite, o trabalho cessava. Salvo raras exceções, as corporações, nos lugares onde estavam organizadas, proibiam severamente a seus membros qualquer trabalho noturno: temiam-se os riscos de incêndio, os defeitos devido à luz insuficiente e também uma concorrência desleal baseada numa exploração desumana dos trabalhadores.

A iluminação era, com efeito, cara ou fraca. Os ricos tinham belos círios de cera, os outros contentavam-se com velas de sebo. No sul da França continuava-se a usar o antigo *caleil*; em outros lugares fabricavam-se tochas de

resina (os camponeses da Cornualha conservaram essa tradição até há menos de um século). No campo ou na cidade as pessoas se contentavam com as chamas irregulares da lareira. As mulheres fiavam, os homens descascavam varinhas, penteavam o cânhamo, trançavam cestos, tallavam colheres com facas enquanto conversavam. Nos castelos, o serão de inverno acontecia na sala. Um romance do século XIII mostra-nos o conde em trajes íntimos, sentado diante do fogo, a cabeça no colo de uma dama de companhia, a fim de que ela pudesse coçar-lhe mais comodamente as costas; isso em presença da condessa que nada tinha a dizer e das crianças que brincavam.

Na cidade, os estudantes reuniam-se para conversar em seus quartos ou para jogar, consistindo a recompensa em cestos de barquinhos. Quando fazia calor, iam passear ao longo do rio, mas, enquanto seus mestres os aconselhavam a caminhar sozinhos, lentamente, meditando sobre a lição do dia e preparando a do dia seguinte, formavam-se grupos ruidosos que, depois de algumas paradas nas tabernas, brigavam, puxavam das armas, altercavam com representantes da força pública, ou iam pregar peças nos burgueses que às vezes superavam a simples brincadeira.

Para as pessoas piedosas, o administrador de Paris indicava o seguinte programa noturno: "À noite e às vésperas, desisti de beber ou de comer, a não ser muito pouco, afastai-vos de todos os pensamentos terrenos e mundanos, colocai-vos e permaneei, andando de um lado para o outro, em um lugar secreto, solitário e longe das pessoas, e não penseis em nada, a não ser em ouvir vossa missa amanhã pela manhã e, depois disso, prestar contas de todos os vossos pecados a vossos confessores."

Esses serões não eram muito longos, a não ser a 24 de dezembro ou na noite de Finados. Nas cidades logo soava o toque de recolher, e todas as donas de casa, após terem reservado algumas brasas que enterravam sob a cinza, apagavam as achas regando-as, ou colocando-as em pé, isoladas, no fundo da lareira. O perigo de incêndio era um dos mais graves que podia ameaçar as cidades da Idade Média, apertadas ao extremo e construídas, em sua maioria, em madeira e taipa. Nas casas importantes, a dona de casa incumbia seus criados e subordinados de apagarem o fogo.

Depois cada um pegava sua vela e ia deitar-se. Alguns lavavam-se, principalmente os pés. As pessoas despiam-se na seguinte ordem: "Deveis pendurar vossos panos (roupas) em uma vara. (As varas horizontais serviam de cabide e impediam que as roupas se arrastassem no chão e fossem danificadas, seja pelos ratos e camundongos, seja por animais domésticos, gatos, cachorros que compartilhavam o quarto com seus donos.) A saber: casaco, sobreveste, vasquinha, gualdrapa, sinos (pelerines de viagem) e gibão, as vasquinhas forradas e vossas vestes de inverno e verão. Colocai as camisas na cabeceira da cama (atrás do travesseiro), as ceroulas sob o leito com todo o cinto."

As pessoas da Idade Média dormiam nuas, cobrindo no máximo a cabeça com um boné ou um toucado fino. A moda da camisola foi inaugurada pelo mundo eclesiástico por motivos de decência: os estatutos do hospital prevêem que os frades devem dormir de camisa e ceroulas, as freiras, de camisa. Os cistercienses dormiam completamente vestidos, retirando apenas o casaco.

No entanto, se o monge tinha direito ao enxergão individual, os leigos deitavam-se muitos na mesma cama.

Explica-se que, por pudor, só tiravam a camisa depois de deitados entre os lençóis e que esta era colocada ao alcance da mão para que pudessem vesti-la pela manhã antes de sair da cama. Ainda recentemente, nas nossas zonas rurais onde, por falta de quartos particulares, todos dormiam numa sala comum, as pessoas só acabavam de se despir depois de deitadas, à maneira da Idade Média.

Deitado, apagava-se a vela. Nosso administrador nos diz que os criados, pouco preocupados com o fogo, tinham o hábito perigoso de abafar a luz jogando sobre ela, ao acaso, uma das roupas que acabavam de tirar, em lugar de assoprar a vela, como convém, antes de se deitar.

Finalmente adormecia-se: "Se acordardes à noite ao soar das matinas", recomendava o administrador à sua mulher, "louvai então e saudai o Nosso Senhor antes de tornar a adormecer." La Tour-Landry recomendava a suas filhas: "Todas as vezes que acordardes, rezai pelos mortos que rezam por vós, rezai à Virgem Maria" e "recomendai-vos aos santos e santas."

Nem todos passavam a noite tão santamente. As estufas, principalmente, cada vez mais mal-afamadas, abrigavam a devassidão.

E, enquanto todos dormiam, os monges levantavam-se uma ou duas vezes para cantar matinas e laudes, enquanto, nas torres dos castelos, nos muros das cidades e mesmo nas ruas, os vigias estavam alertas. Estes vela-vam pela segurança temporal da cidade, aqueles estendiam sobre ela um escudo espiritual. Sabemos que Felipe Augusto, apanhado por uma tempestade no mar, declarou: "Se conseguirmos agüentar até as matinas, estaremos salvos, pois então os monges começam o ofício e se revezaram por nós na prece."

II. O ano

O calendário medieval é o das festas da Igreja. Não se diz: *vinde de julho*, mas *dois dias antes da Madalena*, nem *onze de novembro*, mas *dia de São Martinho*. Os domingos são designados pelas primeiras palavras do intróito da missa. Falávamos ainda recentemente do domingo de *Quasímodo*.

O ano começa no Natal, pelo menos o ano litúrgico, cujo ciclo cerimonial começa com o *Advento*. Quanto ao ano civil, cada um tem seus costumes: os notários da corte da França e os dos Países Baixos mudam de ano na Páscoa, mas, como a festa é móvel, alguns anos têm treze meses, outros onze, e um determinado dia de março ou de abril pode dar, com doze meses de intervalo, o mesmo milésimo que seu predecessor de mesmo nome. Em outros lugares, encontramos outros hábitos: em Figeac o ano começa a primeiro de março, mas em geral o sul da França e várias outras regiões (Beauvais, Reims, Montdidier, a Lorena, Colônia, a Inglaterra e a Escócia) aderiam ao estilo da Anunciação (25 de março) enquanto o oeste (Anjou, Vendômois, Normandia, Soissons), o Dauphiné e vários principados espanhóis adotam o de 25 de dezembro.

Mas não importa o que pensem as chancelarias, para o povo, o ano novo começa na época de Natal e da Epifania. No campo, os trabalhos de outono e as sementeiras do trigo de inverno estão terminados. Os trabalhos estão concluídos, a colheita protegida, o toucinho na salgadeira. Aproxima-se o grande frio. É bom encolher-se ao calor do fogo e passar horas fazendo pequenos trabalhos ou repousando, as mãos nos joelhos, diante da lareira,

enquanto as crianças fazem batalhas de bolas de neve ou escorregam sobre o gelo. Na cidade, os merceeiros socam as ervas aromáticas com as quais se temperarão os pratos de Natal e cujo perfume se espalha pelas ruas.

Os dias diminuíram e eis que, no dia de Santa Lúcia (treze de dezembro), o dia aumenta um bocadinho: promessa de verão no limiar do inverno. (A tradição deixou de ser exata desde que a reforma gregoriana de 1581 deslocou em dez dias o solstício de inverno.)

Nesse repouso, nessa calma, nessa esperança, chega o Natal, a mais alegre das festas. Decoram-se as casas com azevinha e plantas verdes. No início do século XIII, São Francisco de Assis popularizou o presépio, costume provençal, e esse costume encantador se espalhou rapidamente. Nas catedrais, um cortejo de clérigos representa os pastores e os Magos dirigindo-se para junto do Deus-Menino. Na volta das missas de meia-noite, ceia com os pratos tradicionais.

Nesse dia, o rei da França dirige uma grande assembleia onde, desde os primeiros tempos da dinastia dos Capetos, aparece usando a coroa: é uma corte coroada, como se diz. Por todo lado, festejos populares, tradicionais; na Normandia, tirava-se a "sorte do bastão"; nas escolas do norte e do nordeste da França, as crianças traziam galos de briga; em Bourbonnais um jogo de bola (*soule*) era disputado entre solteiros e casados, etc.

Três dias depois, Festa dos Inocentes, os meninos do coro, os sacristãos, têm o privilégio de substituir em suas cadeiras os dignitários dos capítulos, cuja gravidade estão tão longe de imitar, que a Igreja, pouco a pouco, suprimirá o costume. Em Rennes, o bispo dos Inocentes, após dar sua bênção, a mitra na cabeça, recebia dos monges,

a título de imposto, um par de luvas, como se fosse um verdadeiro senhor. Depois os "curiais", como eram chamados, iam dar a volta nos priorados circunvizinhos; um lhes dava um carneiro, outro quatro capões. De tal forma que o costume se tornou direito, e o prior de Saint-Cyr, ao querer se isentar do presente, em 1831, foi condenado juridicamente a pagá-lo.

Primeiro de janeiro, Festa da Circuncisão e do nome de Jesus, é também, desde a Antiguidade, o dia dos presentes e das práticas supersticiosas: quem se dedica a sortilégios deve inaugurá-los nesse dia.

A Epifania, Tifania, *Tremedi*, (décimo terceiro dia) é o dia de Reis. Sorteia-se a fava* em meio a muita alegria e comilança. A corte do rei celebra com brilho essa festa que serve de importante ponto de referência no calendário administrativo. É também uma das datas em que se quitam os impostos. Nas imediações de Dieppe, por exemplo, os homens do visconde vêm, precedidos de um menestrel, trazer a seu senhor cinco moedas em um hanapo de prata, três cabeças de porco, cada uma com uma maçã na boca, e coroas de salsicha. Tudo está aí: a oferta da estação, já que o inverno é a época dos derivados do porco, a elegância rústica da apresentação e a ocasião propícia para homenagear divertindo-se.

Oito dias após a Epifania, os Reizinhos fechavam de certa forma o período das festas, no entanto, não completamente, e, até a Quaresma, o mundo cristão permanecia em júbilo, compensando-se antecipadamente das penitências que viriam.

* Fava ou pequena figura que se coloca dentro de um bolo no dia de Reis. (N.T.)

Fevereiro, mês do frio, da neve e da chuva. Os calendários mostram-nos o plebeu sentado diante da lareira em sua choupana bem fechada, decorada com presuntos defumados e chouriços. Traz-se da Igreja, na Festa das Candeias, o círio bento, que se guarda cuidadosamente para se acender em caso de perigo, de tempestade, ou à cabeceira dos moribundos. Essa festa é também em várias regiões um dos termos de pagamento, e é celebrada com a confecção de panquecas.

Mais cedo ou mais tarde, dependendo do ano, chegava a Quaresma "muito detestada pelos pobres", durante a qual — exceto aos domingos — os fiéis deviam abster-se de carne e jejuar. Por isso, nos dias precedentes, dias "gordos" por excelência, gozava-se plenamente; boas refeições e panquecas, danças e cantos, cortejos, às vezes desregramentos e desordens de toda sorte: os estudantes de Montpellier entravam armados nas casas para roubar as carnes expostas, atiravam-se palha, pedras, etc.; a polícia não tinha descanso. Mas na Quarta-Feira de Cinzas essa efervescência acalmava-se. Todos iam à igreja para que o padre traçasse uma cruz em suas testas com cinzas bentas, para lembrar-lhes dos seus fins últimos e do estado último ao qual seus corpos seriam reduzidos.

Dali por diante e durante quarenta dias, o povo, que se abstinha de carne e muitas vezes de ovos e de leite, lançava-se no regime de harenques salgados e de *crapois* (baleia seca), iguarias nutritivas, mas pouco delicadas, acompanhadas de favas ou de ervilhas secas.

Aliviados pelo clima ameno do meio da Quaresma, festejada por cortejos, do domingo com ornatos róseos de *Loetare* (rejubilai-vos), os cristãos chegavam à Semana Santa, aberta pelo Domingo de Ramos, também cha-

Quaresma
e
Quintas
Santas

Quarenta
dias

mado de *Páscoa Florida*, *Osana* (de Hosanna), *Lava Cabeça* e *Domingo que precede a venda de Deus*. Os ramos verdes que seriam colocados nas casas e até nos estábulos eram benzidos. A liturgia desse dia comportava uma procissão onde figurava um asno em memória do congênere sobre o qual Cristo entrou em Jerusalém.

Na Quinta-Feira Santa, ou *Quinta-Feira Absoluta*, os bispos, reis, senhores e outros bons cristãos faziam questão de receber os pobres, na medida do possível em número de doze, em memória dos apóstolos, de lavar-lhes os pés e de convidá-los para sua mesa, como lembrança do que Cristo fizera nesse mesmo dia. São Luís, fiel a essa prática, procurava, como nos relata Joinville, converter os homens importantes de seu séquito.

Na Sexta-Feira Santa ou *Sexta-Feira Adorada*, a Capela Santa, construída por São Luís para abrigar uma relíquia insigne, a coroa de espinhos, expunha esse tesouro à veneração dos fiéis.

Finalmente explodia a alegria pascal: Páscoa da comunhão, também chamada Páscoa da carne. Os cristãos, absolvidos de seus pecados, iam à igreja paroquial receber a comunhão. Para lhes evitar as tentações, algumas cidades, como Uzès, expulsavam temporariamente as "mulheres da vida", por um tempo que variava de quinze dias a seis semanas. Os sinos, mudos por três dias, tocavam, uma procissão de clérigos representava a ida das mulheres santas ao túmulo. Ofereciam-se ovos coloridos e quebrava-se o jejum de quarenta dias com refeições copiosas e esmeradas.

Entrementes, recomeçara o trabalho dos campos. O camponês, encapuzado, tinha podado as árvores, trabalhado a terra da vinha, lavrado o alqueire de primavera

de suas culturas (cerca de um quarto de sua terra), semeara o trigo de primavera e tornara a semear as terras onde cultivara o trigo de inverno, cujas sementes a geada ou a água tinham estragado.

Porém as guerras, amortecidas pelo inverno, acordavam para durar, entrecortadas de tréguas e regateios, até o inverno seguinte. Em caso de paz, os torneios, simulacro de combates, começavam e atraíam, com a nobreza local, às vezes cortes principescas e campeões profissionais, que viviam de seu sucesso, como certos esportistas hoje em dia. Para os torneios afluíam malabaristas, cantores, acrobatas, expositores de animais, comerciantes de tecidos, de bordados, de armas, de jóias, cambistas, libertinos e libertinas e mendigos. Os pais de certos cavaleiros, suas irmãs e amigas acorriam. As pessoas se alojavam nos albergues, os burgueses alugavam quartos; além disso, erguiam-se tendas nas praças ou nos prados das cercanias da cidade. Se alguns campos eram pisoteados com ou sem indenização, no conjunto, o comércio local regozijava-se com tão frutuosa concentração. As casas eram enfeitadas com estandartes e escudos, os burgueses adornavam as fachadas com os mais belos tecidos e colchas forrados, as ruas eram cobertas de menta, juncos e gladiolos. Estas retumbavam com o barulho dos moedores, pilões, dos cornos e trombetas chamando para a mesa.

Embora reconhecesse que as justas eram exercícios de preparação militar, lícitos em si, a Igreja deplorava que se tivessem transformado, principalmente a partir do fim do século XIII, em ocasião de tanto luxo e até de desregramento e de ilegalidade. Depois de terem apreciado a utilidade militar e concluído que eram um derivativo dos costumes demasiadamente bélicos, os reis descobriram

que ofereciam um grave perigo: o de que a nobreza se apaixonasse por isso e se acostumasse a um luxo excessivo, em suma, de que ela perdesse o espírito militar, se corrompesse e se arruinasse. Um romance do fim do século XIII mostra-nos um fidalgo do campo tendo de se confinar pelo resto de sua vida em sua mansão e de levar uma existência modesta para conseguir pagar as dívidas dos torneios contraídas em alguns anos de sua juventude.

A realza, então, tentou reagir e proibir as justas, sobretudo no período em que a guerra com o estrangeiro, ameaçadora, exigia um severo preparo material e moral, mas estava lutando contra hábitos muito arraigados e finalmente teve de desistir, quando ela própria não tomava — por exemplo, no reinado de João, o Bom — a iniciativa de festas mais brilhantes do que tudo o que já se tinha visto até então.

As folhas brotam, as flores desabrocham. A Idade Média, que não sabia se defender muito bem do frio, apreciava singularmente a renovação e cantou-a em muitos versos de frescura encantadora, enquanto os iluminadores dos séculos XIV e XV representavam seus aspectos. Todos os jovens desfrutavam de maneira análoga, fosse qual fosse sua classe social, do ar livre. Uma das diversões mais simples e mais comuns consistia em brincar de roda, *caroler*, como se dizia então, na relva de um pomar, na praça do vilarejo, no cemitério ou em um prado. Alguns recantos da Bretanha conservaram sob o nome de “enrugadas” as *caroles* da Idade Média. Mas certas almas piedosas imaginavam ver o demônio em pessoa conduzir a dança.

Jovens e moças, burgueses e aldeãos coroavam-se com flores.

A nobreza mundana até gostava de acampar. Um romance do século XIII descreve-nos uma corte que, em pleno campo, em tendas, diverte-se agradavelmente: de manhã cedo partem os caçadores, que voltarão à tarde com um belo apetite e plenos de suas aventuras que não deixarão de contar em detalhes aos outros convivas. Entrementes as damas e seus cavaleiros devotados enfeitam-se, lavam-se no ribeirão, brincam na grama: divertimentos bucólicos, nem todos inocentes. Talvez a intenção do autor tenha sido descrever os costumes de uma corte meridional onde a riqueza e a ociosidade levavam a alta sociedade a enganar o tédio com intrigas amorosas cuja ética — muito distante da moral tradicional — foi codificada pelas cortes de amor e pela literatura romanesca.

No início de maio, os jovens plantam uma árvore que engrinaldam e em torno da qual vão dançar. Em Boulogne, tampam as chaminés dos maridos traídos... Entrementes desenrolam-se as pompas litúrgicas: rogações, procissões que passam pelos campos benzendo as futuras colheitas, os “frutos da terra”, Pentecostes (chamado também de Natal ou Páscoa de Pentecostes), em que, para representar as línguas de fogo que desceram sobre os apóstolos, deixam-se cair, das abóbadas das igrejas, fiapos de estopa em chamas e em que o povo, como na época da Epifania, “brinca de rei”; Corpus Christi é inaugurada no século XIII.

Junho termina com as festas dos santos particularmente amados e celebrados: dia 24, São João Batista, dia 29, São Pedro e São Paulo. São aliás personagens tão importantes que uma festa não lhes basta; eles têm várias. São Pedro, por exemplo, é também celebrado a primeiro de agosto, dia de São Pedro-Angoule (quer dizer, na goela, no começo de agosto).

As festas deram origem ao teatro. No século XI, a celebração do ofício de Páscoa, de Natal, deu lugar aos primeiros dramas litúrgicos, piedosamente representados pelos clérigos em latim. Depois a imaginação e às vezes o recurso aos apócrifos introduziram novas personagens e cenas de comédia, tal como a compra de perfumes pelas mulheres santas no drama da Ressurreição. No século XII, o mistério usa a língua vulgar, sai da igreja e é representado no adro. Encenam-se as lendas dos santos e as representações florescem em torno dos grandes mosteiros de peregrinação, como Saint-Martial de Limoges e Saint-Benoît-sur-Loire.

Um teatro puramente profano desenvolve-se no século XIII com representações misturadas a canções, como a de Robin e Marion. No século XV, ao lado de farsas como Pathelin, serão vistas moralidades alegóricas e pantomimas.

Mas é o teatro religioso o principal. No século XIV, espalhou-se por toda a cristandade e foram criadas companhias beneficentes para representar todo ano o mesmo mistério. A Paixão de Oberammergau e a maneira como é representada trazem até nós, de forma bem autêntica, essa tradição medieval. O repertório compreende histórias de santos, mas principalmente mistérios extraídos da história do homem desde sua queda (representação de Adão) até a Redenção e a Ressurreição. Incessantemente refeitos, os últimos acabam por formar um imenso mistério cíclico cuja representação se distribui por vários dias inteiros e exige centenas de atores e figurantes. Preparada com cuidado, dirigida com luxo, torna-se uma obra coletiva da qual toda a cidade participa e que atrai espectadores vindos de longe.

Os atores, todos homens, são recrutados em todas as classes sociais, inclusive entre os padres. Todas as lojas se fecham, os negócios são interrompidos, os ofícios se deslocam, quando o cortejo dos atores vai em procissão até a praça principal onde foi erguido um vasto teatro, às vezes de cem metros de comprimento, com uma série de *mansions**, seguindo o princípio da representação simultânea. De um lado o paraíso, onde Deus pontifica com seus anjos, do outro, a fétida "boca do inferno", de onde saem chamas e demônios. As esculturas das catedrais, as miniaturas dos manuscritos e as tapeçarias francesas reproduzem com frequência cenas tais como eram representadas nos mistérios.

Ou então, como na Inglaterra, cada cena é representada por um grupo de atores diferentes, num carro, e o desfile de carros pára em diversos pontos da cidade com, a cada vez, uma representação completa (é a origem do *pageant***, ainda muito apreciado nos Estados Unidos). Em nossos dias, no Dorat, quando a cada sete anos voltam as ostensões, assiste-se ainda a algo semelhante: os habitantes representam em quadros vivos, em vários pontos da cidade, a vida dos santos cujas relíquias são conservadas em suas igrejas.

Jamais, desde a Idade Média, o teatro readquiriu o caráter que tivera no tempo dos gregos, de arte para todos, de arte em que um povo inteiro, do mais humilde ao senhor, do mais simples ao sábio, podia comungar em uma mesma grandiosa celebração. A Renascença separaria

* Cada parte do cenário simultâneo num palco de teatro na Idade Média. (N.T.)

** Espetáculo público; carro ou arco triunfal. (N.T.)

a elite do povo, enquanto a Idade Média levou ao teatro os grandes problemas do destino humano, encarnados em uma história conhecida, em que todos acreditavam, que todos compreendiam e que constituía a própria base da civilização; daí o perfeito entendimento entre atores e público e a profunda ressonância no coração de todos.

O comércio itinerante prospera com a primavera. Pequenas lojas e bancas são montadas nos locais onde os peregrinos se reúnem, onde ocorrem as festas. Desde o século XII, a festa religiosa é muitas vezes superada pela feira. Essas, quaisquer que fossem suas origens, eram no século XIII a maior manifestação do comércio internacional. Prolongam-se por semanas inteiras, umas substituem as outras e acabam, no seu conjunto, por cobrir o ano inteiro. As principais ocorrem sob os muros de Paris (le Lendit) e na Champagne (Troyes¹, desde o século V, Lagny, Bar, Provins), em Douai, Ypres, Bruges, Frankfurt, Genebra, Colônia, Leipzig, Lübeck, Nijni-Novgorod, Londres, Stamford, Beaucaire. Mas elas prosperam sobretudo na primavera: uma vez que a cidade não basta para alojar os que chegam, todos os que não encontram lugar nas casas dos habitantes instalam-se em tendas erguidas nos prados, nos arredores dos subúrbios.

Os pregadores ambulantes viajam seguidos por uma multidão devota grudada em seus calcanhares e precedidos de tal reputação, que às vezes toda a comunidade vai a seu encontro ao som dos sinos. Sua palavra produz efeitos surpreendentes: adversários irredutíveis caem um nos braços do outro, as "mulheres da vida" arrependem-se, os

1. Os *troy weights*, ou pesos de Troyes, são ainda utilizados em países anglo-saxões para o ouro, a prata e as pedras preciosas.

próprios agiotas restituem por vontade própria os bens adquiridos ilicitamente. Uma chama de entusiasmo e de generosidade purifica a cidade e deixa às vezes vestígios duráveis.

Os administradores também aproveitam do bom tempo para fazer suas visitas de inspeção das quais virão prestar contas aos parlamentos do Dia de Todos os Santos. Prebostes, bailios ou senescais e investigadores ocasionais circulam para fazer justiça, conseguir uma contribuição financeira em caso de guerra ou do casamento da filha do rei, fazer os novos vassalos (em caso de anexação) prestar juramento de fidelidade, fazer plebiscitos sobre a política do rei ou simplesmente recolher queixas das populações contra seus administradores ordinários. Tudo acontece normalmente de acordo com o mesmo cerimonial. A autoridade, munida de sua ordem de missão, se necessário, chega a uma localidade, às vezes de improviso. Dirige-se imediatamente às personagens importantes da região, prefeito ou síndico, conselheiros, jurados ou consules em exercício e honorários. Exibe seus poderes, as ordens do rei, conversa. Depois, e sobretudo se a localidade é pequena ou a missão de grande importância, tocam-se os sinos ou envia-se às ruas o pregoeiro (personagem que o progresso ainda não eliminou das nossas cidades francesas).

Imediatamente as lojas são fechadas e todos se precipitam ao lugar habitual de reunião: a praça, o cemitério, um jardim de convento, às vezes a igreja. O povo da Idade Média, fundamentalmente curioso, adora ter de ouvir um discurso. E às vezes, para agradá-lo mais, fazem-no antes ouvir um sermão. Depois o enviado expõe o objetivo de sua missão. A autoridade local responde em nome

de todos e faz com que aprovelem sua moção por aclamações que constituem um "consentimento universal". E até nas aldeias do sul vê-se desfilar toda a população de sexo masculino maior de treze anos diante do notário público, instalado na primeira fila, que redige todas as atas e registra as falas.

No campo, o verão é a estação de grande atividade: da tosa dos carneiros, da ceifa, da serratagem do trigo (que se corta com a foice, um palmo abaixo da espiga), do alqueive, da colheita dos frutos a fim de guardá-los para o inverno (intactos sobre a palha, depois de secá-los ao sol ou no forno, depois de cozê-los em um mosto de uva, suco de maçã ou de pêra longamente reduzido, ou confeitados no mel), do capinar, do arrancar, da maceração do linho e do cânhamo. Depois vêm as vindimas, a colheita das castanhas, dos minúsculos frutos das faias dos quais se obtém um óleo apreciado, a colheita das folhas que completarão a forragem do inverno (esse hábito subsiste no Auvergne), a retirada do mel das colméias. Os pobres não são excluídos da abundância da terra: eles apanham os restos nos campos após a colheita, têm direito à palha que vão pegar para cobrir sua choupana ou as camas de seus animais, dividem, com todos os outros habitantes da aldeia, os direitos comunitários desta sobre o conjunto das terras assim que "o primeiro pêlo é arrancado" dos prados, ou assim que a colheita termina. "Os pequenos lavradores", diz o costume na Bretanha, "não podem alimentar em sua horta os animais que têm em seus estábulos. Por isso é indispensável que se deixe seu gado ir aos pastos vazios. Se alguém quiser se opor a isso, não deve ser apoiado pela Justiça, pois seria pecado."

Antes das chuvas procede-se aos carretos para os moinhos, para os celeiros dos dizimeiros, dos senhores, dos proprietários, dos comerciantes. Cada um garante para si as provisões para o inverno, e o dia de São Miguel é uma grande data para saldar as dívidas.

No verão, as grandes festas se espaçaram, mas foram substituídas por uma profusão de festividades locais, dando às vezes continuidade a velhos cultos pagãos junto às fontes.

O Dia de Finados e o de Todos os Santos (a Martror) são os últimos grandes pontos de referência do ano. Ao declínio da natureza, a liturgia associa meditações sobre a precariedade da vida humana e a glória reservada à alma imortal.

A corte se reúne. De todos os lados afluem até ela os administradores que vêm prestar contas, os litigantes que querem ser julgados, os solicitadores. É tal a multidão que, para se obter um favor, é preciso subornar os meirinhos. Desde o final do século XIII, é necessário escalonar as convocações e os comparecimentos, formar uma "corte" especializada para a Justiça, cujos próprios membros acabarão no século XIV, por se tornar profissionais.

As escolas reabrem. No campo lavra-se e semeia-se, recolhe-se madeira, abatem-se os porcos que voltam da colheita de bolotas de carvalho, engordam-se os gansos. E eis que novamente o mundo espera pelo Natal.

Capítulo III

O RITMO DA VIDA

I. O nascimento

O nascimento de uma criança era acolhido com alegria na Idade Média, mesmo nas famílias grandes. Os casais reais davam o exemplo: São Luís, que tivera dez irmãos e irmãs, embora sua mãe tivesse ficado viúva ainda jovem, teve de sua esposa, Margarida de Provença, onze filhos. Seu filho Felipe III teve apenas seis. A própria Isabeau da Baviera deu à luz doze, mas não é muito certo que tenha sido por virtude. Os príncipes adequavam-se à prática, e Santo Tomás de Aquino dizia: "Nenhum lar em que falte o pulular de crianças é perfeito."

Muitos acontecimentos da história da Idade Média seriam inexplicáveis sem essa fecundidade: o rápido repovoamento da cristandade após as guerras e as destruições dos séculos IX a XI, as inúmeras fundações de cidades dos séculos XII e XIII, as Cruzadas, enorme punção da população masculina, as espantosas aventuras normandas,

feitos de caçulas em busca de uma situação, etc. A sociedade encontrava pois seu meio de fixar seu excesso ou de escoá-lo em outros lugares. A multiplicação de mosteiros permitia igualmente recolher e utilizar para trabalhos de interesse geral os excedentes de homens. A população da Idade Média estava em expansão, fato ainda mais notável porque sucedia à diminuição catastrófica de nascimentos da România. No contato com os bárbaros, na escola da igreja, sob o adiestramento das catástrofes, os povos tinham readquirido suficientemente o sentido do esforço, do otimismo e da saúde para ter a confiança na vida.

Muitas miniaturas religiosas, baixos-relevos ou vitrais que representam a Natividade da Virgem, de São João Batista ou de um santo, mostram-nos o nascimento de uma criança em uma boa família burguesa. A parturiente, bem penteada, repousa em seu grande leito, refeito com lençóis recém-desdobrados e com uma rica colcha. No primeiro plano, as matronas, tendo terminado de cuidar da mãe, cuidam da criança que banham em uma bacia de metal ou em uma tina de madeira.

Depois o bebê será enfaixado bem apertado, com os braços alongados, e seus cueiros fechados com tirinhas cruzadas. A cabeça será coberta com uma touquinha. No sudoeste, massageia-se seu crânio para lhe dar uma forma mais elegante. Naturalmente, assim adornado nos cueiros que vai molhar, o bebê, sentindo-se desconfortável, chora com frequência e, para fazê-lo calar-se, adquire-se o hábito de "movê-lo" freqüentemente.

O bebê é então deitado em um berço móvel. O modelo mais simples não passa de um pedaço de madeira talhado em uma metade de um tronco de árvore esvaziado. Fabricam-se também cestos de vime. Os berços mais

ricos, com frequência de madeira, às vezes de metais preciosos, têm geralmente a forma de pequenas camas montadas sobre patins curvados.

A maioria das mães, não todas, amamentava seus filhos. Tem-se a impressão, quando se lêem as histórias da época, que era difícil para elas deixarem adulterar o sangue da criança com um leite estranho. Conta-se que Branca de Castela encontrou uma dama de sua corte dando de mamar a um dos bebês reais para acalmar seus gritos. A rainha, furiosa, teria sacudido a criança pelos pés, até que ela vomitasse tudo. Conhecemos, além disso, a afeição ciumenta com que a rainha cercava seus filhos, mas a história acima é puro fruto da invenção, o que não a impede de ser significativa. O tema foi, aliás, explorado pela literatura da época.

Parece que sempre que a vida da corte ou da sociedade adquiria um certo brilho, as grandes damas, por sua vez imitadas, desfaziam-se facilmente da tarefa de amamentar seus filhos e até de educá-los. Um romance do século XIII, *Galeran*, mostra-nos o herdeiro do conde da Bretanha confiado desde seu nascimento a uma abadia, dirigida, aliás, pela própria tia da criança. Ela arranja uma ama-de-leite — de linhagem nobre — e assume inteiramente a direção de sua educação até a criança se tornar adulta.

Nas mesmas épocas, a vida urbana se desenvolve, assim como o pardieiro, que sempre existiu, e a especialização das funções. As jovens mães são então obrigadas, para não perder o emprego ou para salvar um bebê frágil, a confiá-lo a uma ama-de-leite. Faz-se o mesmo com as crianças abandonadas. No final do século XIV, sabemos que uma ama-de-leite a domicílio cobrava cinquenta

soldos por mês e que uma mulher, para cuidar de uma criança em sua própria casa, pedia cem soldos por ano.

As amas-de-leite a domicílio eram recrutadas em Paris e nas grandes cidades em agências de emprego mantidas por religiosas que ofereciam abrigo a moças pobres até que elas encontrassem trabalho. Mais tarde e em concorrência, "recomendadeiras" transformaram em profissão sua colocação. As amas-de-leite mercenárias faziam exigências que em nada se modificaram ao longo dos séculos: descansar, beber e comer à vontade. Dava muito trabalho conseguir que se levantassem pela manhã.

Assim que a criança nasce, pensa-se em batizá-la, e essa cerimônia ocorre geralmente nos três dias que se seguem ao nascimento. Esperar proporcionaria à mãe a alegria de presidir às festas, mas exporia o recém-nascido a ser privado do céu se morresse antes de se tornar cristão. As famílias então se apressam. Reúnem-se os padrinhos e madrinhas: a criança tem com frequência dois ou três, pois não havia ainda o registro de nascimentos ou de batismo, e a lembrança desses fatos é confiada apenas à memória das testemunhas. Daí o cuidado de multiplicá-las. Os padrinhos são personagens que se quer homenagear e cujos méritos são reconhecidos. Quando o futuro Felipe Augusto foi batizado, no dia seguinte ao de seu nascimento, teve por padrinhos os abades Saint-Germain-des-Prés, de Saint-Victor e de Sainte-Geneviève, e por madrinhas, sua tia, irmã do rei, e duas viúvas de Paris.

Às vezes, um elevado pensamento cristão fazia se colocar no batismo, como em outras circunstâncias, um pobre no lugar de honra, e certas grandes personagens tiveram mendigos como padrinhos.

A criança era levada à igreja paroquial, mesmo quando os pais eram obrigados por sua posição a ter uma capela particular, ou mesmo que o território da paróquia estivesse dividido em paradas munidas de capelas. São Luís, por exemplo, tornou-se cristão na igreja paroquial de Poissy e como lembrança assinou, às vezes, Luís de Poissy, pois foi lá, dizia ele, que, tornado filho de Deus, tinha recebido o maior de todos os seus títulos.

O nome ou os nomes da criança eram geralmente escolhidos por seus padrinhos e madrinhas (costume ainda em vigor no interior da França). Quando se tratava do filho de um senhor, consultava-se às vezes um "conselho" formado pelas personalidades presentes a convite dos padrinhos. Ou então sorteava-se: quando do nascimento de um príncipe de Aragão, não se sabia qual apóstolo escolher como padrinho. Escreveu-se então cada um dos doze nomes em doze círios que foram acesos simultaneamente. O que se apagou por último era dedicado a São Tiago e, em consequência, foi esse o nome dado ao pimpolho real.

O bebê, nu, era mergulhado na pia batismal, mas não ficava ali muito tempo. Cuidadosamente enxugado, era novamente enfaixado em cueiros secos. Entre os séculos XII e XV a imersão desapareceu progressivamente diante do ritual da infusão que consistia em verter água sobre a testa da criança. Então os padres se limitavam, em vez de despi-la, a tirar-lhe a touquinha.

O novo cristãozinho era então levado à sua mãe, ansiosa e feliz, que o abraçava e beijava freqüentemente pela primeira vez. Uma canção de gesta descreve-nos complacentemente as cerimônias e a pressa dos pais na volta do cortejo:

E quando Butor (o pai) o viu, adiantou-se.
Assim lhes disse: 'Por Deus, senhoras, contai-me
O nome de meu caro filho, se for vossa vontade...'
As senhoras vão assim, cheias de alegria,
Ao quarto da mãe, a criança levar.
E quando ela a viu, sentiu tanta alegria
Que o coração queria saltar de seu peito.
Às mulheres perguntou: 'Dizei-me agora
O nome de meu caro filho que meu coração tanto ama.'
'Senhora, ele tem um nome tão gracioso
Que não se poderia encontrar nenhum melhor
nem maior.
Chama-se Brun. Não é um belo nome de criança?'

O que nos mostra que os nomes não eram escolhidos exclusivamente entre os dos santos do calendário, como na tradição que se conservou nos países anglo-saxões.

Vizinhos e vizinhas eram chamados para compartilhar as alegrias da família festejando e bebendo. O nascimento de um príncipe era celebrado por todos os súditos. Logo após o parto bem-sucedido, eram enviados mensageiros para todo o território, os sinos tocavam, prisioneiros eram libertados, em reconhecimento do que se lhes pedia para rezarem pelo sangue real, *Te Deums* eram cantados, missas celebradas, o povo dançava nas ruas em torno das fogueiras. Quando o futuro João, o Bom, nasceu, seu batismo foi celebrado às seis horas da manhã em meio a um suntuoso cortejo: oito bispos e cinco abades, duzentos criados carregando tochas, uma multidão de mulheres "ornadas e enfeitadas" e de senhores que em nada ficavam a lhes dever. Terminada a cerimônia, o pimpolho real era feito cavaleiro e apresentado à multidão da escadaria. "E o povo ia festejando, sem executar nenhum trabalho, alegre com o nascimento de seu príncipe."

A jovem mãe, do parto até seu completo restabelecimento, ou seja, durante duas ou três semanas, passava a maior parte do tempo recebendo visitas de amigas. Se a família era rica, dispunham-se todos os tesouros da casa no quarto da parturiente ou no cômodo contíguo para homenagear as visitas ou deslumbrá-las. Christine de Pisan, no início do século XV, foi ver uma jovem mãe, mulher de um comerciante parisiense de situação mediana. O luxo do quarto de exibição, ornado de tapeçarias, sedas, peles, pratarias surpreendeu-a e escandalizou-a, pois não era conveniente uma burguesa se atribuir ares de grande dama. Lembremos apenas que o comércio parisiense prosperava bastante, apesar (?) da Guerra dos Cem Anos.

Assim que saía da cama, a jovem mãe ia à igreja paroquial onde o padre vinha recebê-la sob o pórtico e pronunciava sobre ela preces de purificação ["saída do leito"] comemorando a purificação e as ações de graça da Virgem quando esta foi ao templo apresentar sua criança. Através dessa cerimônia, a mulher era reintegrada à vida paroquial, da qual não voltaria a participar sem essa prévia formalidade religiosa.

Um nascimento é, pelo menos por um tempo, simultaneamente uma alegria e a ocasião de novas responsabilidades. Para atenuá-las, então, como hoje, parentes e amigos levavam presentes, ofereciam o enxoval. Os próprios costumes — ou seja, as leis locais — imbuídos de um espírito de caridade e de solidariedade, abrandavam-se em favor da jovem mãe. Em Thann, por exemplo — e essa característica revela bastante costumes de uma época em que a riqueza não era grande, as aglomerações pequenas e onde as relações entre os homens que se conheciam

pessoalmente eram marcadas por uma sabedoria cordial e concreta —, todos os que tinham hortas deviam um imposto em galinhas e ovos ao senhor local, mas dele estavam isentos os pais de família cuja mulher tivera bebê em maio ou setembro, isto é, pouco antes da data do pagamento (São João Batista e Todos os Santos). Em outros lugares na Alsácia, e é admirável a cautela e a desconfiança do legislador, os camponeses só eram dispensados das prestações se servissem às esposas as galinhas das quais haviam recebido quitação. Deviam guardar a cabeça das aves assim sacrificadas para mostrá-las ao coletor e merecer sua isenção.

II. A educação

A criança crescia e aprendia a brincar. Creio que há muito pouca diferença entre a infância de um menino burguês da Idade Média e a de um jovem católico das pequenas cidades francesas e menos ainda entre a infância camponesa de então e de hoje. Eram, com poucas diferenças, o mesmo contexto, as mesmas distrações, a mesma formação religiosa e, da parte dos adultos, as mesmas máximas de moral familiar: os provérbios quase não mudaram há séculos e, nos meios em que o jornal, o rádio, a televisão não penetraram demais, a cultura pessoal se faz com base na experiência, transmite-se sob a forma de provérbios e é ilustrada de relatos e histórias.

As brincadeiras também eram as mesmas: *osselets**, bolinha de gude, amarelinha, esconde-esconde, bolas e pélas

* Brincadeira que consiste em lançar para o alto ossinhos de cordeiros e apanhá-los, quando caem, com as costas da mão. (N.T.)

(as bolas eram novelos de trapos ou de pele, cheios de lã ou de crina). As meninas tinham bonecas de madeira esculpida, pintadas e até articuladas, de couro ou de tecido. Os oleiros faziam, para os jantarzinhos, louças minúsculas que, no sul da França, são chamadas de *terralhettes*. Fabricavam-se com pedaços de madeira e penas pequenos moinhos de vento, que ainda hoje se dão de presente às crianças, e até brinquedos mecânicos: os dois pequenos serradores de pranchas que eu manobrava na minha infância eram animados pelo mesmo sistema, muito simples, que punha em posição de combate figuras de cavaleiros. Naturalmente as ocupações das personagens importantes eram também imitadas: saltava-se sobre um bastão, brincava-se de guerra. Duguesclin criança brincava disso com tal animação que retrospectivamente parece o presságio de sua brilhante carreira militar; na época, os pais não deram muita atenção ao fato, pois toda criança de sua idade fazia o mesmo.

A infância não é apenas a idade da brincadeira, é a época da formação. Passa-se com frequência de uma à outra sem perceber. Os pequenos camponeses aprendiam assim a participar dos trabalhos da fazenda, os filhos dos artesãos, por brincarem no ateliê do pai, sabiam tudo da profissão antes de começarem o aprendizado; os jovens nobres, sempre metidos entre os criados, iniciavam-se cedo nos hábitos dos cavalos, dos cachorros, das aves de caça e de seu treinamento. Quanto às meninas, todos sabem que sempre gostaram de se esgueirar na cozinha para preparar, num canto do fogão, a comida de sua boneca.

Mas, enfim, uma verdadeira formação exige uma educação mais sistemática. Hoje em dia, e em princípio (pois ainda existem analfabetos), a base dessa educação é o alfa-

beto, a leitura e a escritura, a introdução ao mundo livre do pensamento escrito pelo qual, teoricamente, todo o resto do saber pode ser adquirido. Na Idade Média, pensava-se sobre esse ponto de maneira bem diferente, ainda que a instrução fosse difundida o suficiente para que no século XIV houvesse escolas até nas aldeias e na maioria delas.

Porém, se a leitura e a escrita eram de primeira necessidade para os padres, visto que a recitação cotidiana do ofício divino era para eles um dever de estado, elas eram apenas úteis para os comerciantes e cômodas para os senhores, artesãos ou cidadãos. A leitura permitia acompanhar o ofício, tomar conhecimento do conteúdo de uma carta ou de uma ata do cartório, acessoriamente iniciar-se na literatura ou em conhecimentos mais sérios, mas os livros, ainda manuscritos, eram infinitamente mais raros que em nossos dias: uma biblioteca com cerca de dez volumes era, para um particular, considerável. A escrita servia para fazer a contabilidade, escrever para os negócios e, mais raramente, exprimir os sentimentos e assinar uma ata. Excelentes em si e apreciados, esses conhecimentos vinham, no preparo para a vida, depois de outras aquisições de importância bem mais considerável.

A educação é pois comandada não por idéias prontas ou por uma bagagem comum a ser dada de início (exceção feita à formação religiosa, tida como fundamental) mas, como diríamos hoje, pela orientação profissional. Esta é feita, aliás, desde muito cedo, pois "o bom clérigo se forma na infância, assim como só é bom cavaleiro o que aprende jovem".

Os pais decidiam então, às vezes antes do nascimento, o destino da criança. Muitas vezes, aliás, a questão nem

tinha de ser colocada. O filho do camponês, do artesão, do magistrado, do grande proprietário, etc., tinha, ao menos o mais velho, seu caminho traçado: auxiliar o pai, mais tarde sucedê-lo. Para os mais novos, o problema era às vezes mais delicado. O camponês caçula podia permanecer junto ao pai ou ao irmão mais velho se a exploração fosse suficientemente grande e rica para alimentá-lo. Se não, deveria ir mais longe na qualidade de arroteador, "estalajadeiro", ou então, como em nossos dias, estabelecer-se na cidade como criado, aprendiz, ou engajar-se na tropa de um senhor, de um chefe de guerra. Os caçulas das cidadezinhas, já um pouco iniciados no comércio, lançaram-se muitas vezes como vendedores ambulantes e foram os agentes de um renascimento das trocas e de uma vida econômica ativa. Os caçulas nobres podiam dedicar-se à vida da cavalaria e encontrar ocupação aqui ou ali, ao acaso das guerras, ou então entrar naquilo que chamaríamos hoje de carreiras administrativas, aliás muito mal distintas da carreira militar, a serviço de um suserano poderoso. No século XIII esse era um recurso clássico.

As meninas eram normalmente destinadas ao casamento. Todavia tinham de ter um dote. Podiam também permanecer na casa da família como auxiliares não pagas e dedicadas.

Mas para todos e todas abria-se uma via suplementar: a vida religiosa — para uns, profunda consagração; para outros, meio de se colocar, segurança material e moral. Alguns eram consagrados, desde antes do nascimento, pela religiosidade da mãe e entravam para o convento ainda crianças. O grande Suger, então com cinco ou seis anos de idade, foi levado por seu pai, um pobre camponês, a Saint-Denis, de onde depois se tornaria abade, ao

mesmo tempo que conselheiro do rei. O direito canônico admitiu que o pequeno "oblato" só podia se comprometer definitivamente na adolescência e mantinha até então o direito de sair. A educação clerical recebida permitia ao indivíduo tornar-se facilmente notário, escrivão público, homem de negócios, professor primário, etc.

Todos se esforçavam, aliás, por levar em consideração os gostos da criança, ou, sinal mais seguro, o seu temperamento: a criança de dez anos que se mostrasse turbulenta seria um excelente cavaleiro, mas a que não quisesse "cantar nem rir" era, diziam-nos, predestinada à tonsura.

Uma vez dada a orientação principal, a educação será primeiro prática e concreta. Tem por meta tornar o indivíduo o mais apto possível para sua profissão e sua condição de vida. A criança é geralmente formada dentro do meio e pelo meio em que deve viver. Para traçar um quadro completo da educação, seria preciso examinar sucessivamente cada classe social e cada profissão, também cada grau de riqueza. Os pormenores seriam infinitos. Iremos limitar-nos aqui a considerar sumariamente alguns tipos de educação doméstica, as escolas e a aprendizagem.

As meninas eram geralmente educadas em casa. Um certo número delas, destinadas à vida religiosa, ou órfãs, ou de famílias grandes ou ricas demais, crescia nos mosteiros. A futura religiosa aprendia a ler, a escrever e a contar; muitas vezes até lhe ensinavam latim (que a princesa Isabel, irmã de São Luís e fundadora da abadia de Longchamp, sabia tão bem ou melhor que os capelães), grego e hebraico. Finalmente, aprendia a bordar obras magníficas para o serviço do altar.

As jovens educadas em casa eram formadas para seu futuro trabalho de donas de casa, sendo uma casa, nessa

época, um mundo que tendia a viver em torno de si mesmo e a ser auto-suficiente, isto é, a mãe de família deveria saber fazer de tudo, ou saber ordenar tudo, o que dá no mesmo. O administrador de Paris diz à sua jovem esposa que ela será julgada por suas capacidades: "Quanto mais souberes, mais honras terás e mais louvados serão teus pais e outros à tua volta que te educaram." A ignorância feminina não era apreciada. A se julgar por esse tratado e outros documentos, vemos que na base da educação estava a religiosidade. Inspirada por uma fé sólida, vivificada por preces freqüentes, ela devia florescer em obras e dar a toda a vida uma sólida base metafísica e moral, ocupar a mente e o coração. Era recomendável um ensino livresco que servisse de complemento: "Devem-se colocar as meninas para aprender a instrução (ler e escrever) e as Santas Escrituras. Verão melhor sua salvação e diferenciarão melhor o bem do mal."

Provida assim a formação do espírito e do caráter, vinham em seguida os conhecimentos técnicos. Para nossa jovem parisiense do século XIV, tratava-se de saber escolher, mandar, vigiar e cuidar dos empregados, velar pela limpeza da casa, saber como se faz a manutenção da madeira, do ferro, do cobre, etc., cuidar das provisões da família (o que devia ser feito em grande escala quando das colheitas e exigia uma previsão apurada, bem como a arte de conservar em bom estado as provisões, tratar e curar os vinhos, etc.), cuidar da horta, estar suficientemente a par das culturas para se entender com os meeiros, ordenar um cardápio e conhecer a caça, peixes, molhos, receitas, etc., cortar, costurar e bordar, lavar, limpar, passar a ferro, mil receitas, toda a economia doméstica à qual se acrescentava ainda um pouco de farmácia

e até medicina. Uma boa dona de casa da época era realmente uma grande mulher.

→ A jovem destinada à sociedade mas educada no convento era instruída de maneira um pouco menos prática. Como a jovem religiosa, aprendia a ler, a escrever, a cantar e a bordar. E como era preciso prepará-la para viver no seu século, era necessário proporcionar-lhe meios para nele brilhar: lia histórias para contar, aprendia a tocar um instrumento com o qual podia acompanhar seu canto, praticava xadrez (que era para a sociedade de então o que é o *bridge* para a de hoje). Em suma, aí está todo o programa da educação em voga tal como a conhecemos mais ou menos até hoje, dando maior ênfase às “artes de diversão”, que permitem à jovem animar uma reunião e, se necessário, fazer de sua agulha um ganha-pão.

E, como a vida de sociedade florescia desde antes do século XIII (basta evocar o refinamento das cortes de amor), as jovens mulheres polidas nos mosteiros eram nela apreciadas, daí um estímulo que levou todas as pessoas bem-educadas a buscarem uma educação esmerada.

As jovens capelãs e burguesas aprendiam a ler suas Horas e romances com um preceptor ou uma professora, o que lhes permitia “contar aventuras”. Como suas irmãs do século XIX, elas cantarão e dançarão em um círculo de amigos e bordarão para si mesmas, para as igrejas, ou para seus amigos e amigas, cintos, luvas, esmoleiras, ornamentos. As jovens nobres aprenderão, como seus irmãos, a montar bem a cavalo, a amestrar uma ave, a caçar.

Os rapazes nobres, como vimos, passavam seus primeiros anos com a criadagem. “Os nobres”, diz um sermo-

nário, “colocam primeiro seus filhos a seus pés e fazem-nos comer com os criados, mas, quando crescem, eles os apuram.” Por volta dos sete anos, o menino começava os estudos sistemáticos com professores formados. O capelão de seus pais ou um pedagogo profissional ensinava-lhe a ler. (No século XIII, a maioria das pessoas importantes lia suas Horas.) Além disso, tinha mestres de equitação e de esgrima para que adquirissem fôlego. A partir dos dez anos, ele começava o preparo militar que seria a ocupação de toda a sua vida: aprendia a cavalgar, a amestrar pássaros, cães e cavalos, a lutar com um manequim (o estafermo), a manejar armas pesadas, a fortalecer o corpo. No que se refere aos talentos de sociedade, aprendia a cortar carnes com asseio e a jogar uma espécie de gamão e xadrez. Assim que fazia catorze ou quinze anos, ia à corte de um príncipe, onde sua educação se completava em uma sociedade mais elegante e numerosa.

Sua principal tarefa era “destacar-se” à mesa diante do seu senhor, da mulher ou da filha dele. Acompanhava seu senhor à caça, à corte, aos torneios e à guerra. Jogava xadrez, conversava, dançava com as damas e tornava-se assim, em todos os sentidos, um homem da alta sociedade. O produto consumado dessa educação, o cavaleiro da moda, nos é assim descrito por um romance do século XIII: amigo dos torneios, das danças e dos jogos; bom esgrimista e suficientemente flexível para espevitatar com o pé uma vela presa sobre sua cabeça; sabia ler e cantar na igreja e conhecia o suficiente as artes liberais para poder abrir uma escola em qualquer lugar. Eis-nos longe do nobre iletrado que muitas vezes imaginamos. Note-mos, quanto ao mais, que esse tipo de educação, esses gostos, perpetuaram-se até nossos dias na sociedade inglesa, que permaneceu medieval em muitos aspectos.

Finalmente, o jovem era armado cavaleiro, o que não ocorria sem festas, cada vez mais suntuosas e dispendiosas, de forma que no século XIV muitos nobres não conseguiram assumir os gastos e permaneceram a vida toda escudeiros. A recepção na cavalaria era, a princípio, uma simples entrega das armas ao acolhido que se mostrara digno. Depois, a Igreja isolou os grandes princípios que deviam santificar e animar o emprego da força e aplicou-se em penetrar as almas com cerimônias solenes e de uma simbologia expressiva: o jovem banhava-se, confessava-se, vestia-se de branco, passava uma noite a rezar, depois vestia uma roupa vermelha, símbolo do sangue que estava pronto a derramar, recebia armas bentas e fazia o juramento de colocar sua espada "consagrada" (fim do século X) a serviço do direito, e de proteger os fracos¹.

Ao lado da educação doméstica, com ou sem preceptores, havia possibilidade de formação escolar. Já Carlos Magno mandava instruir seus futuros funcionários nas escolas abaciais ou na escola do palácio. No século X, um Fulbert de Chartres, um Gerbert de Reims atraíram para suas escolas episcopais estudantes de todas as partes. O século XII assistiu a um renascimento dos estudos; no início do século XIII, os privilégios da Universidade de Paris

1. No tempo das Cruzadas, os cavaleiros agrupavam-se em ordens religiosas (Hospitalários, Templários, etc.) para defender a Terra Santa e ajudar os peregrinos. Mas, nos séculos XIV-XV, a evolução da sociedade transformou a cavalaria: soberanos criaram ordens leigas (Jarreteira, Tosão de Ouro, São Miguel, etc.) às quais se tornou glorioso pertencer. Elas deram origem às atuais condecorações francesas. É por isso que se é cavaleiro (Legião de Honra, Mérito agrícola, etc.).

foram garantidos e, no século XIV, havia uma profusão de escolas de aldeias.

As escolas episcopais eram provavelmente as mais antigas. Em Troyes, por exemplo, constatamos a existência de um estabelecimento desse gênero desde o século VII. Um decreto papal de 826 e o Concílio de Latrão (1215) obrigaram o bispo a mandar ensinar gramática e artes liberais. As escolas episcopais eram dirigidas por um cônego, o chantre ou o mestre de teologia da catedral. As crianças formavam um coral, cantavam na igreja e tornavam-se com frequência clérigos. As escolas monásticas eram análogas, mas dependiam do abade. A difusão da ordem beneditina fê-las se proliferarem. O afluxo de estudantes acarretou a multiplicação dos estabelecimentos de ensino, entre os quais se distinguiam as escolas não-latinas, onde o ensino se limitava ao catecismo, ao canto, à leitura, à escrita e a um pouco de aritmética, e as escolas latinas, onde o latim era a única língua usada e o principal objeto de estudo. As crianças formavam aí seu espírito segundo os autores antigos dos quais liam os textos, o estudo muito aprofundado da gramática as habituava à análise (qualidade que permaneceu eminentemente francesa), e o uso exclusivo do latim as acostumava a seu manuseio. Ora, o latim medieval, língua viva, precisa e técnica, era o instrumento universal e cômodo da cultura religiosa, literária, filosófica, jurídica e científica. Era compreendido e falado em toda a Europa, e não foi substituído nessa função de língua internacional (que conservou na Igreja Católica) e de língua culta comum. (No fim do século passado, jovens doutores em Letras franceses ainda redigiam em latim uma de suas teses.)

Os alunos das escolas eram externos. Pagavam uma contribuição escolar da qual os indigentes eram dispensados. A contribuição servia para o pagamento dos mestres, compra do material (palha para forrar o solo, papel, tinta, varas). A disciplina admitia não apenas o uso, mas a própria excelência dos castigos corporais que geralmente o bedel era encarregado de aplicar. Estes perpetuaram-se até nossos dias nas escolas inglesas famosas.

A autoridade religiosa era responsável pelo ensino oferecido nos limites de sua jurisdição, o que implicava a escolha e vigilância dos mestres, inspeção da moralidade e dos estudos, dever também de promover a instrução. Um Pierre de la Chapelle, bispo de Carcassonne no fim do século XIII, lembrava seu clero, em uma circular, que ele devia divulgar o ensino no campo. Em Troyes, na mesma época, existiam três escolas latinas, ao lado de várias escolas elementares. Isso significa que todas as crianças da cidade, ou quase, freqüentavam uma ou outra. Dizem-nos que elas se encontravam na saída e brigavam, paróquia contra paróquia. Desde o início do século XII os vilarejos ingleses tinham, diz-se, tantos professores quantos cobradores e funcionários reais.

Acima das escolas estavam as universidades. As mais famosas eram as de Paris, para Teologia, Direito Canônico, Medicina, Astronomia, de Orleans para Direito Romano, Pádua, Salerno e Montpellier para Medicina, assim como Bolonha, igualmente famosa nos dois ramos de Direito, Oxford na Matemática, Astronomia e Ciências Físicas, Colônia, Praga, Toledo, etc. O programa da Faculdade de Artes compreendia as sete artes liberais: *trivium* (gramática, retórica e dialética) e *quadrivium* (aritmética, geometria, música e astronomia).

Os professores davam aulas de dois tipos: comentário, frase por frase, da obra cujo estudo servia de base ao ensino, ou discussões (chamadas questões) em que se confrontavam as teses contrárias sobre o mesmo tema, depois de lhes ter colocado em forma, isto é, em silogismos.

O comentário usava como texto os clássicos: gramática de Prisciano, *Organon* de Aristóteles, obras de Porfírio ou de Boécio, na Faculdade de Artes; em Teologia, *Sentenças* de Pedro Lombardo, etc. A memória inesgotável dos mestres fornecia-lhes referências a textos próximos, confrontações às vezes fecundas. Um método mais ou menos parecido foi mantido até nossos dias nas escolas árabes, e escreveu-se a respeito disso as seguintes linhas, válidas para nossa Idade Média: "Essa cultura... era quase exclusivamente gramatical e jurídica, mas com profundidade. Imbuída de Teologia, ela repousava sobre a recitação de cor de um pequeno número de obras, esclarecidas por seus comentadores." Em oposição a essa cultura "de citações e de colcha de retalhos", a leitura moderna, da qual só se procura guardar as idéias, traz uma "decadência da memória e uma transformação radical do próprio tipo da inteligência universitária".

Quanto às discussões, eram para os imbecis a oportunidade de estabelecer catálogos de opiniões diversas, ficando estes felizes por acompanharem cada enunciado de copiosas citações. Molière zombou desse hábito que sobreviveu até bem depois da Idade Média abastardando-se. Mas os mestres inteligentes faziam um trabalho de compreensão sagaz e construíam sínteses pessoais originais. Lembremo-nos aqui das filosofias de um Tomás de Aquino, de um Bonaventura, de um Duns Escoto, de um

Hostiensis, de um Huguccio, etc. "Esse hábito de decidir depois de ter pesado os prós e os contras dava ao espírito hábitos de liberdade" e de vigor. (Observemos que os estudantes de Direito ainda aprendem a discutir a favor e contra uma tese.) Alguns séculos de raciocínio escolástico não foram inúteis para desenferrujar e aguçar o instrumento intelectual que se tinha deixado embotar nos tempos das invasões. Afinados, flexibilizados por esse método, os homens da Idade Média viram erguerem-se entre eles alguns gênios e conseguiram cercá-los de um público capaz de ouvi-los, compreendê-los, forçá-los portanto a se exprimirem e mostrarem seu valor.

Em seu conjunto, o esforço intelectual consagrou-se ao inventário e assimilação da herança antiga e ao conhecimento do homem, de seu ser e de seu destino — preocupações que, após um eclipse, se encontram com nossas filosofias mais modernas. Mas também as ciências se desenvolveram¹.

As universidades eram freqüentadas por jovens sérios, que com seus estudos almejavam uma situação melhor, filhos de famílias ricas, nobres ou não, que os pais envia-

1. A Botânica, a Zoologia, a Anatomia, a Meteorologia fizeram grandes progressos graças à observação. Por outro lado, desde o século XII, as traduções de Euclides, das obras científicas de Aristóteles, depois as traduções dos árabes, tinham recolocado nos trilhos o método científico. No século XIII, homens como o bispo Robert Grosseteste, os monges Roger Bacon e Alberto, o Grande, aliando a observação, o raciocínio e a experimentação, abriam o caminho à ciência moderna, estabeleciam a teoria dos espelhos côncavos, explicavam o arco-íris, estudavam os animais, etc. Enquanto os alquimistas descobriam numerosos ácidos e a água-régia que dissolve o ouro. E, nos séculos XIV e XV, matemáticos como John Maudith, Richard de Wallingford, Levi Ben Gerson, Nicolas Oresme redigiam calendários astronômicos, criavam instrumentos de medida cuja teoria estabeleceram, fundamentavam a Trigonometria, descobriam o uso de gráficos e formulavam leis, principalmente em cinética, que provavam pela álgebra e pela geometria.

vam às escolas e que as aproveitavam menos para estudar do que para lá usufruir agradavelmente das liberdades e da vida de estudante; enfim, aventureiros, boêmios preguiçosos que prolongavam indefinidamente estudos ilusórios para gozar dos privilégios conferidos pela escola e só causavam perturbações na cidade. A universidade, impotente para domá-los, por falta de meios coercitivos suficientemente enérgicos — ela dispunha da justiça excessivamente benévola da Igreja —, defendia no entanto suas indesejáveis ovelhas das jurisdições seculares. Isso provocou, principalmente em Paris, dificuldades muito graves entre a universidade e o rei. Em Oxford, burgueses e estudantes viviam em estado de guerra intermitente.

Os estudantes viviam em quartos alugados por particulares, ou em colégios, análogos aos que existem com esse nome nos países anglo-saxônicos ou às nossas residências nas cidades universitárias. Havia cerca de sessenta na Paris do século XIV, dentre os quais a famosa Sorbonne, fundada por Robert de Sorbon, filho de camponeses e capelão de São Luís. Da mesma forma em Oxford, John de Balliol, depois de Walter de Merton e Guillaume de Durham, bispo de Rouen, procederam a fundações que se perpetuam gloriosamente em nossos dias.

As aulas eram dadas em vários locais geralmente alugados pelos professores, dos quais os mais cômodos davam lugar a especulações abusivas. O professor sentava-se em uma cadeira, diante de uma escrivaninha, os estudantes a seus pés, sobre a palha. As lições eram geralmente lidas, de onde o nome *lectures* (leituras), ainda usado nas universidades anglo-saxônicas. Eram repetidas por repeti-

dores, entre os quais alguns eram os próprios mestres. Não havia deveres escritos para os estudantes, mas a prática da discussão pró e contra uma tese, o que desenvolvia, juntamente com a memória e a flexibilidade de espírito, a mania de argumentar com astúcia. Durante seus estudos, os jovens copiavam, para conservá-los, um certo número de aulas ou de livros que alugavam, folha a folha, do livreiro depositário.

Os exames ocorriam no Natal ou na Quaresma. Eram análogos às defesas de tese do século passado, e consistiam em "discussões" com os examinadores sobre as questões do programa ou sobre os argumentos extraídos de um livro, não composto pelo impetrante, mas enviado pelo chanceler para seu estudo.

A sanção dos estudos consistia na colação de graus, dos quais guardamos os nomes: bacharelado, licenciatura, mestrado, doutorado. Esses graus davam direito ao uso da vestimenta universitária — que os mestres e os estudantes de alguns países ainda usam. O novo doutor recebia, com o barrete quadrado, um anel, símbolo de sua união com a ciência. Esse conjunto era-lhe entregue durante uma cerimônia religiosa e solene, investidura análoga, na sua categoria, à cavalaria ou aos votos do monge. O dia terminava com copiosos banquetes oferecidos pelo formando a seus novos colegas.

As crianças que se destinavam ao artesanato começavam a aprendizagem. Sua condição, no que diz respeito à Paris do tempo de São Luís, nos é bem conhecida, pois em 1268 o preboste Etienne Boileau, encarregado da jurisdição dos ofícios, procedeu à redação de seus costumes. Se alguns se abstiveram disso, 121 submeteram seus estatutos à aprovação do magistrado.

Vemos portanto que a maioria dos ofícios tinha uma organização corporativa que tendia à estabilidade e à defesa da profissão pela manutenção da qualidade (garantia dada aos clientes), pela luta contra o monopólio ou a obstrução do mercado, pela regulamentação do trabalho (garantia dada aos artesãos e a seus empregados). Notemos que o caráter dos ofícios mudava muito nos locais onde a preponderância esmagadora dos grandes empresários capitalistas, que trabalhavam para a exportação, substituíam a economia aberta pela fechada, a busca do ganho pelo lucro, o equilíbrio entre os mestres pelo domínio de alguns poderosos. Como em Flandres.

O ofício recrutava de preferência no meio de trabalho: entre os filhos dos mestres ou de seus parentes, e, exceto no primeiro caso, o número de aprendizes era estritamente regulamentado, reduzido geralmente a um ou dois, pois era preciso proporcionar mão-de-obra aos mercados, e, no interesse da criança, observar para que o mestre pudesse consagrar-lhe todos os seus cuidados.

A entrada para o aprendizado às vezes dava lugar a uma cerimônia durante a qual a criança prestava juramento de adequar-se àquilo que ia aprender e à minuta de um contrato, geralmente não escrito no século XIII, mas atestado por quatro testemunhas, escolhidas dentro da profissão, e das quais duas eram patrões e duas trabalhadores. O mestre comprometia-se a receber a criança, a garantir-lhe alojamento, alimentação, a ensinar-lhe o ofício e a tratá-la com dignidade e paternalmente "como filho de homem probo". As correções do mestre eram autorizadas, mas não os tapas de sua mulher, que podia ser impulsiva.

A criança, por sua vez, devia uma prestação pecuniária fixada pelos estatutos e um certo número de anos

de trabalho, destinados tanto a seu próprio aprendizado quanto a indenizar o mestre em gêneros pela pensão fornecida e pelo tempo dedicado. Entre os comerciantes de panos, a aprendizagem durava quatro anos, entre os tapeceiros, oito, entre os cristaleiros, dez, etc.

Quando o mestre abandonava o ofício em consequência de uma doença, peregrinação, de indigência ou de velhice, o aprendiz era cedido a um colega pelo tempo que lhe faltasse cumprir. Mas, para evitar os abusos, o mestre não podia, se voltasse atrás em sua decisão, assumir um novo aprendiz antes que expirasse o tempo normal que o primeiro devia ter permanecido com ele.

Se a criança, "por loucura ou galanteria", abandonasse seu mestre, este devia persegui-lo por um dia, depois esperá-lo — sem poder empregar um novo ajudante — durante três meses entre os chicoteiros, um ano entre os outros artesãos, todo o tempo da aprendizagem entre os serralheiros de cobre. Essa sanção deveria incitar o mestre a vincular a criança a si pela doçura e pelo bom tratamento. Quando o fugitivo voltava, o mestre devia aceitá-lo novamente até por duas vezes, mas, na terceira, nem ele nem seus colegas deviam aceitar o adolescente instável. O concorrente que empregasse um aprendiz em ruptura de contrato seria boicotado.

Ao fim da aprendizagem, o jovem, liberado de seus compromissos, era admitido na corporação por um juramento sobre as relíquias de seguir os estatutos. Podia desde então trabalhar como operário, seja no ateliê onde se formara, seja em outro lugar, e era submetido ao controle que a corporação exercia sobre seus membros. "Ninguém", diziam os comerciantes de panos, "deve admitir junto a si alguém ou junto a algum outro do ofício, ladrão, nem

assassino ou devasso que tenha uma amante dentro ou fora da cidade."

Finalmente o trabalhador, imediatamente ou após um ano ou mais de exercício do ofício (quatro anos entre os padeiros), tornava-se apto a ser mestre contanto que fosse considerado capaz, que tivesse com o que se estabelecer e que jurasse respeitar os costumes. Seu último patrão garantia-o sobre o primeiro ponto, os guardas do ofício verificavam os outros. A entrada no ofício era geralmente grátis, embora às vezes tenha sido preciso comprá-la do rei, ou de um concessionário, mas era sempre preciso pagar a cotização da confraria, uma esmola aos doentes, uma visita de inspeção ou um banquete aos novos colegas.

III. O casamento

O casamento na Idade Média é um ato de importância familiar, econômica, em certos casos patrimonial e, às vezes, política. Aos olhos da Igreja, é um sacramento que os dois cônjuges conferem-se mutuamente. Enfim, para uma certa literatura, nascida da falta de ocupação de uma sociedade rica e ociosa, é uma formalidade social que não poderia prender o coração nem supor o amor (teoria de decadência que não exprime melhor o estado da sociedade francesa do século XIII do que a literatura dos últimos cinquenta anos representaria nossos costumes).

O casamento medieval era antes de mais nada um ato de importância familiar, pois a solidariedade era enorme dentro da família, tanto maior quanto se permanecia preso ao mesmo pedaço de terra geração após geração. A honra

de um era a dos outros, os ódios de um, compartilhados com os outros, e todo negócio particular tornava-se, *ipso facto*, um negócio de família. Em todos os momentos importantes de sua vida o homem era escoltado por toda a sua linhagem: se comparecesse perante a Justiça, se fosse envolvido em uma guerra privada, enquanto o flagelo durasse, ele era assistido por todos os seus e os implicava, fosse a vontade deles ou não. Compreende-se que, quando ele introduzia um novo membro na família, ela tinha de aceitá-lo.

Notemos quanto ao mais que um novo casal não significava forçosamente um novo lar. Acontecia com muita freqüência, na cidade como no campo, entre os nobres ou entre não-nobres, de o jovem casal permanecer na casa dos pais do marido — com maior freqüência — ou da mulher — quando ela não tinha irmãos. Isso ocorria por falta de meios para se instalar em outro lugar, ou porque a exploração ou o negócio oferecia lugar a novos colaboradores e a organização econômica da família a exigia sempre numerosa. Verdadeiras “comunidades” familiares eram assim fundadas, agrupando em torno do mesmo “fogo e caldeirão” irmãos e primos. Nesse caso, era a “comunidade familiar” assim criada que era considerada como a célula social, e não o casal. Era ela que devia o imposto, o serviço militar, as corvéias — cabia a seus membros arranjar-se entre si. Era à sua dissolução e não à morte desta ou daquela pessoa que se devia, nas famílias plebéias, o que corresponde a nossos direitos de sucessão. Algumas dessas “comunidades tácitas” viveram em boas relações durante séculos e até a Revolução Francesa.

O casamento era o meio clássico de garantir entre duas famílias de grandes proprietários ou de nobres uma boa

aliança ou, pelo menos, a paz. Chegava-se a empenhar as crianças por nascer ou de pouca idade. Na Bretanha, conservou-se até o século passado o costume de criar os futuros prometidos no mesmo berço.

De importância familiar e política, o casamento tinha também grandes conseqüências patrimoniais. Isso tudo aliás era uma coisa só. Para a situação, a função social, o patrimônio era um elemento, um meio. O homem estava integrado a seus bens. Para dispor destes, dispunha-se do próprio corpo; não se trata de materialismo, mas de noção concreta do serviço. Se uma moça, por exemplo, fosse herdeira de um feudo ou de uma *tenure* (exploração camponesa), a boa ordem das coisas exigia que uma autoridade masculina se encarregasse de um ou da outra: é necessário um homem, para se proteger uma fortaleza, fazer-se obedecer pela guarnição, manter a paz no domínio, da mesma forma que para dirigir culturas, comandar os criados. Também o pai escolhe no marido dessa filha seu sucessor. Se a menina é órfã, admitir-se-á bem cedo que, se os interesses da terra são grandes e urgentes, os da herdeira devem ser salvaguardados. Só há uma solução: suprir a terra de um administrador, para dar à criança o tempo de crescer, mas casá-la assim que tiver idade, assim que atingir treze ou catorze anos. Se ela não aceitar os pretendentes que lhe são propostos, cabe-lhe renunciar aos seus direitos e entrar para um convento. É a própria sabedoria, e não há nada a argumentar.

Quando a jovem tem irmãos, em vez de atrair o marido para sua família, ela vai para a dele, munida de um dote que é um adiantamento da herança. Geralmente, pelo menos no sul da França, ela deve jurar que nada reivindicará ulteriormente quando da morte dos pais.

O casamento tinha também importância econômica. Cada adulto é um produtor; as crianças são uma riqueza. Quando a união se produz entre vassalos de senhores diferentes, o cônjuge que parte empobrece tanto seu senhor original quanto enriquece o outro. É portanto necessária a autorização do senhor interessado, e tudo se resolve geralmente pelo pagamento de um direito. Na Normandia, por exemplo, o plebeu que se casa fora do domínio pode levar seus móveis, mas pagará doze denários para a primeira libra do dote (ou seja, cinco por cento), seis denários por libra de dote a mais (dois e meio por cento), quatro denários por cada almofada, fronha, travesseiro, por cada pé de arca e pela fechadura da mesma (cerca de dois e meio por cento). Quando essas uniões inter-senhoriais se multiplicaram, os senhores concluíram tratados que permitiam o casamento livre dos vassalos de seus respectivos domínios.

Diante de todas essas concepções que só consideram no casamento suas conseqüências sociais, a Igreja proclama teorias ousadamente revolucionárias. Para ela, o homem e a mulher se unem por um sacramento indissolúvel, para a formação do qual seu consentimento mútuo é necessário e suficiente; à sua santidade está ligada a salvação de sua alma imortal. Ela não leva em consideração nem as autorizações nem as injunções dos parentes ou das autoridades. Os jovens enamorados aproveitaram então para se unir apesar de suas famílias. Situações dramáticas assinaladas pela literatura.

Naturalmente havia homens que elevavam com dificuldade seu pensamento e sua vida ao nível dos conceitos teológicos. Como a Igreja não admitia nem o repúdio nem o divórcio, no máximo a separação de corpos sem ruptura do laço conjugal, eles achavam uma saída cômoda: a

alegação de um impedimento por parentesco a um grau proibido, que se descobria muito propositalmente no momento em que a união se tornava intolerável e graças ao qual era possível obter das autoridades eclesiásticas uma anulação com caráter retroativo. Juridicamente, não era uma ruptura do casamento, mas a simples constatação de que nunca existira. O infeliz Luís VII, ridicularizado por uma mulher pela qual, no entanto, ele estava bem apaixonado, foi abandonado desse modo. Mas Filipe Augusto, embora desejasse muito repudiar Ingeburge, com quem só passara uma noite, nunca pôde, por falta de motivo jurídico suficiente, quebrar um laço que permaneceu indissolúvel até sua morte.

Às vezes ultrapassada pela violência dos interesses materiais ou pela violência dos costumes, às vezes traída por seus próprios clérigos, nem por isso a Igreja deixava de manter seus princípios teimosamente. Filipe Augusto passou por essa experiência. Da história de uma certa Isabel, rainha de Jerusalém, que por motivos políticos foi separada de seu marido, depois casada novamente, contra sua vontade e sucessivamente, com dois poderosos senhores aos quais ela levava sua coroa, o papa não deixava de retirar para os povos a moral de uma história que terminava com a morte lamentável e rápida de dois reis: "Uma mulher foi sucessivamente, por uma união imunda... entregue duas vezes a supostos esposos; e esses casamentos ilícitos obtiveram o consentimento e até a aprovação pública do clero da Síria. Mas Deus, para amedrontar os que pensassem em imitar tão detestável exemplo, prontamente e de maneira retumbante vingou suas leis violadas."

Assim, subindo contra a corrente da brutalidade dos costumes, a Igreja impingira a idéia de que, quando as pes-

soas se casam, é para sempre. Poemas ou romances em versos, mordazes ou burlescos, mostram-nos, o que é próprio de todos os tempos, mulheres preguiçosas ou autoritárias, transformando seu casamento num verdadeiro inferno, com sua desordem ou suas cenas. O esposo lamenta, às vezes procura domar sua mulher, ainda que seja com um bastão; consola-se com a garrafa... mas não pensaria em romper o laço conjugal. Se, ao contrário, o marido libertino, bêbado ou preguiçoso abandona a mulher, ou a deixasse na miséria, ela continuava sendo a guardiã da triste casa, onde criaria os filhos. As situações canonicamente irregulares afastavam da vida da Igreja, da participação dos sacramentos, provocavam até, quando o escândalo era notório, a excomunhão e a reprovação social. De forma que o pecador era levado ao arrependimento, ainda que fosse em seu leito de morte, e prestava, por sua penitência, homenagem aos princípios que sua conduta desdenhara.

O casamento deveu a essa indissolubilidade a grande dignidade que nos é atestada ao longo de toda a França antiga.

A escolha de uma noiva era feita por todos os interessados: o pai, a mãe, os "amigos carnis" (parentes) e, quando se tratava de um nobre, os homens de seu baronato: "Teus homens te pedem", diziam-lhe, "a liberdade de procurar para ti uma dama de linhagem conveniente... com a qual te agrada casar... e pela qual esperamos ter de ti linhagem e senhor vindo de ti, como sucessor." E, diz-nos um poema do século XIII, "a seu baronato que espera — Responde o rei muito docemente — 'Em virtude de vossa vontade e para vosso prazer — Satisfarei, Senhores, vosso desejo — Pois quem não faz a vontade —

De sua gente, dela não terá o poder.' " Um jovem de família menos importante era mais livre em sua escolha.

Eis como um fidalgo do século XIV descreve-nos uma entrevista matrimonial da qual participou. (Poderia mais uma vez tratar-se de uma cena da vida do interior.) "Aconteceu uma vez que todos falavam em me casar com uma jovem bela e nobre que tinha pai e mãe. E assim o senhor meu pai levou-me para vê-la. Quando chegamos ofereceram-nos grande refeição e boa acolhida. Eu olhava para aquela de quem me falavam e fi-la falar sobre diversas coisas para conhecê-la melhor. Conversamos em termos de prisioneiros, e eu lhe disse: 'Senhorita, é melhor ser vosso prisioneiro do que de qualquer outra, e acho que vossa prisão não seria tão dura quanto a dos ingleses.' Ela respondeu-me que vira outrora aquele que queria que fosse seu prisioneiro. Então perguntei-lhe se ela lhe proporcionaria uma dura prisão; ela respondeu-me que nunca e que o estimaria como a seu próprio corpo. Disse-lhe que esse homem era feliz por ter tão doce e nobre prisão. O que lhes direi? Ela se expressava bem e pareceu, por suas palavras, que sabia bastante e que tinha o olho bem vivo e sagaz. E muita conversa houve. No entanto, quando chegou a hora de partir mostrou-se bem impudica, pois me pediu duas ou três vezes que não demorasse para vir vê-la... Assim senti-me, em tão poucas horas, muito ligado a ela, eu que jamais a tinha visto e que bem sabia que se falava de casamento entre nós.

Quando partimos o senhor meu pai disse-me: 'O que achas dessa que viste? Dá-me tua opinião.' Assim eu lhe disse e respondi: 'Senhor, parece-me bela e boa, mas nunca estarei mais próximo dela do que estou.' Disse-lhe assim o que achava dela." E o casamento não se realizou.

Como em nossos dias, quando os jovens e as famílias estavam de acordo, celebrava-se o noivado, confirmado pela troca de anéis. A cena nos é descrita assim em um romance: "Um anel (o noivo) tira de seu dedo; — no dela o coloca e diz: 'Amiga — com este anel de ouro eu vos tomo e coloco e vos coloco de posse do meu amor sempre leal.' — E de seu dedo pegou um anel." Aqui dois anéis de noivado: cada um recebe o seu do outro. Não se trata apenas de uma troca de presentes, mas da conclusão de um contrato repleto de efeitos legais. Observemos o vocábulo empregado: *tomar*, que é um termo técnico da língua jurídica, e lembremos que a transferência de propriedade ou de posse era geralmente efetuada na Idade Média por uma cerimônia simbólica e por meio da entrega de um objeto, com frequência pessoal (anel, luva, faca, etc.). O noivado pelo anel é pois algo além de um gesto gracioso: dá a cada um dos noivos um direito sobre o outro. A ruptura é muito difícil de ser obtida e provoca sanções (cf. a jurisprudência atual dos Estados Unidos em matéria de *breach of promise*).

A Igreja, guardiã dos juramentos, registrava oficialmente o noivado segundo um ritual que, em nossos dias, tenta-se fazer reviver em alguns lugares. Os jovens, acompanhados de seus pais e amigos, vão à igreja e são recebidos sob o pórtico pelo padre, de estola e sobrepeliz. Já sabendo seu nome e identidade, este faz as perguntas rituais: "Martin, promete por juramento casar-se com Berthe, se a santa Igreja permitir?" Martin responde: "Juro." Uma pergunta análoga é feita à jovem. Depois o padre diz (em latim): "Eu os torno noivos em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Amém."

O noivado assim concluído, abria-se o período dos proclamas, que durava normalmente quarenta dias e no decorrer do qual se proclamava (é o sentido do termo proclama) a união projetada várias vezes, a fim de provocar a declaração de impedimentos canônicos, tais como parentesco em grau proibido, noivado anterior não rompido, que poderiam impedir a igreja de deixar o casamento se realizar. Durante os proclamas, era proibido aos noivos morarem sob o mesmo teto.

A cerimônia do casamento repetia a do noivado. Os juramentos eram quase os mesmos. Alguns se enganaram com isso, de forma que o ritual teve de introduzir na sua fórmula a precisão necessária para que nenhuma confusão fosse possível entre as palavras *futuro* e *presente*.

Ela também ocorria no mesmo lugar: sob o pórtico dos casamentos. Era ali que se realizava igualmente a primeira parte do batismo, era ali que a jovem mãe era acolhida pelo padre para sua purificação, ficando a própria igreja reservada ao culto divino no sentido estrito. Era ali também que, a cada semana, à saída da missa principal, eram feitos os proclamas, diante da praça onde ocorria a assembléia. Como os proclamas, o casamento era celebrado em público, diante da multidão; a igreja amaldiçoava a clandestinidade que pode recobrir todas as fraudes.

Portanto, os jovens noivos vinham, em pleno dia, com suas roupas mais belas, de cores brilhantes (gostava-se sobretudo do vermelho), e coroados de flores ou de ourivesaria. Usar uma coroa, aliás, era frequente nas festas, especialmente para os jovens de todas as classes sociais. Os cabelos da jovem ficavam soltos ao vento, como sinal de virgindade, ou cobertos por um véu leve. Conduzidos por seus pais ou padrinhos e madrinhas, acompa-

nhados por seus amigos e precedidos por músicos, eles trocavam, espontaneamente ou a pedido do padre, seus juramentos. Ocorria então a bênção e a tradição do anel que o marido colocava no dedo da esposa "cuja veia vai direto ao coração, como sinal de que seu coração aceita esse casamento". O anel de São Luís, esposo de Margarida da Provença, trazia: "Deus. França. Margarida", ou seja, em ordem hierárquica, os três amores que ocupavam exclusivamente seu coração.

Com freqüência, então, as testemunhas trocavam tapas e pancadas para fazerem entrar melhor em sua memória a lembrança do ato que acabava de se realizar. Recordemos que não se mantinham registros e observemos que esses tapas — costumes rústicos — faziam parte, por assim dizer, do ritual do testemunho.

Entrava-se então na igreja onde a bênção nupcial era dada e a missa celebrada (missa votiva da Santa Trindade, ou missa especial). Os esposos assistiam a ela cobertos por um mesmo véu: o *véu nupcial*. Na Provença, ele cobria os ombros do marido e a cabeça da esposa. Quando, fora do casamento, os esposos já tinham gerado uma ou mais crianças, bastava uni-las aos pais sob o véu para assim legitimá-las.

Ao longo da missa, os cônjuges dividiam, segundo os rituais que variavam de uma região para outra, um pedaço de pão, ou uma hóstia benta, e bebiam na mesma taça de vinho bento. Levavam em seguida um círio ao altar da Virgem, onde às vezes a noiva pegava uma roca e fiava durante alguns instantes. Finalmente, reconduzidos pelos amigos e pelo clero até a porta da igreja, entravam no cemitério e iam rezar sobre o túmulo de seus mortos, o que não deixa de evocar rituais muito antigos: a família inteira estava presente, inclusive os ancestrais mortos.

Tomava-se o caminho de casa, e cabia aos amigos jogarem sobre o jovem casal punhados de grãos dizendo: "*plenté, plenté*" (abundância), velho rito mágico de fertilidade que se perpetuou até nossos dias nos países anglo-saxônicos. Em Bolonha, apesar das regulamentações municipais, atirava-se qualquer coisa sobre os noivos: neve, serragem, lixo de rua e pequenos pedaços de papel que devem ter sido os primeiros confetes. Em casa começavam os banquetes, diversões e danças. No início da noite, os esposos deitavam-se, e o padre vinha com seu coiroinha trazendo água benta e incenso benzer o leito nupcial. Mas, em alguns lugares — e o costume durou por muito tempo nas zonas rurais da Bretanha —, os noivos imitavam Tobias e Sara, consagravam sua primeira noite à Virgem, e as núpcias duravam dois dias em vez de um.

Quando um grande senhor ou o próprio rei casava seu filho ou sua filha, e especialmente quando se tratava dos primogênitos, as festas eram mais longas e suntuosas. Eram distribuídas refeições ao ar livre para a população, o vinho corria das fontes públicas. Mas todos eram chamados a participar dos gastos do mesmo modo que das festas. O casamento da filha mais velha do senhor era um dos quatro casos de ajuda, isto é, de imposição feudal universalmente reconhecidos.

Quando um camponês se casava, toda a aldeia participava das núpcias, inclusive o senhor. "Quem se casar neste feudo", diz-nos um documento do início do século XV, "seja fora ou dentro dele, se for viver nas terras de sua mulher, deverá ao senhor a indenização de cinco soldos ou, se quiser vir comer (no castelo), ele e sua mulher deverão trazer dois jarros de vinho, um bolo de trigo e um membro de boi." Em outro lugar: "Se alguém

se casar no feudo, deverá uma peça de carne, dois pães e dois jarros de vinho, o mesmo que a noiva, e os dois deverão levar isso ao palácio (senhorial) na companhia de menestrelis exercendo o ofício (isto é, tocando)." Só os camponeses que assumiam terras, bastante ricos, portanto, para pagar os custos de uma exploração, deviam esses presentes, geralmente compensados pelos presentes do senhor.

Os casamentos de viúvos geralmente eram ocasião de muita balbúrdia. Mas, em quase todo lugar, os recém-casados deviam comparecer ao longo do ano a uma festa popular onde eram colocados em evidência para a diversão de todos. Tendo entrado na comunidade dos casados, eram submetidos ao trote leve que com frequência os grupos exigem dos recém-iniciados. Por outro lado, pedia-se ao homem, que atingira a plenitude de sua força física, que se mostrasse capaz de assumir a função masculina de defesa do país.

Em um recanto da Normandia, "o marido deve estafermo, ou seja, no dia que for marcado, deve vir a cavalo, preparado para lutar contra um poste, que o senhor deve fixar (cravar na terra). Se ele não possui um cavalo, o senhor deve arranjar-lhe um, pelo qual o marido pagará um quarto de aveia, e deve-se alugar-lhe uma lança de amieiro colhida no (próprio) dia, da grossura, no lado mais fino, do pulso de sua senhora. E ele fará cinco corridas (direito a cinco repetições) e se o quebrar, ou se cair, deverá pagar dezoito soldos de multa e uma *mine** de aveia", sem falar no ridículo, nas reflexões que se imaginam...

* Antiga medida francesa de capacidade para os grãos e cereais secos. (N.T.)

Em outros lugares, como Condé-sur-Risle, os vassallos que casavam seus filhos mais velhos, ou se casavam eles próprios, deviam lutar no rio Risle "três golpes de lança contra uma estaca cravada em um fosso no rio, chamada de estafermo, e deviam estar em um barco levado por quatro homens em direção à foz".

Na Bretanha, em Montfort-la-Croix, o senhor de Iffendie enfeita um chapéu de madressilva que entrega a seu procurador. Este o leva até o Outeiro dos noivos, diante da população reunida. Cada uma das recém-casadas do ano recebe, por sua vez, essa coroa, dança, canta uma canção e beija o procurador... ou deve pagar sessenta soldos, que é a mais antiga das multas carolíngias. Perto de Hédé, no domingo que se segue às bodas, os recém-casados deviam, depois da missa principal, cantar uma canção diante do cemitério. Em Combourg, os recém-casados se apresentam, depois da missa principal, no cemitério. Cada uma das esposas deve uma canção, enquanto os maridos, carregando um jarro de dois quartilhos de vinho e uma fogaça, oferecem a cada um dos convivas um pedaço de bolo e um pouco de vinho.

Ao senhor de Goulaine, as recém-casadas deviam, na segunda-feira de Pentecostes, na saída da missa principal, e de novo à tarde, em lugar da assembléia, cantar três canções. Depois disso, davam um beijo no senhor ou em seu representante. Entrementes, os maridos deviam carregar, cada um, três bolas e três bastões. Era delimitado um espaço de 24 pés quadrados, e o senhor ou seu representante lançava sucessivamente sobre o terreno as bolas, que os jovens deviam devolver com um golpe rápido de bastão para fora dos limites do jogo.

IV. A doença e a morte

É difícil se conhecer as condições sanitárias da Idade Média por falta de informações precisas e de estatísticas. Sabe-se contudo que a mortalidade infantil era alta e que as condições de vida eram bastante duras, e no entanto saudáveis. Porém, de tempos em tempos, a penúria, local ou geral, e as guerras deixavam uma parte maior ou menor da população em estado de subnutrição que podia chegar à fome, e então as epidemias grassavam. A mais, justamente, famosa é a grande peste de 1348-1349 que assolou toda a Europa, talvez matando um terço de seus habitantes. A expectativa de vida devia ser análoga à da França do fim do século XVIII, ou à da Índia do início do século XX, ou seja, cerca de trinta anos. As doenças da Idade Média eram mais ou menos as mesmas que as nossas: mas a lepra e a varíola, importadas no tempo das Cruzadas, eram na época de extrema virulência, atenuadas desde então pelo clima europeu; a malária, freqüente (até o século XIX). A sífilis, que deveria ser importada da América, era ainda desconhecida.

Contra os inevitáveis flagelos que atingem sua saúde, sua vida, a dos seus, o homem luta e assume uma atitude interior que é uma das melhores expressões de seu valor moral. A das pessoas da Idade Média foi geralmente inspirada por uma viva fé religiosa. A Igreja tinha o cuidado de lembrar com freqüência aos fiéis o seu fim último. A maior parte dos cristãos tinha tanta certeza da imortalidade da alma e da existência do outro mundo quanto da realidade de seu corpo e do mundo terreno. Por isso, os sofrimentos eram apenas transitórios; muito mais, não

eram mais escandalosos para o espírito, pois eram explicados e confortados pelo amor. Doença e morte são o resultado, o "salário" do pecado, e o próprio Cristo, para salvar o homem e por amor pelo homem, teve, ainda que inocente, de se submeter a isso e sofrer por isso. Quem acolhe esse fato com paciência e humildade "carrega sua cruz" como Cristo carregou a sua, expia seus pecados e pode até merecer a graça e a salvação para seus irmãos.

Principalmente no século XIII os franciscanos divulgaram uma terna devoção à pessoa de Cristo e a meditação sobre seus sofrimentos. Inventaram a prática piedosa chamada de "via-sacra". Um São Francisco foi estigmatizado sobre o Monte Alverne, venerado e invejado por muitos devotos. As almas piedosas preparavam-se não apenas para não temer as dores físicas mas para desejá-las, e até para infligi-las em si. Houve excessos reprimidos pela Igreja, como o dos flagelantes. Mas houve também, amplamente difundido, um estado de espírito heróico que elevou singularmente o nível moral médio, espiritualizou o castigo e espalhou uma alegria de ótima qualidade.

Os homens eram instruídos para considerar os sofrimentos de seus irmãos com respeito e compaixão, e os seus com naturalidade e sem medo. Os últimos momentos de várias personalidades — das quais muitas não eram nada santas — foram-nos relatados. Habitualmente constata-se, mesmo quando a vida do moribundo não foi muito exemplar, uma magnífica grandeza viril em uma perfeita simplicidade.

Os doentes que tinham de ficar presos por meses ou anos num leito de dores conseguiam ao menos dar à sua

pobre existência uma utilidade e um sentido. Alguns, purificados pela dor e pela meditação, tornavam-se personalidades notáveis. Ia-se vê-los, sentia-se piedade deles, admirava-se-os, eram consultados, pediam-se-lhes rezas. Tornavam-se mais próximos que os santos, eles próprios santos, os intercessores para os quais afluíam todos os interesses, toda a miséria do mundo. Assim ocorreu com Lidwine de Schiedam.

Os sadios, diante dos doentes, deviam superar a repugnância ou o nojo, esforçar-se por manifestar uma caridade cortês, fraternal. A admiração dos contemporâneos transmitiu-nos muitos traços que nos mostram em que sentido ia a emulação. O próprio São Luís reservava-se o direito de servir à mesa, todas as vezes que ia à Abadia de Royaumont, um leproso cujo rosto, devorado pelo mal, era para todos objeto de horror. Com gentileza e afeto, o rei o chama de "meu doente", dá-lhe a comida, e domina-se o suficiente para não perder o apetite. Mais um traço: "Uma vez", conta uma testemunha, "quando o rei bendito passava por uma rua, um *mésel* (leproso) que estava no outro lado da rua, que mal conseguia falar, tocou bem forte seu guizo" para que os transeuntes se afastassem dele. "E então, quando ele se virou e viu o leproso, foi para seu lado e colocou seu pé na água barrenta e fria que havia no meio da rua, sem o que não conseguiria atravessar direito, e foi até o leproso e deu-lhe uma esmola, e beijou sua mão. E os que estavam junto ao rei bendito fizeram muitos comentários e o sinal-da-cruz, e diziam uns aos outros: 'Olhai o que fez o rei: beijou a mão do leproso.'" Citam-se histórias análogas. De São Francisco de Assis e de muitos outros homens importantes.

Mas fazia-se mais do que gestos espetaculares ou sensacionais. A caridade ativa dos ricos, senhores ou burgueses, ou da gente simples animada por um pregador devoto, fazia-os fundarem hospitais-asilos onde se cuidará primeiro dos peregrinos de passagem, muito mais dignos de pena, pois são pobres e estão longe dos seus, dos errantes, dos incuráveis, dos que vivem em uma casa pequena demais, etc. Uma dessas fundações, aliás tardia, já que remonta somente ao século XV, chegou-nos perfeitamente intacta: é o Hôtel-Dieu de Beaune, que conservou o regulamento e o mobiliário medieval. Ele nos permite constatar o senso prático, a beleza, a afeição que era colocada a serviço dos doentes.

A Paris do século XIII contava com grande quantidade de hospitais, entre os quais o *Hôtel-Dieu*, que já existia no século IX e fora reconstruído no século XI, era o mais importante. Mas ao lado erguiam-se a Trinité, Saint-Gervais, Notre-Dame-des-Billettes, Saint-Eustache, l'Ecuellier, Saint-Marcel, Saint-Martin-des-Champs, Saint-Jacques-du-Haut-Pas, Saint-Mathurin, Sainte-Catherine, e ainda casas especializadas na hospitalização de certos doentes, tais como Saint-Lazare, que abrigava leprosos, o Quinze-Vingts, fundado por São Luís para os cegos e onde cada um tinha sua casinha, o Filles-Dieu, que recebia as "arrepentidas". No território do atual departamento do Aube havia, na mesma época, não menos do que 62 hospitais.

Eles tinham geralmente o nome significativo de *Maisons-Dieu* ou *Hôtels-Dieu* (Casas de Deus ou Mansões de Deus), pois tendo dito Cristo: "O que tiverdes feito ao mais humilde dentre os meus, é a mim que terais feito", já que o doente em seu sofrimento se parece com

Jesus, era o próprio Senhor, na pessoa dessas pobres criaturas, que os devotos ali se propunham a receber. Contavam-se até lendas piedosas: certo doente transfigurava-se uma noite, manifestando a seus enfermeiros extasiados o rosto do Salvador. A regra do Hôtel-Dieu de Paris, análoga a muitas outras e reproduzindo, aliás, as prescrições beneditinas no que concerne a seus hóspedes, promulgava: "Receber os doentes como o próprio Cristo..., tratar cada doente como o dono da casa."

Eram aí recolhidos todos os que tinham necessidade: era ao mesmo tempo hospital e albergue para os pobres peregrinos, asilo para os velhos, maternidade para as mulheres e por um certo tempo até moradia para estudantes necessitados. Só se recusava a entrada àqueles que traziam consigo aves e cães de caça.

O pessoal do Hôtel-Dieu era composto de religiosos de ambos os sexos, padres e criados. Era misto, visto que se aceitavam doentes de ambos os sexos. Mas os lugares conventuais, mesmo os refeitórios, bem como os serviços dos doentes, eram rigorosamente separados.

Frades e freiras pronunciavam os três votos de pobreza, castidade e obediência.

A regra implicava levantar-se às cinco horas, deitar-se às nove horas, recitação diária do pequenno ofício. O alimento devia ser "suficiente" em quantidade e qualidade, mas a carne só era servida três vezes por semana. Acrescentamos que, quando os frades viajavam, só deviam aceitar um regime análogo ao do convento, mas quando, por acaso, eram hóspedes de um bispo, podiam comer o que lhes era servido. Dessa forma, o espírito do pessoal de enfermagem era formado na disciplina e na abnegação.

O número de lugares para frades e freiras era limitado pelos fundadores, a fim de que as rendas pudessem ser aplicadas não na manutenção de um grande convento mas no cuidado de numerosos doentes. Era pois muito difícil ser admitido como religioso no Hôtel-Dieu. Os concorrentes entravam muito novos, os meninos com sete ou oito anos, como coroinhas; as meninas entre doze e vinte anos, como "filhas de Maria". Depois, seu estágio, durante o qual tinham liberdade de voltar para a sociedade, prolongava-se até que houvesse uma vaga por morte de um titular. A regra assim dispunha: "Se um homem ou uma mulher quer renunciar ao século e servir aos pobres, primeiro pedirá o consentimento dos provisores. Depois, após lhe terem exposto a regra da ordem, se este se sentir pronto a observá-la, que faça a promessa. Somente será apresentado ao capítulo pelos provisores, e, se agradar ao capítulo, será admitido no serviço dos pobres.

O hospital comportava em cada secção uma sala para os doentes graves, uma para os menos atingidos, uma para os convalescentes. Além disso, no lado feminino, uma maternidade.

Ao entrar, os doentes eram lavados, suas roupas levadas para estufagem e limpeza em um departamento que tinha o nome significativo de "piolherias". Elas eram concertadas, reformadas, para que, à sua saída, os proprietários as encontrassem em bom estado.

Os hospitalizados eram instalados em dois ou três por cama, os doentes graves e as mulheres em trabalho de parto tinham direito ao leito individual, conforto quase inaudito na Idade Média. Cada um recebia sua tigela, seu copo, seu jarro de vinho particular, em uma época em

que a regra era comerem dois na mesma tigela. Havia preocupação com a limpeza: a toalete dos doentes era feita todas as manhãs pelas freiras, enquanto os criados limpavam a sala. Os convalescentes tomavam banhos. Os lençóis e a roupa branca eram trocados com bastante frequência para que, visto o número de pacientes, o material precisasse ser renovado com rapidez: a cada ano, de quinhentos a setecentos lençóis eram transformados em trapos.

A alimentação devia ser bem cuidada. O Hôtel-Dieu tinha propriedades que o abasteciam diretamente e, além disso, mendicantes iam ao mercado todas as manhãs.

Os estatutos ordenavam que se desse aos doentes tudo o que desejassem, salvo o que fosse ruim para a sua saúde ou fosse impossível se obter. Essa regra seguia o espírito de todas as Maisons-Dieu, e era ilustrada por lendas. Contava-se assim que, na Terra Santa, Saladino ouvira falar da caridade dos enfermeiros e, maravilhado, quis experimentá-la. Veio, pois, imitando um doente e disfarçado, tentar se alojar na instituição. Ele é recebido, posto na cama, e põe-se a recusar a comida. Insiste-se, com afeto, para que ele diga o que quer. Afinal ele diz que a única coisa que lhe agradaria seria um caldo feito com uma das patas de Morel, o belo cavalo do dono do hospital. Este, desconfiado com o estranho desejo, suspirou, mas ordenou que satisfizessem o doente, "pois era melhor assistir à morte de um cavalo do que à de um homem". Leva-se pois o animal para diante do leito e o matador, um machado na mão, pede a Saladino que indique qual pé ele quer. Naturalmente o pseudodoente revela então sua identidade e, comovido, quer ele próprio fazer uma doação ao hospital. História imaginária em todos os sentidos, símbolo característico de um estado de espírito.

Para as festas, as salas eram decoradas com flores, belas colchas e tapeçarias ornamentavam os leitos.

A jornada era dividida em dois turnos: o do dia, das seis horas da manhã às sete da noite, e o da noite. Neste último, ficavam de vigília enfermeiros de ambos os sexos, aos quais eram fornecidos três quartilhos de vinho. Para maior segurança, prior e prioresa faziam uma ronda noturna em suas respectivas alas.

Uma vez convalescentes, os doentes recuperavam suas forças por um período que não podia ser inferior a sete dias. Depois deixavam o hospital munidos de um certificado do chefe.

A maior parte dessa descrição caracteriza também os hospitais modernos. Ocorreram melhorias consideráveis na técnica dos tratamentos, principalmente na cirurgia, mas a própria organização era tão sensata, o espírito tão humano, tão fraterno, tão devotado, que os progressos nesse campo seriam difíceis e limitamo-nos sobretudo a prosseguir-los.

Os tratamentos a domicílio eram dispensados pelos médicos, cirurgiões (profissão menos honrada que a primeira, pois era um simples ofício manual), em concorrência com barbeiros, especialistas em sangrias, e com os charlatães de todo tipo. Segundo Henry de Mondeville, que foi cirurgião do rei no início do século XIV, professor em Paris e que escreveu um notável tratado sobre sua arte, ser cirurgião improvisado, sem estudos nem diploma (como acontecia com arquitetos ou engenheiros até pouco tempo atrás), era o recurso comum dos filhos de famílias arruinadas, de velhas alcoviteiras e cortesãs, de

falsários e de alquimistas, de tiradores de sorte, de judeus convertidos e de sarracenos. Estes últimos, enrolando muito mal a língua do país, exibiam ainda melhor uma origem incontestavelmente estrangeira à qual deviam um aumento do prestígio. Sabe-se que as consultas a astrólogos, a matronas, a charlatães e a curandeiros mais ou menos dotados estão longe de ter desaparecido.

No campo, religiosos, pastores e mulheres especializavam-se em uma arte empírica onde os dons naturais, a observação e a experiência, segredos de chás e de ungüentos misturavam-se a fórmulas de devoção ou de superstição.

Na cidade, enfermeiros e enfermeiras eram com frequência pessoas semileigas, assim como os terciários dominicanos ou franciscanos, aos quais sua regra acrescentava a prática de obras de misericórdia. Os membros das confrarias ocupavam-se especialmente com seus colegas. Algumas foram fundadas com a finalidade de oferecer a seus membros serviços afetuosos em caso de doença e morte. Algumas delas subsistem na Normandia. Na cidade como no campo, vizinhos e vizinhas deviam-se um auxílio particular, a proximidade criando laços de quase parentesco.

A ciência médica medieval baseava-se numa longa tradição: a dos médicos gregos, latinos e árabes. De Salerno, o renascimento dos estudos especiais alcançara no século XIII Bolonha, Montpellier e Paris. Os estudantes vinculavam-se a um mestre que acompanhavam nas visitas à sua clientela a fim de adquirirem prática e compareciam a aulas, leituras comentadas de Galiano, Hipócrates, Isaac,

Razés, etc. Pouca anatomia e poucas dissecações: de vez em quando, os estudantes obtinham o corpo de um supliciado.

Os estudos que precediam a licenciatura duravam seis anos, e, salvo dispensa, era ainda necessário lecionar e praticar durante mais dois anos para se ter direito ao título de mestre, o equivalente ao nosso atual doutorado. O médico devia ser culto. Exigia-se que tivesse estudado geometria, astronomia, dialética, física e, naturalmente, latim, além das matérias propriamente médicas. Era-lhe necessária uma longa experiência clínica, pois o diagnóstico prendia-se sobretudo ao aspecto do doente e ao exame de sua urina. Além disso, exigia-se que ele tivesse perspicácia, boas maneiras e o espírito da sua profissão, assim definido: "Que seja agradável para com os doentes, benévolo para com seus companheiros, sábio em seus prognósticos. Que seja casto, sóbrio, piedoso e misericordioso, não tenha cobiça nem queira extorquir dinheiro, bem como receba salário moderado, segundo o trabalho, as faculdades do doente, a qualidade do resultado e sua dignidade." Enfim, devia ser religioso: "Foi Deus que criou a natureza, que governa todos os corpos e que, mais poderoso que ela, rege-a por sua vez... Então, que o cirurgião, em suas operações, tenha Deus diante dos olhos, e Deus irá iluminá-lo no momento necessário: poderá operar sem inquietação, onde quer que seja, mas que não se vanglorie nem exalte a si próprio", comentário anterior à célebre frase de Ambroise Paré¹.

1. "Eu tratei dele, Deus o curou."

Desde essa época, a medicina "foi muito longe, e pelo estudo dos autores antigos e dos sintomas chegou a resultados, a conceitos que surpreendem e que os trabalhos dos séculos seguintes com frequência confirmaram". É essa a teoria de Mondeville sobre a cicatrização das feridas: ao contrário dos contemporâneos, ele sustentava que a formação de pus não era necessária e que devia ser evitada enquanto a prática corrente a provocava. Mas suas idéias e seus métodos, atacados, desapareceram com ele e só foram redescobertos na época contemporânea.

A terapêutica observava a influência do moral sobre o físico: era preciso inspirar confiança no doente, reconfortá-lo, transmitir paz à sua alma, e os estatutos prescreviam aos médicos, em caso de doença aguda, de cuidar para que seus clientes falassem com o padre. Os médicos preocupavam-se não somente em dar um remédio específico (utilizavam-se para esse fim plantas, pedras preciosas, composições estranhas que permaneceram por muito tempo na farmacopéia, sais minerais: já se tratavam as doenças da pele com um unguento mercurial), ou em praticar uma intervenção (abscesso de fixação*, sangria, operação da pedra**, etc.), mas também em tratar do estado geral. Levavam-se em consideração os hábitos do doente que era necessário modificar com tanto mais cuidado quanto mais idoso ele fosse, utilizavam-se mudanças de ar, exercícios, repouso, dietas, banhos quentes, cuidava-se da regularização das funções intestinais (abusava-se às vezes das purgações), da calma, do sono.

* Provocado por uma injeção de essência de terebintina para localizar uma infecção generalizada. (N.T.)

** Referente a cálculos renais ou biliares. (N.T.)

Ao lado dessa medicina erudita floresciam teorias populares que ainda não perderam seu poder. As "mulheres e muitos imbecis", declara Guy de Chauliac no final do século XIV, "entregam os doentes de todas as moléstias tão-somente aos santos, fundamentando-se nestas palavras: 'O Senhor ma deu, o Senhor ma tirará quando lhe aprouver, bendito seja o nome do Senhor. Amém.'" E sabe-se que na Bretanha e ainda mais na Normandia os "males de santos" permaneceram por muito tempo da competência dos santos especialistas muito mais que dos médicos... O exército tinha também suas tradições: "Com conjurações e beberagens, óleo, lâ e folhas de repolho, tratam todas as feridas, fundamentando-se para isso no fato de que Deus colocou sua virtude nas palavras, nas ervas e nas pedras."

A gratidão dos doentes para com os médicos era às vezes sujeita a cautela, e Mondeville, não sem bom humor, aconselha a se cuidar da saúde das pessoas importantes preventivamente, ainda mais porque suas doenças não trariam nenhum lucro, já que são maus pagadores.

Os honorários eram proporcionais à fortuna dos doentes e pagáveis tanto em dinheiro quanto em gêneros. Ao rico pediam-se cem libras, enquanto ao pobre se pediam gansos, patos, galinhas, queijos ou ovos. "Mas se o paciente for realmente pobre, não se pedirá absolutamente nada, pois é muito mais difícil para o pobre dar um ganso do que para o rico dar uma vaca... O cirurgião deve tirar dos ricos tanto quanto puder, contanto que gaste todo o excedente para cuidar dos pobres." E os médicos ligados ao Hôtel-Dieu aí prestavam seus serviços gratuitamente.

A fixação dos honorários não se fazia sem regateio. Por isso Mondeville previa geralmente ter de aceitar um abatimento de cinquenta por cento. Ainda devia mostrar aos clientes "que não possuía prebenda, nem renda, que tudo era caro, sobretudo os ungüentos, que uma grande soma de dinheiro valia pouco (o início do século XIV assistira a desvalorizações) e que os salários de todos os artesãos, dos pedreiros, por exemplo, tinham dobrado".

Quando a morte se aproxima, o doente prepara-se para ela como para um ato religioso, o mais importante de sua vida, visto que ele vai fixar seu destino eterno. Se o ambiente, movido por uma falsa caridade que às vezes os sermonários fazem murchar, hesita em informar o moribundo sobre seu estado, geralmente sua fé supera seus escrúpulos. Aliás, para evitar qualquer surpresa, desde o início de qualquer doença deve-se pôr os negócios em ordem e até antes: as Ordens Terceiras, que tiveram milhares de adeptos nos séculos XIII e XIV, ordenavam aos impetrantes que fizessem seu testamento antes que se procedesse à sua admissão.

Quando se aproxima a hora fatal, o cristão rememora sua vida e purifica-se de todos os seus erros através de uma confissão geral. Mas não estaria em ordem com Deus se não o estivesse com os homens. O comerciante fraudulento, o empresário que pagava mal seus empregados, o senhor que saqueou os mosteiros, o usurário, o injusto e o violento devem reparar os prejuízos e o escândalo. O doente chama então o notário ou o cura e faz seu testamento "em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo". No sul, esse testamento, diretamente inspirado pelo direito romano, é muito completo com instituição de herdeiro; nas regiões em que é o costume que rege, limita-se

a disposições particulares, e com freqüência apenas a legados piedosos. O testamento é assim o complemento da confissão, cujo propósito firme e a vontade de apagar os vestígios dos pecados ele materializa. Por isso as duas expressões: morrer intestado ou inconfesso são, às vezes, sinônimas.

O testador ordena a seu herdeiro a restituição dos bens adquiridos de forma duvidosa. Um Jehan Boinebrocke, grande industrial de Douai, ordena que se proceda a um inquérito durante o qual todos os seus fornecedores e operários podem vir queixar-se dos problemas que ele lhes causou, declarar o montante dos prejuízos e receber indenização — o que foi feito: a minuta do inquérito, datada do fim do século XIII, chegou até nós.

Quando a restituição é impossível, o cristão lembra-se de que "a esmola cobre grande quantidade de pecados" e faz uma doação a uma igreja, a um mosteiro, aos pobres do Hôtel-Dieu (esta última tornou-se um hábito em Paris). Finalmente, ele funda um serviço ou pede missas e rezas para "remédio" de sua alma à qual associa, como última caridade, a de seus ancestrais.

Resta a reparação do escândalo, e quem não tem nada por que ser perdoado? Reis ou rainhas da França, nobres ou burgueses reúnem seus parentes, amigos e empregados em torno do leito e pedem perdão por tudo o que os tornou culpados com relação a estes. Nessa hora o importante não passa de um homem como os outros e faz questão de mostrá-lo para a edificação dos sobreviventes.

Preocupado em cercar-se o mais possível dessas intervenções que abreviarão o tempo de seu purgatório e desejoso também de romper solenemente com um mundo

no qual, aliás, não conseguiria viver por muito tempo, o moribundo pede com frequência a uma ordem religiosa que consinta em receber sua profissão. Desde então ele participa de suas rezas e de seus méritos e toma o hábito religioso, com o qual morrerá e no qual seu corpo será inumado. Assim, Branca de Castela fez com que a recebessem, alguns dias antes de seu fim, entre as cistercienses de Maubuisson. Quando o moribundo, contra todas as expectativas, se curava, sua profissão religiosa *in extremis*, e feita sob a condição de sua morte próxima, tornava-se nula, a menos que ele tivesse, como Branca de Castela, especificado o contrário.

Os terciários também tinham o privilégio de morrer e de serem enterrados com o hábito da ordem à qual estavam agregados.

Com a proximidade da morte, os últimos sacramentos eram dados com grande pompa. Um círio aceso, símbolo da fé, era colocado na mão do moribundo enquanto se rezava o credo em seu nome: rito análogo ao do batismo. Assim a vida do cristão começava e terminava com a mesma profissão de fé. Depois, quando sentia seus últimos momentos chegando, o doente pedia para ser colocado, por humildade, penitência e à imitação de práticas monásticas, sobre uma cruz de cinza traçada no próprio chão ou sobre uma camada de palha e, em meio a preces às quais se associava, morria.

Imediatamente depois, religiosas, confrades de uma "caridade" ou vizinhas (mas, se possível, não a família) vinham lavar o corpo e vesti-lo. Quando se tratava de uma pessoa importante cujo enterro não devia ocorrer imediatamente, tomavam-se algumas medidas destinadas a conservar o corpo: instilação de mercúrio no nariz, obtu-

ração dos orifícios naturais com tampões embebidos em substâncias odoríferas consideradas como anticorruptoras e uma unção de bálsamo no rosto. Esses procedimentos eram absolutamente insuficientes. Muito excepcionalmente, quando o corpo devia ser transportado para longe, e com permissão da autoridade eclesiástica, o médico abria o ventre e retirava as vísceras.

O abdômen, repleto de mirra, aloés e outras substâncias aromáticas, era costurado e o corpo colocado em um caixão de chumbo lacrado. Ou então o corpo era fervedo. Foi assim que se fez com o condestável Du Guesclin, morto no Auvergne, e que o rei quis homenagear com uma sepultura em Saint-Denis, ao lado dos túmulos reais. Suas vísceras ficaram no Puy, onde se lhe fez um túmulo na Igreja Saint-Laurent, enquanto seu coração era levado para Dinan, na Bretanha natal.

Depois o corpo era exibido num leito de aparato. Como para as pessoas importantes essa exposição durava bastante, uma semana ou mais, e, como vimos, os métodos de embalsamamento eram muito sumários e pouco eficazes, criou-se o hábito de substituir o cadáver por um boneco cujo rosto era uma máscara modelada a partir do rosto do defunto e pintada. As máscaras mortuárias de Jeanne de França, filha de Luís XI, chegaram até nós.

Para a cerimônia fúnebre, o cadáver era levado a descoberto numa padiola por parentes e amigos, como ainda se faz em muitas regiões rurais. O rei da Inglaterra fez questão de ser um dos carregadores do corpo de um filho de São Luís. Onde existiam as "caridades", fazia-se um revezamento entre os confrades. Onde não existiam, podiam ser vistas cenas desoladoras. As atas de Santo Ivo relatam-nos, entre outros exemplos, que uma bretã, redu-

zida à mendicância nas ruas de Angers, perdeu seu filho, um garoto de seis anos. Ela não tinha lençol nem dinheiro para pagar um sudário e, no entanto, queria que a criança fosse enterrada com decência. Então, com o pequeno corpo nos braços, foi mendigar de porta em porta, durante vários dias, para juntar a soma necessária. Até que encontrou um compatriota que lhe aconselhou que pedisse a Santo Ivo a ressurreição da criança. O que ela fez com sucesso, mas o pobre pequeno morreu definitivamente três meses depois. Essa história reflete bem o grau de miséria da época. Mostra-nos também que, se a mãe tivesse um pouco de dinheiro, a criança teria sido enterrada no mesmo dia de sua morte aparente. Essas inumações precipitadas parecem ter sido freqüentes, embora Mondeville nos diga que se esperava por três ou quatro dias, o prazo aumentando com a importância social da pessoa.

O corpo era inumado sem caixão diretamente na terra (como os trapistas ainda o fazem) ou em um caixão de madeira ou até de chumbo. Ele repousava em terra benta, salvo se o defunto não pertencesse à Igreja, fosse judeu, herege ou excomungado. Os cemitérios cercavam imediatamente os edifícios das igrejas paroquiais ou abaciais. Mas os fiéis preferiam, apesar dos sínodos e concílios que tentavam em vão reagir, ser enterrados na própria igreja: os importantes em uma capela, em um jazigo na parede ou sob os degraus do altar, a fim de — uma forma de penitência póstuma — serem pisados pelo padre, pelo povo em geral na nave (de preferência, e com a mesma humildade, nos corredores e sob as portas). Somente a Catedral de Chartres nunca admitiu sepultura alguma em suas paredes. Se os cristãos não podiam ser recebidos na pró-

pria igreja, desejavam então ficar apertados contra suas paredes para que as águas da chuva, santificadas por seu contato com o telhado do edifício sagrado, pingassem sobre seus túmulos.

O cemitério, sempre exíguo, era habitualmente flanqueado por um ossário, às vezes decorado, como se tornou moda no final da Idade Média, de uma representação de dança macabra. Não se podia entrar nem sair da igreja sem atravessar esse "campo santo" onde os mortos esperavam pela ressurreição. Os vivos aparentemente ficavam tão pouco impressionados ou entristecidos com essa proximidade que muitas vezes foi preciso lembrá-los do respeito devido a esse lugar. As crianças vinham ali brincar com freqüência; em outros lugares, o mercado, a assembléia e até as danças refluíam da praça até sobre os túmulos.

Apesar dessa familiaridade, o culto aos mortos era devotamente conservado com variantes locais nas cerimônias que se mantiveram até nossos dias. Culto familiar com missas e serviços na semana ou mês seguinte aos funerais, no aniversário, às vezes no dia seguinte ao do casamento de seus descendentes (como continua acontecendo na Bretanha); culto coletivo, cerimônia de Finais com grande pompa litúrgica, muitos hábitos religiosos ou supersticiosos. As pobres almas, tão impotentes com relação a seu próprio destino, provocavam uma grande piedade, e procurava-se consolá-las estimulando rezas em seu favor. Quando da morte de um monge, as abadias enviavam aos outros conventos da ordem uma participação escrita no início de um rolo de pergaminho. Cada uma das casas informadas escrevia no resto do rolo as preces ou as cerimônias que se comprometia a fazer pelo

defunto. Vários desses "rolos dos mortos" chegaram até nós. Nas cidades que pagavam um guarda noturno, este, tocando seu sino, acordava os dorminhocos para chamá-los à prece: "Acordai, gente que dorme, rogai a Deus pelos mortos." Costume incômodo para os vivos, mas que a religiosidade manteve bem além da Idade Média.

O corpo enterrado, a alma abastecida de preces, faltava regulamentar a sucessão temporal do defunto, pelo menos quando este tinha um patrimônio próprio. O problema não ocorria quando ele era membro de uma comunidade tácita ou de uma comunidade religiosa: neste último caso, no momento de sua entrada para o mosteiro, estava "morto para o mundo" e a devolução de seus bens fora regulamentada.

O costume sucessório da França variava infinitamente de acordo com os lugares, a condição das pessoas e os bens. Só trataremos aqui da morte de um chefe de família. O que ele transmite não é essencialmente uma riqueza, mas uma situação social e familiar. O filho que vai herdar a terra, nobre ou plebéia, feudo ou concessão, será investido de todos os encargos que ela comporta, tanto em relação ao senhor quanto à família: cabe a ele manter a casa ou estabelecer seus irmãos e prover suas irmãs de dote.

Também durante o período feudal dos séculos IX a XI não era o mais próximo, mas o mais capaz que ficava com a sucessão. Em caso de vacância do feudo era preciso poder assumir o comando militar e civil, em caso de vacância de concessão, poder tornar-se chefe da exploração. Não se tratava de herança, mas de investidura pelo suserano ou pelo senhor. Mas, rapidamente, funções, cargos,

feudos e concessões entraram no patrimônio e puderam então ser legados. A transmissão contudo só podia ser feita com o consentimento do suserano ou do senhor, dava lugar a uma cerimônia de caráter simbólico (o vasalo coloca suas mãos unidas entre as de seu senhor, dele recebe um beijo, etc.), e acarretava o pagamento de um direito bastante elevado, pois é igual, em princípio, a um ano das rendas da terra concedida e com frequência sobre ao dobro ou triplo. A cerimônia cai em desuso ao longo da Idade Média, mas o direito se manteve, primeiro em proveito do senhor, depois do rei, ou seja, do Estado. Nós ainda o pagamos.

A regulamentação da sucessão de hoje é ainda mais ou menos a daquela época, com a diferença de que a terra patrimonial não era normalmente dividida e cabia na maioria das vezes ao filho mais velho, mas às vezes também ao mais novo: quando uma exploração camponesa era pequena ou pobre demais para alimentar uma família numerosa, os jovens abandonavam-na assim que estivessem em idade de conseguir sustento em outro lugar; era então o mais jovem, o caçula, que acabava por ficar com o pai, do qual se tornava o herdeiro designado.

Quando um senhor deixava vários feudos — um não nobre, muitas terras —, o primogênito escolhia sua parte ou tomava a mais importante. Cada um dos irmãos mais novos escolhia em seguida a sua. Dos bens móveis, dinheiro, roupas, cada filho tinha sua parte.

Às vezes não se dividia. No campo viviam muitas comunidades familiares. Os senhores do sul da França possuíam em comum domínios exíguos e a própria senhoria. De qualquer maneira, quando os irmãos ou irmãs queriam sair da comunidade, era preciso dotá-los. Sabemos dos apanágios que São Luís, órfão desde a infân-

cia, criou para seus irmãos: não eram principados pequenos. Quanto às moças, preferia-se, quando possível, dar-lhes dinheiro ou rendas em vez de terras, que elas levariam, com o casamento, para uma família estranha.

O patrimônio terreno conservava-se intacto apesar das dívidas. Quando o defunto as deixava — e isso acontecia com frequência, pois os pobres deviam às vezes a um usurário da cidade ou do vilarejo; e os senhores, seja por erro de administração, crises econômicas e quedas das rendas, guerras que os haviam arruinado, ou que tinham tido que fazer por sua conta, deviam às vezes a vários grandes emprestadores — os credores apresentavam-se, mas só podiam receber sobre os bens móveis. A estabilidade social ganhou com isso. Quem emprestava dinheiro, protegia-se com tantos juros e garantias que nunca perdia no conjunto de suas operações. Além disso, os herdeiros sentiam-se obrigados a pagar as dívidas, tanto por preocupação com a honra familiar quanto para aliviar a alma do defunto que certamente sofria enquanto a Justiça não fosse satisfeita.

O herdeiro de posse legal dos bens paternos renovava seus títulos. O jovem senhor, após a confirmação de seus direitos pelo suserano, convocava seus vassallos e recebia deles homenagem e a confissão do que dispunham dele. No século XIII, era ainda uma tomada de contato pessoal, com compromissos recíprocos de fidelidade; mais tarde, isso acabou por degenerar em verificações de inventários que eram feitos por magistrados: o notário do vassallo e o procurador do senhor. O novo soberano recebia a coroa durante uma cerimônia religiosa e fazia sua alegre entrada na capital, o duque da Bretanha sendo consagrado em Rennes, o rei da França, em Reims, etc., o povo em júbilo gritava "Natal!". E a vida continuava.

CONCLUSÃO

Vimos rapidamente alguns aspectos da vida medieval, particularmente nos séculos XIII-XIV. Mais próxima sob certos ângulos de nossa vida atual do que geralmente imaginamos, ela surpreende por sua vitalidade, seu equilíbrio, pela magnífica civilização que produziu, encarnada em obras-primas, e pela rara qualidade humana dos grandes homens que suscitou e nos quais venerou seus modelos, figuras ainda sedutoras: um São Geraldo d'Aurillac, os irmãos Cirilo e Metódio (século IX), um São Norberto de Magdeburgo (século XII), uma Santa Isabel da Hungria, um São Francisco de Assis e uma Santa Clara, um São Luís (século XIII), um Santo Ivo (século XIV).

Ela se caracteriza por uma dependência estreita das condições físicas e por uma impregnação religiosa, que não é forçosamente associada ao clericalismo e dá à alma uma singular liberdade diante de um mundo transitório que lhe cabe dominar.

Socialmente, a vida medieval não corre dentro de castas fechadas, em uma sociedade rígida. As promoções são freqüentes: individuais, graças à Igreja que retira seus príncipes e chefes de todas as camadas sociais (como, por exemplo, oriundos de um meio humilde, um Suger, um Maurício de Sully, bispo de Paris e construtor de Notre-Dame, um Roberto de Sorbon), familiares, e em algumas gerações, graças ao enriquecimento pelo negócio e a aquisição de terras nobres, são acompanhadas de grandes cargos e belas alianças. Mas, sobretudo, essa hierarquia social só tem valor provisório. No final da existência terrena, ela está destinada a ser substituída por uma ordem absolutamente justa: a da santidade, onde cada um é chamado a estabelecer seu próprio lugar por suas virtudes e méritos, e onde os últimos se tornam os primeiros. Desde esta vida, as duas hierarquias interferem uma na outra, e o prestígio do santo supera o do poderoso ou do rico, daí tantas conversões totais. Pois a consciência do homem da Idade Média pesa quando sua conduta não está de acordo com sua fé.

Se a felicidade dependesse do conforto, poderíamos acreditar que nossos pais eram menos felizes que nós; se ela depende de nossa atitude diante da vida, podemos pensar que aquela época de sólidas convicções religiosas conheceu, em suas próprias misérias — pobreza freqüente, doenças, penúrias, guerras — essa paz íntima, esse equilíbrio interior e até essa alegria ou essa serenidade que nascem de uma aceitação realista da condição humana e desse otimismo cristão, que nunca se resigna com o mal ou com a infelicidade e que luta indefectivelmente contra suas múltiplas formas, certa do socorro de Deus e de seu triunfo, da justiça, da paz e do amor nesse final dos tempos anunciado nas portas das catedrais.

Nos tempos da Idade Média
a vida era mais simples e mais
humana.

A Idade Média foi uma época
de grande fé e de grande amor.

Na Idade Média, a vida era mais
humana e mais simples.

Na Idade Média, a vida era mais
humana e mais simples.